



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (UFSC)**  
**CENTRO SOCIOECONÔMICO (CSE)**  
**DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**  
**GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**LAURA DE ANDRADE ORLANDI**

**O PAPEL DA ONU NO FENÔMENO DAS CRIANÇAS-SOLDADO:**  
Um estudo dos casos Colombiano e Somali

FLORIANÓPOLIS, 2019

LAURA DE ANDRADE ORLANDI

**O PAPEL DA ONU NO FENÔMENO DAS CRIANÇAS-SOLDADO:**

Um estudo dos casos Colombiano e Somali

Monografia submetida ao Curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito obrigatório para obtenção de grau de Bacharel em Relações Internacionais.

**Orientadora:** Profa. Dra. Graciela de Conti Pagliari

FLORIANÓPOLIS, 2019



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**  
**CENTRO SOCIOECONÔMICO**  
**DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**  
**GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

A Banca Examinadora, nomeada pela Coordenação de Monografia, resolve atribuir nota 10 à acadêmica Laura de Andrade Orlandi após a apresentação do trabalho intitulado **O Papel da ONU no Fenômeno das Crianças-soldado: Um estudo dos casos Colombiano e Somali** na disciplina CNM 7280 – Monografia.

**Banca Examinadora:**

---

Profa. Dra. Graciela de Conti Pagliari (Orientadora)  
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

---

Profa. Dra. Danielle Jacon Ayres Pinto  
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

---

Profa. Dra. Wanda Helena Mendes Muniz Falcão  
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Dedico esta monografia à todas as crianças-soldado que têm suas infâncias roubadas para lutar na guerra, principalmente ao ex-menino-soldado Ishamel Beah, que me inspirou a escrever esta monografia.

## AGRADECIMENTOS

Dedico esta monografia, primeiramente, aos meus pais. Ao meu pai Lari, por me ensinar a ter humildade durante esse percurso. Ao meu pai Clovis, por me ensinar o valor do estudo e da dedicação a cada pequena coisa que fazemos. E dedico, principalmente, à minha mãe Irma, por ter estado ao meu lado em todos esses desafios, e por me inspirar a ser uma mulher melhor todos os dias.

Dedico também às minhas melhores amigas, que mesmo morando a quilômetros de distância, estiveram ao meu lado desde o início da minha graduação. Obrigada, Manoela, Mirela, Louise, Carolina e Renata. E ao meu primo, Matheus, por me incentivar a continuar me dedicando sempre.

Também agradeço aos amigos que fiz aqui em Florianópolis, Eric e Renan; e aos amigos que a Resultados Digitais me presenteou, principalmente Carolina, Sidnei, Vinicius e, em especial, Debora, por estarem ao meu lado diariamente durante esses meses que passei escrevendo a monografia.

Um agradecimento carinhoso ao meu namorado, Dimy, por me incentivar a continuar escrevendo mesmo nos dias mais cansativos, e por me fazer companhia em tantos finais de semana que ficamos em casa estudando.

E, por fim, agradeço à professora Graciela, não só por me orientar na escrita desta monografia, mas por ter sido minha primeira professora na graduação, e por ter me dado a oportunidade de ser bolsista na área de Segurança Internacional, que embasou a construção deste trabalho e da minha formação como internacionalista.

## RESUMO

A presente monografia tem como tema de investigação o papel desempenhado pela Organização das Nações Unidas no fenômeno do recrutamento infantil para o combate armado. A escolha pelo tema se deu pelo fato de que, atualmente, existem milhares de crianças sendo recrutados em pelo menos vinte países da comunidade internacional. O objetivo do trabalho é analisar, à luz da Segurança Internacional, o papel dessa Organização, a fim de entender por que o fenômeno das crianças-soldado continua existindo, mesmo sendo uma grave violação aos Direitos Humanos. Para alcançar este objetivo, a presente monografia foi dividida em três capítulos. O primeiro capítulo estuda as crianças-soldado: a definição do termo e onde estão localizadas; a conjuntura de guerras do terceiro tipo que dá lugar ao aparecimento deste fenômeno; e quando e como se deu a securitização do tema. O segundo capítulo estuda o papel da ONU, tanto na sua criação, quanto no tema do recrutamento infantil, onde foram elencados dois fatores como mais substanciais para explicar os resultados pouco expressivos que alcançou até agora: os Estados Falidos e a questão bélica. Por fim, o terceiro capítulo é voltado para dois estudos de caso - o Colombiano e o Somali - a fim de analisar a partir de casos reais como os dois fatores elencados para explicar a continuação do fenômeno no segundo capítulo são observados na prática.

**Palavras-chave:** Crianças-soldado. ONU. Segurança Internacional. Estados falidos. Armamento.

## **ABSTRACT**

This monograph has as its research theme the role played by the United Nations in the phenomenon of child recruitment for armed combat. The choice of the theme was due to the fact that currently there are thousands of children being recruited from at least twenty countries in the international community. The objective of this paper is to analyze, in the light of International Security, the role of this Organization in order to understand why the phenomenon of child soldiers continues to exist, even though it is a serious violation of human rights. To achieve this goal, the present monograph has been divided into three chapters. The first chapter studies child soldiers: the definition of the term and where they are located; the conjuncture of wars of the third type that gives rise to the appearance of this phenomenon; and when and how the theme was securitized. The second chapter examines the role of the UN, both in its creation and in the topic of child recruitment, where two factors have been listed as most substantial to explain the poor results it has achieved so far: the Failed States and the war issue. Finally, the third chapter focuses on two case studies - the Colombian and the Somali - in order to analyze from real cases how the two factors listed to explain the continuation of the phenomenon in the second chapter are observed in practice.

**Keywords:** Child Soldiers. UN. International Security. Failed States. Armament.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Estados com presença de crianças-soldado.....	16
Figura 2: Número de conflitos armados por tipo de conflito (1946-2017).....	24
Figura 3: Conflitos baseados no Estado (1946 – 2016).....	27
Figura 4: Número de refugiados no mundo (1945 - 2015).....	29
Figura 5: Componentes da Segurança Humana.....	37
Figura 6: Mapa de situação de acordo com o Índice de Estados frágeis.....	54
Figura 7: Os maiores exportadores de armas no mundo.....	62
Figura 8: Colômbia - áreas de influência das FARC e do ELN.....	69
Figura 9: Mapa da Somália.....	80



## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: As seis violações graves nos Estados que apresentam crianças-soldado e estão na agenda de segurança da ONU.....	18
Tabela 2: Índice de fragilidade dos Estados que apresentam crianças-soldado e estão na agenda de segurança da ONU.....	55
Tabela 3: Fornecimento de armamento dos anos 2017-18 para os Estados que apresentam crianças-soldado e estão na agenda de segurança da ONU.....	60

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

AGC Autodefesas Gaitanistas da Colômbia  
AMISOM Missão da União Africana na Somália  
AS Assembleia Geral  
AUC Autodefesas Unidas da Colômbia  
BACRIM Bandas criminais  
CFCS Coalizão para o fim da Utilização das Crianças-Soldado  
CS Conselho de Segurança  
ELN Exército de Libertação Nacional  
EPL Exército Popular de Libertação  
EUA Estados Unidos  
FARC Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia  
FARC-EP Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia - Exército do Povo  
FFP Fundo para a Paz  
M19 Movimento 19 de Abril  
MPLA Movimento Popular de Libertação da Angola  
ONG Organização Não Governamental  
ONU Organização das Nações Unidas  
PNUD Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento  
PRIO Instituto de Pesquisa da Paz em Oslo  
SIPRI Instituto Internacional de Pesquisa para a Paz de Estocolmo  
SNL Liga Nacional da Somália  
SRC Conselho Revolucionário Supremo  
SYL Liga da Juventude da Somália  
UNICEF Fundo das Nações Unidas para a Infância  
UNITA União Nacional para Independência Total de Angola  
UNITAF Força-tarefa Unificada  
UNOSOM Operação das Nações Unidas na Somália  
UNPOS Escritório Político das Nações Unidas para a Somália  
USC Congresso Unido da Somália

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>2</b>	<b>O FENÔMENO DAS CRIANÇAS-SOLDADO.....</b>	<b>13</b>
2.1	Crianças-soldado: quem são e onde estão.....	13
2.2	Conjuntura pós Guerra Fria: as guerras de terceiro tipo.....	22
2.3	A securitização do tema na agenda internacional.....	32
<b>3</b>	<b>O PAPEL DAS NAÇÕES UNIDAS.....</b>	<b>41</b>
3.1	A criação da ONU e seu papel na resolução fenômeno.....	41
3.2	Os Estados falidos.....	49
3.3	A questão bélica.....	57
<b>4</b>	<b>ESTUDOS DE CASO.....</b>	<b>66</b>
4.1	O caso Colombiano.....	66
4.2	O caso Somali.....	76
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>89</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>92</b>
	<b>APÊNDICE A - ENTREVISTA COM VICTORINO ELIMA.....</b>	<b>99</b>

## 1 INTRODUÇÃO

As graves consequências das guerras mundiais levaram a comunidade internacional a tratar pela primeira vez da proteção de civis na Quarta Convenção de Genebra em 1949. Também pela primeira vez, uma convenção se preocupava não só com os combatentes, mas com todas as demais pessoas impactadas pelos conflitos. Com o aumento do número destes conflitos a partir da década de 90 e a necessidade dos grupos armados de aumentar sua influência, eles passaram a recrutar cada vez mais crianças para compor a força de guerra. O recrutamento das crianças-soldado passou a ser crescente a partir desse período, e o fenômeno se tornou característico nos conflitos pós Guerra Fria, situados principalmente na periferia do Sistema Internacional.

Preocupados com o aumento do recrutamento infantil, o Grupo de Trabalho das ONGs na Convenção sobre os Direitos da Criança e a UNICEF conduziram um simpósio na Cidade do Cabo em 1997, que resultou no *Cape Town Principles and Best Practices*. O documento foi o primeiro a definir uma criança-soldado como qualquer pessoa menor de 18 anos que faça parte de qualquer tipo de força armada, seja carregando armas ou trabalhando como auxiliares dos grupos armados. A responsabilização pelos menores de idade está nas mãos do Estado e das comunidades em que as crianças vivem, não só pela sua proteção, mas também pela sua posterior reintegração na sociedade.

A Organização das Nações Unidas seguiu realizando várias ações para responsabilizar os Estados e os grupos armados pela violação dos Direitos Humanos no recrutamento infantil, inclusive publicando anualmente o Relatório do Secretário-Geral para Crianças e Conflitos Armados. Mesmo que tendo produzido avanços significativos na proteção das crianças, o tema, os resultados são aquém do necessário e por isso dezenas de milhares de crianças são recrutadas e usadas como soldados em conflitos armados em pelo menos 20 Estados Nacionais hoje.

A conjuntura pós Guerra Fria passou a apresentar um maior número de conflitos, que agora acontecem internamente nos países periféricos do Sistema Internacional e contam com a atuação de grupos armados não estatais lutando contra o governo. Essas guerras de terceiro tipo geraram as condições propícias para que o fenômeno das crianças-soldado ocorresse e começasse a aumentar. Diante deste cenário, a presente monografia tem como objetivo estudar, à luz da Segurança Internacional, o papel desempenhado pela ONU no tema do recrutamento infantil, e identificar fatores que expliquem a continuação do fenômeno em grande escala.

Para alcançar esse objetivo, a monografia está dividida em três capítulos. A metodologia usada na construção da monografia foi do tipo exploratória e descritiva, com dados coletados pela análise documental de sites, livros, artigos e relatórios, e analisados de maneira qualitativa e quantitativa.

O primeiro capítulo estuda as crianças-soldado, analisando como a proteção das crianças tem sido abordada pela comunidade internacional desde a Quarta Convenção de Genebra, e em que Estados elas estão localizadas hoje. Também aborda a conjuntura de guerras do terceiro tipo que dá lugar ao aparecimento deste fenômeno, e como e quando o processo de securitização do tema teve início.

A partir deste estudo inicial das crianças-soldado, o segundo capítulo estuda o papel da ONU neste tema, desde os objetivos de sua criação, até o que tem feito a respeito do recrutamento infantil desde o final da II Guerra Mundial. Neste capítulo, foram elencados dois fatores como mais substanciais para explicar os resultados pouco expressivos que a Organização alcançou até agora: os Estados Falidos e a questão bélica.

O terceiro capítulo é voltado para dois estudos de caso: o Colombiano e o Somali, cuja escolha se deu porque ambas são guerras civis, porque são semelhantes em atores envolvidos e duração, e por estarem localizados em continentes distintos, possibilitando análises sobre o mesmo objeto em locais de fala distintos. O objetivo deste capítulo final é analisar a partir de casos reais como os dois fatores elencados no segundo capítulo - Estados falidos e questão bélica - são observados na prática e como impactam a continuação do recrutamento infantil nesses países.

Por fim, no Apêndice A, está documentada a entrevista realizada pela autora com Victorino Elama, ex-menino soldado. A entrevista é do tipo não estruturada e foi conduzida pessoalmente no formato de relato. Ela como objetivo observar como o fenômeno das crianças-soldado estudado na presente monografia ocorre na prática, com fatos reais de como ocorreu o recrutamento, que vivências teve enquanto recrutado, como deixou de ser criança-soldado, e quais os impactos que esse recrutamento desempenha na sua vida hoje.

## 2 O FENÔMENO DAS CRIANÇAS-SOLDADO

Antes de estudar o papel da ONU no fenômeno das crianças-soldado, é preciso entender quem são elas e em que cenário são empregadas. Portanto, o objetivo deste capítulo será descrever quem são as crianças-soldado e em que países são encontradas, e a conjuntura de guerras do terceiro tipo que dá lugar ao seu emprego. Por fim, como este trabalho foi construído à luz da segurança internacional, se objetiva também analisar como e quanto se deu a securitização deste tema na agenda de segurança internacional.

### 2.1 Crianças-soldado: quem são e onde estão

A Segunda Guerra Mundial revelou para a comunidade internacional as consequências desastrosas da ausência de uma convenção para a proteção de civis em tempos de guerra. Segundo o Comitê Internacional da Cruz Vermelha (2014), o primeiro grande marco na mudança deste cenário foi a Quarta Convenção de Genebra, adotada em 1949, que tratou pela primeira vez da proteção de civis, incluindo aqueles em território ocupado. Ao contrário das três primeiras Convenções, esta se preocupou com os demais atores impactados pelos conflitos armados, e não apenas com os combatentes.

A convenção foi composta por 159 artigos, dos quais somente o artigo 24, sobre medidas relativas ao bem-estar da criança, trata especificamente do recrutamento infantil.<sup>1</sup> Nele, e posteriormente no Protocolo Adicional I, de 1977 - que contém dois artigos sobre a proteção infantil - é escolhido um limite de idade de quinze anos para o recrutamento e a participação de crianças na guerra. Segundo a Convenção, a escolha se deu porque a partir dessa idade as faculdades de uma criança geralmente atingem um estágio de desenvolvimento em que não há mais a mesma necessidade de medidas especiais (INTERNATIONAL COMMITTEE OF THE RED CROSS, 1949). Essa foi a primeira vez que o tema crianças-soldado foi abordado em órgãos internacionais, mas ainda sem uma definição clara de quem eram essas crianças.

A partir da década de noventa, o novo cenário pós Guerra Fria dá lugar a guerras contemporâneas, que apresentam como um de seus elementos centrais a participação de crianças na frente de batalha, tornando o fenômeno das crianças-soldado uma forma de conflito armado situada na periferia do Sistema Internacional, onde estão localizados os

---

<sup>1</sup> O primeiro documento oficial que tratou do bem-estar da criança internacionalmente foi a Declaração Universal dos Direitos da Criança em Genebra, de 1924, contudo não incluiu o recrutamento infantil.

conflitos armados agora. O crescente uso de crianças-soldado acontece, portanto, com o fim da Guerra Fria e o aumento do número de guerras intraestatais nos anos 90.

Como parte de um esforço para lidar com o problema, o Grupo de Trabalho das ONGs na Convenção sobre os Direitos da Criança e a UNICEF, conduziram um simpósio na Cidade do Cabo entre os dias 27 e 30 de Abril de 1997, com fins de reunir especialistas e parceiros para desenvolver estratégias de prevenção do recrutamento infantil. Esse foi o segundo grande marco na discussão do tema por organismos internacionais.

O simpósio resultou no *Cape Town Principles and Best Practices* (1997), que recomenda ações a serem tomadas tanto por governos, quanto pelas comunidades afetadas pela violação dos direitos infantis. No documento, a grande virada de chave está no novo limite de idade para recrutamento e participação na guerra:

Uma idade mínima de 18 anos deve ser estabelecida para qualquer pessoa que participe de hostilidades e para recrutamento de todas as formas em qualquer força armada ou grupo armado. Os governos devem adotar e ratificar o Protocolo Opcional à Convenção sobre os Direitos da Criança, aumentando a idade mínima de 15 para 18 anos. Todas as pessoas com menos de 18 anos devem ser desmobilizadas de qualquer tipo de força ou grupo armado regular ou irregular (CAPE TOWN PRINCIPLES AND BEST PRACTICES, 1997, p. 1, tradução nossa).<sup>2</sup>

Além da grande contribuição em termos legais sobre o novo limite de idade, o documento apresentou o primeiro conceito de criança-soldado escrito por uma organização internacional. Mesmo que algumas conceituações já fossem encontradas em outras frentes, este marco foi importante para oficializar o significado do termo para a comunidade internacional. Assim:

Criança-soldado é qualquer pessoa menor de 18 anos que faça parte de qualquer tipo de força armada regular ou irregular ou grupo armado em qualquer capacidade, incluindo, entre outros, cozinheiros, carregadores, mensageiros e qualquer pessoa que acompanhe esses grupos, que não sejam membros da família. A definição inclui meninas recrutadas para fins sexuais e para casamento forçado. Portanto, não se refere apenas a uma criança que está carregando ou carregou armas (CAPE TOWN PRINCIPLES AND BEST PRACTICES, 1997, p. 12, tradução nossa).<sup>3</sup>

---

<sup>2</sup> “A minimum age of 18 years should be established for any person participating in hostilities and for recruitment in all forms into any armed force or armed group. Governments should adopt and ratify the Optional Protocol to the Convention on the Rights of the Child, raising the minimum age from 15 to 18 years. All persons under the age of 18 should be demobilized from any kind of regular or irregular armed force or armed group”.

<sup>3</sup> “Child soldier is any person under 18 years of age who is part of any kind of regular or irregular armed force or armed group in any capacity, including but not limited to cooks, porters, messengers and anyone accompanying such groups, other than family members. The definition includes girls recruited for sexual

Com uma definição clara de quem são as crianças-soldado, não só aquelas que fazem uso do armamento, mas também todas aquelas que participam como auxiliares na guerra, *The Cape Town Principles and Best Practices* responsabiliza os Estados e também as comunidades sobre todos os menores de 18 anos em seus territórios. Mas responsabiliza não só pela sua proteção e não recrutamento, mas também, e principalmente, pela sua reintegração na sociedade e posterior cuidado psicológico. E aquelas crianças que deixarem os grupos armados, colocam, não devem ser tratadas como desertoras, uma vez que crianças-soldado mantêm seus direitos como crianças.

Apesar dos esforços internacionais para o recuo do fenômeno, um importante relatório, divulgado em novembro de 2004 pela Coalizão para o fim da Utilização das Crianças-Soldado (CFCS), apontou que crianças estavam sendo recrutadas em quase todos os grandes conflitos do mundo, tanto nas forças governamentais, quanto nos grupos não estatais. Elas têm sido cada vez mais recrutadas por esses grupos, assumindo papéis de combate tanto auxiliares quanto mais ativos. É como foi recrutado o ex-menino soldado Victorino Elama.

E aí certo dia eu e mais colegas, assim da mesma idade que eu, a gente tava soltando papagaio (pipa), foi quando fomos abordados pelas tropas do governo, isso na cidade. Fomos abordados e nos colocaram em um carro que eles usam pra fazer patrulha, e já dali fomos pro quartel, e dali nos colocaram num avião. Isso sem a família saber. A minha sorte que quando távamos sendo torturados pelas tropas do governo, um vizinho nos avistou e foi contar pra família o que aconteceu, que ele tinha visto. E de lá já fomos levamos pra uma outra cidade. Lá fomos treinar. Já dali passamos a ser o que chama de recrutas, e lá ficamos 3 meses treinando (APÊNDICE A).

Em todo o mundo, mais de 240 milhões de crianças vivem em países afetados por conflitos. Muitos deles enfrentam violência, deslocamento, fome e exploração por forças e grupos armados (CHILDREN AND ARMED CONFLICT, 2019). Segundo o Escritório do Representante Especial do Secretário-Geral para Crianças e Conflitos Armados, dezenas de milhares de crianças são recrutadas e usadas como soldados em conflitos armados em todo o mundo. O Escritório identifica hoje 20 Estados que apresentam o fenômeno das crianças-soldado em seus territórios.

---

*purposes and for forced marriage. It does not, therefore, only refer to a child who is carrying or has carried arms”.*



Figura 1: Estados com presença de crianças-soldado



Fonte: Escritório do Representante Especial do Secretário-Geral para Crianças e Conflitos Armados, 2019.

Apesar de por vezes o fenômeno ser de difícil mensuração, o Relatório Anual produzido pelo Secretário-Geral sobre Crianças e Conflitos Armados busca identificar os países que apresentam crianças-soldado e mensurá-las. No relatório mais recente, de 2019, são apresentadas 20 situações de conflito onde são cometidas violações contra crianças.

Existem seis graves violações contra crianças em conflitos armados, são elas:

[...] os anexos ao presente relatório incluem uma lista de partes que, violando o direito internacional, se envolvem no recrutamento e uso de crianças, morte e mutilação de crianças, estupro e outras formas de violência sexual contra crianças, ataques à escolas e hospitais, ataques ou ameaças de ataques a pessoal protegido e rapto de crianças (CHILDREN AND ARMED CONFLICT, 2019, p. 1, tradução nossa).<sup>4</sup>

Neste relatório de 2019, ressalta-se que as informações contidas nele são apenas indicativas e nem sempre representam as escalas reais de violações contra crianças. Mesmo assim, é hoje o documento oficial da ONU, e por isso será utilizado como base de dados para esta monografia. O Relatório traz uma introdução sobre os dados que o compõem, e sobre suas coleta e precisão, também importante para introduzir as análises destes dados apresentadas a seguir no presente subcapítulo desta monografia:

<sup>4</sup> [...] “the annexes to the present report include a list of parties that, in violation of international law, engage in the recruitment and use of children, the killing and maiming of children, rape and other forms of sexual violence against children, attacks on schools and/or hospitals and attacks or threats of attacks against protected personnel, and the abduction of children”.

A preparação do relatório envolveu amplas consultas nas Nações Unidas, no campo e na sede, e com os Estados Membros relevantes. Ele destaca as tendências globais em relação ao impacto do conflito armado nas crianças e fornece informações sobre violações cometidas de janeiro a dezembro de 2018, bem como preocupações relacionadas à proteção. [...] Todas as informações contidas no relatório foram examinadas com precisão pelas Nações Unidas. Nas situações em que a capacidade de verificar informações foi prejudicada por fatores como insegurança ou restrições de acesso, ela é qualificada como tal. Nesse sentido, as informações contidas no relatório são meramente indicativas e não representam toda a escala de violações cometidas em 2018. [...] O presente relatório documenta situações em que as aparentes violações de normas e padrões internacionais para a proteção de crianças afetadas por conflitos são consideradas de gravidade que justifica preocupação internacional. Ao caracterizar os fatos descritos abaixo como graves violações, o objetivo do meu Representante Especial é levar essas situações à atenção dos governos (CHILDREN AND ARMED CONFLICT, 2019, p. 1, tradução nossa).<sup>5</sup>

Das 20 situações reportadas pelo uso de crianças-soldado hoje, 14 estão na agenda do Conselho de Segurança. A razão para que quatro países fiquem de fora - Índia, Líbia, Paquistão, e Tailândia - é que a comunidade internacional considera que pelo governo ser uma democracia e por ter autoridade sobre o território, ele poderia sozinho garantir o controle da situação sem ajuda de outros países. Os dados de 2018 das seis violações graves que ocorrem nestas situações foram compilados pela autora na tabela a seguir para fins comparativos, baseados no Relatório do Secretário-Geral sobre Crianças e Conflitos Armados emitido em 20 de junho de 2019.

---

<sup>5</sup> “The preparation of the report involved broad consultations within the United Nations, in the field and at Headquarters, and with relevant Member States. It highlights global trends regarding the impact of armed conflict on children and provides information on violations committed from January to December 2018, as well as related protection concerns. [...] All the information contained in the report has been vetted for accuracy by the United Nations. In situations where the ability to verify information was hampered by factors such as insecurity or access restrictions, it is qualified as such. In this regard, the information contained in the report is only indicative and does not represent the full scale of violations committed in 2018. [...] Accordingly, the present report documents situations in which apparent violations of international norms and standards for the protection of children affected by conflict are considered to be of such gravity as to warrant international concern. In characterizing the facts described below as grave violations, it is the aim of my Special Representative to bring these situations to the attention of Governments”.

Tabela 1: As seis violações graves nos Estados que apresentam crianças-soldado e estão na agenda de segurança da ONU

	Morte e mutilação	Ataque à escolas e hospitais	Negação de acesso humanitário	Rapto	Violência Sexual	Recrutamento e Uso
<b>Afganistão</b>	3062	254	44	19	4	46
<b>Colômbia</b>	108	13	2	6	9	293
<b>Filipinas</b>	57	2	N/D	13	3	19
<b>Iêmen</b>	1689	44	275	N/D	N/D	370
<b>Iraque</b>	1034	48	N/D	2	N/D	39
<b>Mali</b>	139	102	170	9	20	114
<b>Myanmar</b>	55	5	N/D	9	20	88
<b>Nigéria</b>	432	15	33	180	46	1947
<b>República Centro-Africana</b>	114	56	121	62	59	75
<b>República Democrática do Congo</b>	169	97	4	67	277	631
<b>Síria</b>	1854	125	N/D	59	38	806
<b>Somália</b>	1041	77	74	1609	331	2300
<b>Sudão</b>	186	17	N/D	22	68	N/D
<b>Sudão do Sul</b>	125	30	14	109	72	453

Fonte: Elaboração própria a partir do Relatório do Secretário-Geral para Crianças e Conflitos Armados, 2019.

Mais de 24 mil violações graves contra crianças foram verificadas pelas Nações Unidas nas 20 situações dos países. Enquanto o número de violações atribuídas a atores não estatais permaneceu estável, houve um aumento alarmante no número de violações atribuídas aos atores estatais e às forças internacionais em comparação com 2017, segundo o Relatório (2019). Dos 14 países acima, sete possuem atores estatais envolvidos nos conflitos, também responsáveis pelas violações contra as crianças, são eles: Afeganistão, República Democrática do Congo, Mianmar, Somália, Sudão do Sul, Síria e Iêmen.

Segundo o mesmo relatório, os números de assassinatos e mutilações (coluna um) atingiram níveis recorde desde a criação do monitoramento dos dados, em 2005. No Afeganistão, o número de vítimas de crianças permaneceu o maior número no presente relatório (3.062) e as crianças representaram 28% de todas as vítimas civis; seguido por Israel e o Estado da Palestina (2815). Na Síria, ataques aéreos, bombas de barril e munições cluster resultaram em 1.854 mortes de crianças.

Quanto aos ataques a escolas e hospitais (coluna dois), foram verificados um total de 1.023 ataques, onde além de crianças mortas e feridas, a falta de acesso à educação permanece

por muito tempo depois do ataque em alguns locais. O maior número de ataques é visto no Afeganistão (254), seguido da Síria (225). No Mali, até o final de 2018, 827 escolas permaneceram fechadas em regiões afetadas por conflitos. Os motivos dos ataques são principalmente religiosos e/ou advindos do conflito entre forças estatais e não estatais, como forma de manifestação contra o governo.

Um dado bastante interessante e que está diretamente relacionado aos demais é o impedimento de acesso humanitário (coluna três). Isso quer dizer que 2.505 crianças identificadas pela ONU foram privadas de ajuda humanitária no ano de 2018, vítimas de 795 incidentes de negação de acesso pelas forças combatentes. Mas o fator que mais agrava essa realidade é que tem se tornado mais difícil que os agentes de proteção tenham acesso à informação da localização dos menores, diminuindo mais ainda o alcance da ajuda humanitária.

Outro número que deixa famílias e comunidades sem informações é o rapto infantil (coluna quatro): 2.493 crianças foram raptadas em 2018. Os números mais altos foram verificados na Somália (1.609) e na República Democrática do Congo (367). Segundo o relatório:

As crianças foram sequestradas de lares, escolas e espaços públicos por partes em conflito, muitas vezes como precursor de outras violações graves, principalmente recrutamento e uso, e abuso sexual, incluindo escravidão sexual, na República Democrática do Congo, Nigéria e na Síria (CHILDREN AND ARMED CONFLICT, 2019, p. 3, tradução nossa).<sup>6</sup>

Dos sequestros, podem se seguir dois caminhos, como traz a passagem acima. Primeiro sobre o abuso sexual (coluna cinco), só no ano de 2018 foram verificados 933 casos contra crianças, sendo os mais preocupantes na Somália (331) e na República Democrática do Congo (277), principalmente porque a impunidade da violência sexual contra meninas e meninos pelas partes em conflito permaneceu endêmica.

Dos 947 casos reportados em 2018, 742 foram identificados contra meninas, principalmente entre 13 e 17 anos. Além disso, no total de crianças violadas pelas guerras no ano passado, o relatório identificou que 3081 eram meninas. Um dos casos mais marcantes neste contexto foram as graves violações cometidas pelo *Boko Haram* no nordeste da Nigéria (e até em países vizinhos), principalmente o uso continuado de crianças - em particular

---

<sup>6</sup> “Children were abducted from homes, schools and public spaces by parties to conflict, often as a precursor to other grave violations, notably recruitment and use, and sexual abuse, including sexual slavery, in the Democratic Republic of the Congo, Nigeria and the Syrian Arab Republic”.

meninas - como portadoras de dispositivos explosivos improvisados e o direcionamento da educação de meninas, inclusive por meio de sequestros e ataques às escolas segundo o Relatório (p. 33). No total, o grupo responde por 1,646 recrutamentos forçados no país.

Uma das coisas que a UNITA fazia, como ela não tinha condições de transporte, então ela pegava mulheres para transportar material bélico, e a minha irmã foi obrigada, como muitos jovens daquela aldeia que a gente morava, a fazer isso. Só que a minha irmã até hoje nunca voltou (APÊNDICE A).

Segundo Wessels (2007), o recrutamento de meninas não é incidental ou algo que ocorre em pequena escala: é sistemático e generalizado. Uma das formas mais comuns pela qual ele acontece é o sequestro, mas muitas meninas juntam-se a grupos armados para fugirem de situações domésticas de abusos físicos e sexuais e/ou violência e exploração doméstica. E uma última forma de entrada é voluntariamente, porque uma arma pode dar proteção em um cenário de opressão e medo. Segundo Jo Boyden (2009), as próprias crianças geralmente relatam discórdia familiar, abuso sexual, crime e falta de segurança, mobilidade ou espaço como mais frequentes e problemáticas para eles do que confrontos entre facções militares opostas.

Meninas soldados podem assumir diversas funções na guerra, como cozinheiras, enfermeiras, mensageiras e carregadoras, além de desempenharem serviços sexuais e atuarem como esposas de combatentes. Hoje, os maiores números de meninas menores de 18 anos em frentes de guerra estão na Somália (328) e na Colômbia (277). Mazurana et. all (2002) trazem importantes razões que levam meninas a se juntarem a grupos armados:

As meninas ingressam em forças e grupos de combate por várias vias, incluindo recrutamento ativo, voluntariado e sequestro ou pressionamento de gangues. [...] Em todos os países onde as meninas estavam presentes em grupos e forças de combate, algumas dessas meninas optaram por participar. No entanto, a noção de escolher ser voluntário é altamente contestada, as opções de muitas meninas já são tão limitadas que a ideia de que elas fazem livremente essa escolha é duvidosa. [...] As meninas podem entrar em forças e grupos de combate porque eles lhes fornecem comida, abrigo e uma sensação de segurança (MAZURANA et. all, 2002, p. 106, tradução nossa).<sup>7</sup>

---

<sup>7</sup> “Girls enter fighting forces and groups by a variety of avenues, including active recruitment, volunteering, and abduction or gang pressing [...] In all countries where girls were present in fighting forces and groups, some of these girls chose to join. However, the notion of choosing to volunteer is highly contested; many girls’ options already are so limited that the idea that they freely make this choice is doubtful. [...] Girls may enter fighting forces and groups because they provide food, shelter, and a sense of security”.

Esses jovens geralmente são impedidos de voltar para casa por suas famílias e comunidades e enfrentam grandes dificuldades em obter acomodação e emprego. Quando retornam, meninas que foram sexualmente abusadas e suas crianças são geralmente rejeitadas e sujeitas a estigmas e provocações. Segundo Martuscelli (2017), isso não ocorre com os meninos, que não possuem expectativas relacionadas com castidade e virgindade, por exemplo.

No ano passado, o país com o maior número de casos de recrutamento e uso de crianças (coluna seis) continuou sendo a Somália (2.300), seguida pela Nigéria (1.947). As crianças-soldado são hoje identificadas nos 13 países listados, o único onde não foram identificadas pela ONU foi no Sudão. Além disso, as 6 situações que ficam fora da agenda do Conselho de Segurança (Índia, Israel e Palestina, Líbano, Líbia, Paquistão e Tailândia) acabam por ficar sem dados, e por isso o número de crianças em conflitos armados fica difícil de mensurar.

46 Estados (23% dos Estados membros da ONU) ainda recrutam menores de 18 anos para suas forças armadas na prática. O fenômeno das crianças-soldado não se limita aos países em desenvolvimento. Nos Estados Unidos, o recrutamento nas forças armadas é permitido aos 17 anos (inclusive, os Estados Unidos são o único Estado Membro da ONU que não ratificou a Convenção sobre os Direitos da Criança); no Canadá, a idade mínima de recrutamento é de 16; e no Reino Unido, a idade mínima de alistamento é de 16,5, todos mediante aprovação dos pais (VAUTRAVERS, 2008).

Há muitas maneiras de as crianças se tornarem associadas a forças armadas e grupos. Algumas crianças são raptadas e subjugadas. Outras se juntam a grupos militares para escapar da pobreza e da fome. Mas existem também aquelas que se voluntariam como soldados, seja para defender suas comunidades, seja por um sentimento de vingança ou por outras razões. Muitas delas participam diretamente em combate, mas muitas também são usadas em funções de apoio como cozinheiras, carregadoras, mensageiras, espiãs, escravas sexuais, esposas, entre outros.

Era uma mistura, porque geralmente as crianças, elas eram usadas pra serem capangas dos comandantes. Então a comida era preparada por eles, por essas crianças. Eu era uma exceção porque eu tinha já um grau escolar muito bom. Inclusive nessa época eu já era quase um chefe da logística, eu era um subcomandante da logística, tinha uma brigada de quase sete mil homens. Eu ali já beirava meus 15 anos. A arma era maior que eu (APÊNDICE A).

Segundo o Escritório para Crianças e Conflitos Armado da ONU, nas guerras contemporâneas, as crianças são usadas até mesmo em atos de terror, inclusive como terroristas suicidas. As crianças-soldado são expostas a níveis agudos de violência, seja como testemunhas ou vítimas diretas, às vezes tendo que viver com deficiências pelo resto de suas vidas.

Essas são as crianças-soldado que estão lutando em conflitos armados pelo mundo hoje. Mas, e o que acontecerá com elas depois? Em um estudo sobre o desenvolvimento moral das crianças-soldado e o que os adultos devem temer, Jo Boyden (2009) explora a ideia das consequências dessa infância de condições precárias. Geralmente se pensa que os jovens não possuem a experiência, o discernimento e o raciocínio necessários para entender a gravidade de atos como matar, torturar e estuprar, escolhas que fazem durante a guerra. Dessa maneira, as crianças, cujas mentes são consideradas menos 'formadas' do que as dos adultos, são consideradas menos capazes de raciocinar e mais moralmente flexíveis.

É possível observar os reflexos desta afirmação nas decisões de líderes militares por recrutar crianças, entendendo que elas são mais receptivas à doutrinação e menos questionadoras de comandos que apresentam dificuldades morais. Essa realidade foi muito bem representada no filme *Beasts of No Nation*, lançado pela Netflix em 2015. O filme conta a história do menino Agu, que vivia em uma região não especificada da África com seus pais, e durante um ataque de forças rebeldes foge e se perde de sua família. Posteriormente, é pego por um grupo guerrilheiro e forçadamente recrutado. O menino-soldado se vê obrigado a agredir e matar pessoas. Uma realidade trazida no filme que apesar de chocar muitas pessoas incomodadas com o 'peso' da história, retrata a realidade de muitas crianças no mundo hoje.

Não se objetiva, neste trabalho, fazer uma análise social das consequências deste recrutamento na vida das crianças, mas sim entender porque essa realidade ainda afeta tantas delas, e o que está sendo feito na comunidade internacional para acabar com o fenômeno. Isso porque a prevenção da violência contra crianças em conflitos armados é um elemento crucial na construção e manutenção da paz, além de garantir que crianças e jovens desfrutem de seus direitos legais e de uma infância justa.

## **2.2 Conjuntura pós Guerra Fria: as guerras de terceiro tipo**

Quando pensamos em guerra, normalmente nos vem em mente a imagem de dois países combatendo entre si com suas forças armadas, e seu objetivo é destruir a capacidade do adversário de resistir para, posteriormente, impor condições militares e políticas a ele. Esse

foi os padrões de guerras como as europeias do século XVI, das Grandes Guerras Mundiais, e da Guerra do Golfo de 1991.

O objetivo principal do uso da força era principalmente para proteger os interesses do Estado, e apesar de reivindicar glória e poder, ela esteve sempre interligada à política. É a concepção de guerra de Clausewitz, resumida em sua famosa definição de que a guerra é uma continuação da política por outros meios, onde o objetivo das forças armadas é sustentar e promover os interesses diplomáticos dos estados (HOLSTI, 1996).

Com as consequências desastrosas da Primeira Guerra Mundial, o Pacto da Liga das Nações buscou restringir o uso legítimo da força a apenas três possibilidades: para autodefesa; para impor sanções patrocinadas pela Liga; e para resolver um conflito (após um período de espera de noventa dias). A própria criação da ONU em 1945 objetivava a paz e segurança internacional, que no momento significava a prevenção da guerra entre os Estados.

A Guerra Fria não mudou fundamentalmente a visão de praticantes ou acadêmicos sobre a guerra (HOLSTI, 1996), pois a solução definitiva para o problema da guerra passou a ser a dissuasão nuclear, onde o objetivo das guerras passa a ser agora o de evitar as guerras, e não de defender-se ou atacar. De acordo com Waltz (1979, p. 72, tradução nossa), "a história da política internacional é escrita em termos das grandes potências da nossa época".<sup>8</sup>

É neste ponto que Kalevi Holsti faz uma importante constatação a respeito desta nova percepção das guerras, de certo modo abafada pela perspectiva da Guerra Fria:

O que recentes analistas e profissionais negligenciaram amplamente é que a maior parte das guerras e dos assassinatos desde 1945 ocorreu longe dos campos de batalha centrais da Guerra Fria na Europa e no Pacífico Asiático. Os iniciadores das muitas guerras pós-1945 não foram as grandes potências tradicionais, mas estados relativamente novos e fracos. [...] Os países em desenvolvimento - Vietnã, Afeganistão, Etiópia e Somália - eram simplesmente as arenas em que a competição pelas grandes potências estava ocorrendo. Seus problemas de segurança eram um reflexo da política da Guerra Fria (HOLSTI, 1996, p. 13, tradução nossa).<sup>9</sup>

Dizer que a guerra foi fria só no Centro é certo, pois enquanto as grandes potências estavam preocupadas em prevenir guerras entre si, os conflitos armados começam a ocorrer

---

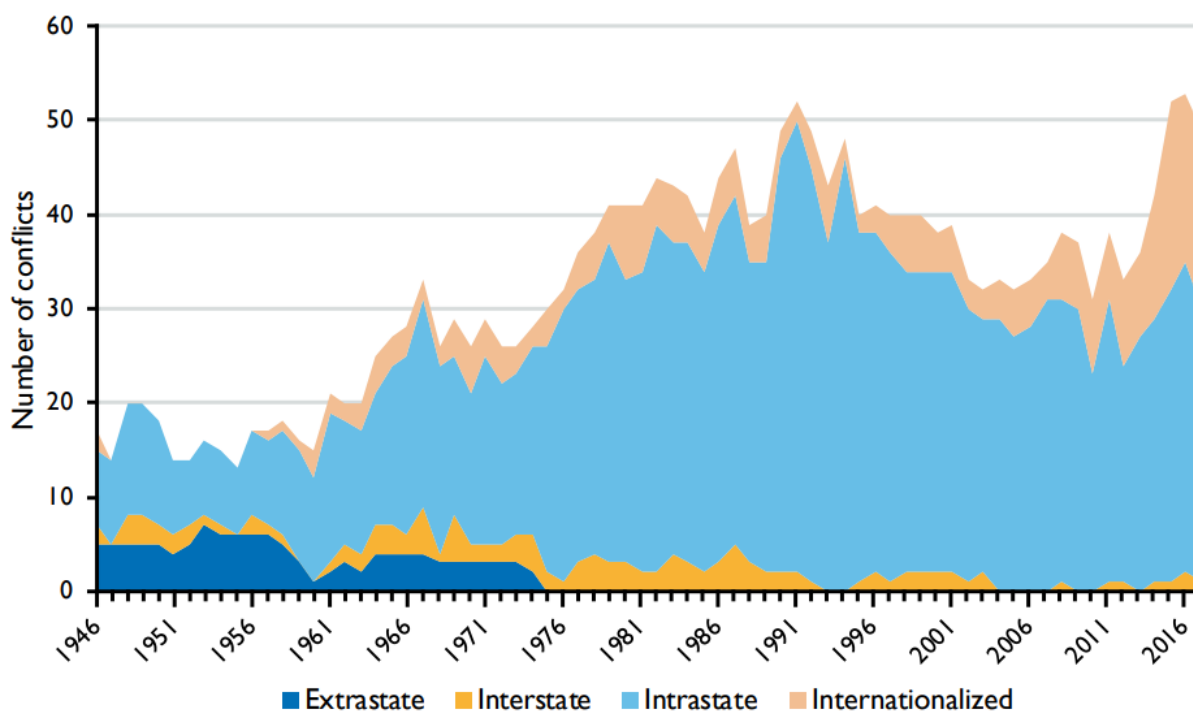
<sup>8</sup> *"The story of international politics is written in terms of the great powers of our era"*.

<sup>9</sup> *"What recent analysts and practitioners have largely overlooked is that most of the war and killing since 1945 has occurred far away from the central battlefields of the Cold War in Europe and Pacific Asia. The initiators of the many post-1945 wars have not been the traditional great powers, but relatively new and weak states. [...] The developing countries - the Vietnams, Afghanistans, Ethiopians and Somalias - were simply the arenas in which great-power competition was taking place. Their security problems were a reflection of Cold War politics"*.



na periferia, com uma tendência muito mais interna, do que interestatal. O gráfico abaixo, do Instituto de Pesquisa da Paz de Oslo (PRIO), demonstra essa tendência.

Figura 2: Número de conflitos armados por tipo de conflito (1946-2017)



Fonte: Instituto de Pesquisa da Paz em Oslo (PRIO), 2018.

O gráfico traduz o problema que Holsti levanta de que a política internacional contemporânea e futura, na verdade, tem um problema de política interna, cuja origem está na natureza dos novos estados. A prova disso está no relevante aumento de conflitos intraestatais observados após 1945, especialmente com o final da Guerra Fria. Em muitos deles, nem mesmo o Estado é o mesmo que a comunidade, acarretando em conflitos internos.

As guerras do período pós Guerra Fria, portanto, deixam de ser travadas entre Estados para serem dentro dos próprios Estados. Essas guerras são fundamentalmente diferentes das experiências da Europa e da Guerra Fria. Suas discussões fundamentais são sobre a natureza das comunidades e os processos e problemas da construção do Estado Nacional. Segundo Holsti (1996, p. 18, tradução nossa), “estamos preocupados com guerras de 'terceiro tipo’”<sup>10</sup>. O relato de Victorino nos ajuda a observar como essas questões de construção do Estado Nacional podem desencadear em conflitos quando não ocorre o envolvimento da comunidade:

<sup>10</sup> “We are concerned with wars of a 'third kind'”.

Então guerra foi assim: já que vocês não querem conversar conosco, não querem nos ouvir, não querem que a gente participe da política do país, nós vamos partir pra uma outra situação a fim de provocar uma comoção internacional. Só que o que acontece, se essa guerra ficar só entre tropas, a comunidade não vai se comover. Então o que eles fazem pra chamar atenção: assassinar a população. A população serve como escudo para que a comunidade internacional interfira, interceda para proteger a população (APÊNDICE A).

As novas tendências e padrões das guerras do final do século XXI não podem ser explicados pela teoria padrão da política internacional. Desde 1945, muitas guerras assumiram o formato de 'libertação nacional', e objetivam acabar com o domínio 'legítimo' sobre uma comunidade. Destas, Holsti destaca três tipos de guerras, sendo as mais comuns as de descolonização contra o domínio holandês, francês, britânico, espanhol, soviético e português. Também há guerras de 'unificação nacional', que objetivam reunificar uma comunidade antes colonizada pelas grandes potências durante a Guerra Fria. E, por fim, existem numerosas guerras de secessão, travadas por comunidades que não foram integradas durante a independência do domínio colonial.

Muitos desses conflitos assemelham-se entre si pela busca de liberdade porque são motivados por uma comunidade que busca criar seu próprio Estado. Elas envolvem resistência de vários povos contra a dominação, exclusão, perseguição ou expropriação de terras e recursos pelo Estado pós-colonial. Podemos denominar essas guerras de Estado-nação (HOLSTI, 1996). Os conflitos giram em torno de questões intraestatais, entre o Estado e a nação.

Se as guerras europeias foram caracterizadas por regras e sequências formais - crise, declaração de guerra, derrota militar, paz negociada, as guerras de terceiro tipo, às vezes chamadas de guerras populares, são desinstitucionalizadas. Os principais critérios para distinguir formas de guerra são: (1) os propósitos da guerra; (2) o papel dos civis durante a guerra; e (3) as instituições de guerra (HOLSTI, 1996).

Um ponto bastante importante que a teoria de Holsti levanta, que ele mesmo coloca como sendo o grande diferencial das guerras institucionalizadas e totais para as guerras de terceiro tipo, é o propósito do conflito armado. Antes, as guerras eram um meio de se fazer política externa, com objetivos limitados. Agora, elas se tratam de lutar para preservar ou estabelecer uma comunidade.

As guerras antes de 1945 eram disputas entre forças armadas claramente identificáveis cuja tarefa era de forçar a rendição do adversário. Nelas, o Estado, as forças armadas e a

população civil são legalmente, política e estrategicamente distintas, são guerras institucionalizadas. Durante as grandes guerras, dois novos ambientes de guerra foram abertos: no fundo do mar e no ar, quando os civis se tornaram alvos deliberados da guerra, mas não atores.

“O terror tornou-se um componente do pensamento estratégico”<sup>11</sup>, diz Holsti (1996, p. 35, tradução nossa) sobre as novas guerras. O terror passa a ser praticado por bombardeios maciços contra centros populacionais, independentemente de essas áreas terem algum significado militar. Nem mesmo sobre os prisioneiros de guerra se tem regras. Dos aproximadamente cinco milhões de prisioneiros soviéticos em cativeiro nazista, mais de três milhões morreram de maus-tratos e privações.

A ocupação brutal gera resistência, e as guerras populares contra sistemas altamente organizados de inteligência e terror não pode ser organizada de acordo com as linhas militares tradicionais:

Os compromissos devem ser esporádicos, seus autores não observados e não identificáveis. Na medida em que a resistência é organizada, ela depende de uma população civil simpática para alimentos, comunicações, refúgios e outros serviços. [...] Não há frentes, campanhas, bases, uniformes, honras exibidas publicamente, pontos de interesse ou respeito pelos limites territoriais dos estados. [...] Não há estratégias e táticas definidas. Inovação, surpresa e imprevisibilidade são necessidades e virtudes (HOLSTI, 1996, p. 36, tradução nossa).<sup>12</sup>

A guerra popular é ao mesmo tempo uma guerra de resistência e uma campanha para politizar as massas. E para isso, não há estratégias e táticas definidas, e os combatentes acabam por contar com crimes para arrecadar fundos para seus mantimentos bélicos.

A clara distinção entre estado, forças armadas e a sociedade se dissolve na 'guerra popular': ela é uma guerra desinstitucionalizada. Incidentes terroristas são projetados para divulgar, não para derrotar uma força armada inimiga. Segundo a teoria do autor:

Nenhuma crise isolada os precipita e eles geralmente não começam em uma data específica. Não há declarações de guerra, não há estações para a campanha, e poucos terminam com tratados de paz. Batalhas decisivas são

---

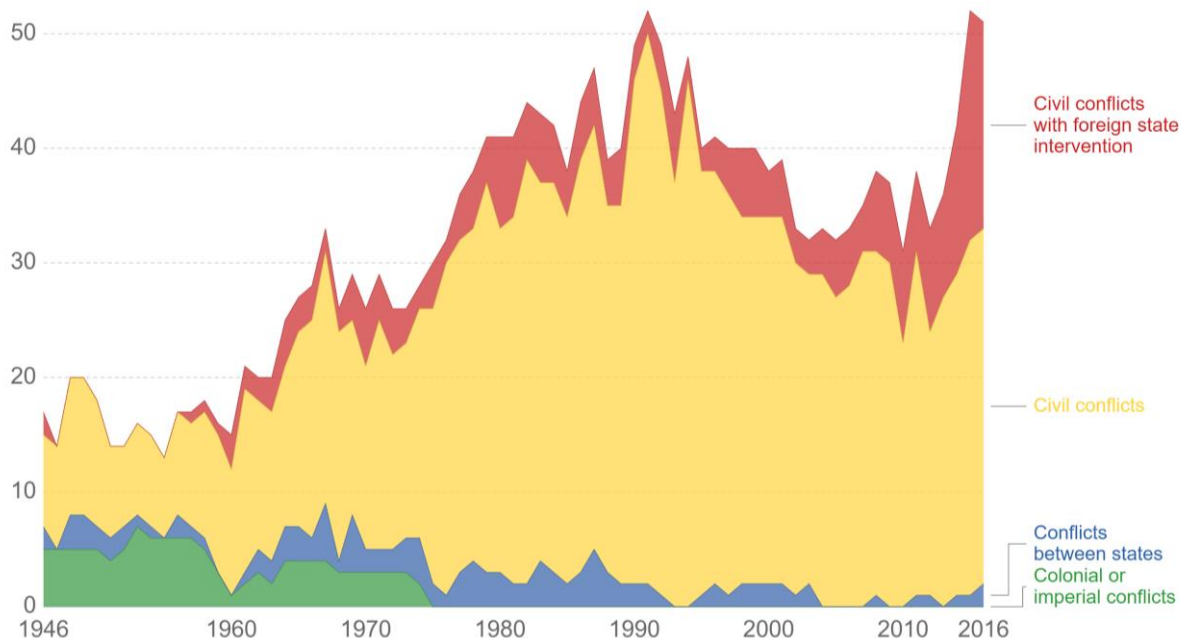
<sup>11</sup> “*Terror became a component of strategic thinking*”.

<sup>12</sup> “*Engagements must be sporadic, their perpetrators unobserved and unidentifiable. To the extent that resistance is organized at all, it relies upon a sympathetic civilian population for food, communications, hideaways, and other services. [...] There are no fronts, no campaigns, no bases, no uniforms, no publicly displayed honors, no points d'appui, and no respect for the territorial limits of states. [...] There are no set strategies and tactics. Innovation, surprise, and unpredictability are necessities and virtues*”.

poucas. Atrito, terror, psicologia e ações contra civis realçam o "combate" (HOLSTI, 1996, p. 20, tradução nossa).<sup>13</sup>

Em vez de forças armadas altamente organizadas e com hierarquias claras de comando, como eram as forças que lutaram nas grandes guerras e antes delas, as guerras de terceiro tipo são travadas por grupos irregulares, sob pouca ou nenhuma autoridade central. O aumento no número de guerras é predominantemente um aumento de conflitos cada vez menores. O mapa abaixo mostra a mudança nas características das guerras desde a II Guerra Mundial.

Figura 3: Conflitos baseados no Estado (1946 – 2016)



Fonte: Programa de Dados de Conflito de Uppsala (UCDP), 2016.

Então, a afirmação de Clausewitz continua sendo válida para as guerras de terceiro tipo, mas agora é caracterizada pela imprevisibilidade de atentados, bombardeios e outros tipos de ataques envolvendo civis, que servem primeiro para chamar atenção, e só depois levarão ao objetivo final, que continua sendo o fim político. Mas mais do que isso, a dificuldade consiste precisamente em que uma guerra desse tipo não constitua uma continuação da política por outros meios. Em vez disso, seria mais correto dizer que ele “se

<sup>13</sup> “No single crisis precipitates them, and they typically do not start at a particular date. There are no declarations of war, there are no seasons for campaigning, and few end with peace treaties. Decisive battles are few. Attrition, terror, psychology, and actions against civilians highlight “combat”.

funde com a política, se torna política, é política” (VAN CREVELD, 1991, p. 142-143, tradução nossa).<sup>14</sup>

As antigas leis da neutralidade não mais se aplicam nestes cenários, porque os que são militarmente fracos confiam em pessoas externas para obter armamento e apoio logístico. Assim, comerciantes de armas, drogas e grupos de apoio transformam a guerra em empreendimento transnacional.

As guerras dos povos tem sua principal força na população civil: é a principal fonte de recursos humanos, apoio logístico e inteligência. Mas os civis também se tornam alvos. Pelo destaque de Holsti das palavras de Brown:

As comunidades costumam se misturar, de modo que as linhas de batalha atravessam cidades, vilas e bairros. Na medida em que o controle sobre o território é um valor fundamental, as populações civis são objetos de despejo, estupro, massacres e limpeza étnica. [...] Nas guerras do terceiro tipo, o jogo mortal é jogado em todas as casas, igrejas, repartições do governo, escolas, rodovias e aldeias (HOLSTI, 1988, p. 39, apud BROWN, 1993, tradução nossa).<sup>15</sup>

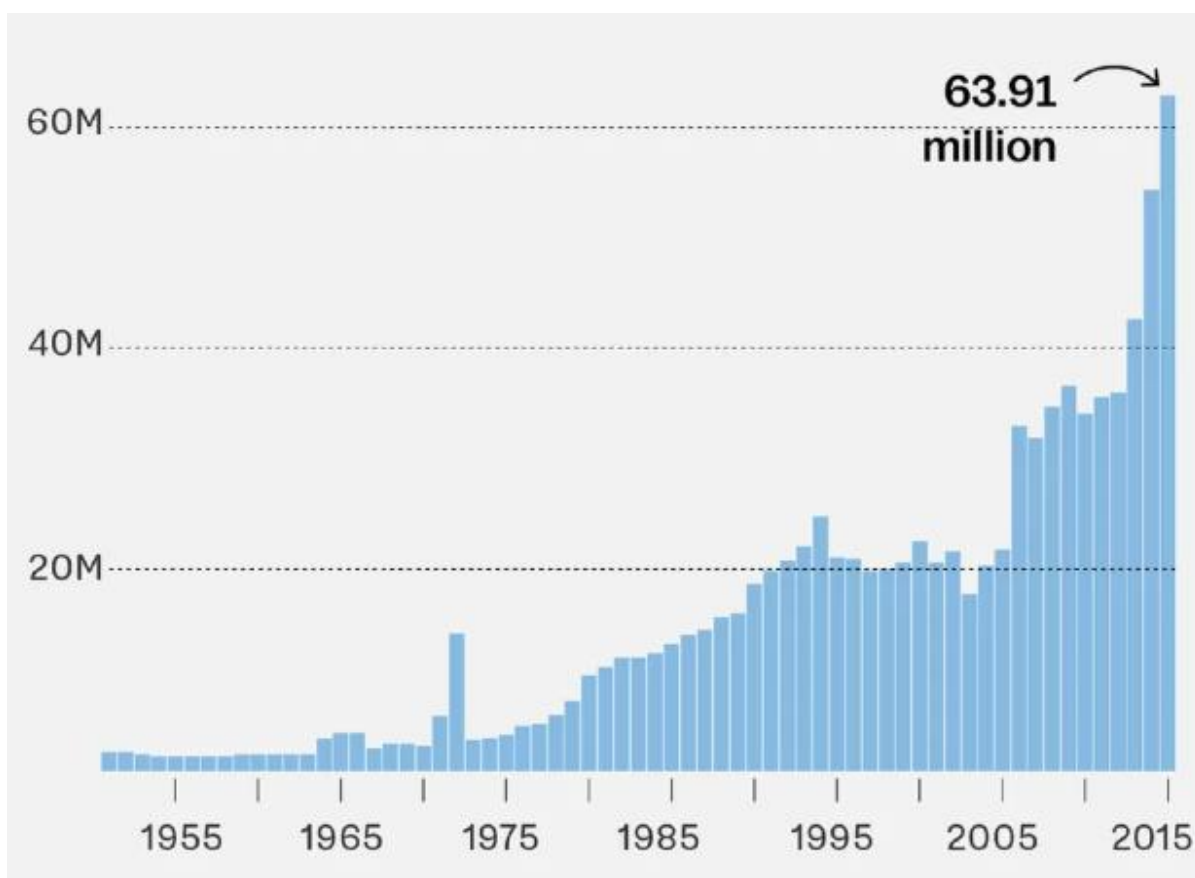
As guerras populares tendem a ser desagradáveis, brutas e longas. Por serem principalmente sobre pessoas e envolverem um grande número de civis, tanto no combate quanto como apoiadores ou vítimas, acabam por deixar um grande número de refugiados. A figura abaixo mostra o aumento no número de refugiados no mundo pós II Guerra Mundial.

---

<sup>14</sup> “The difficulty consists precisely in that a war of this type does not constitute a continuation of policy by other means. Instead, it would be more correct to say that it merges with policy, becomes policy, is policy”.

<sup>15</sup> “Communities are often intermingled so that battle lines cut through cities, towns, and neighborhoods. To the extent that control over territory is a key value, civilian populations are the objects of eviction, rape, massacres, and ethnic cleansing”. [...] In wars of the third kind, the deadly game is played in every home, church, government office, school, highway, and village”.

Figura 4: Número de refugiados no mundo (1945 - 2015)



Fonte: Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, 2016.

Sobre as guerras de terceiro tipo, Holsti (1996, p. 40) antecipava já nos anos 90: “Elas persistem e continuarão no futuro. Por quê? Porque em muitas regiões do mundo a questão do Estado e a relação do Estado com suas nações, comunidades e povos constituintes não foram resolvidas com descolonização”<sup>16</sup>. E elas irão acontecer principalmente em Estados fracos, fracos em termos de legitimidade e eficácia, sobre os quais falarei mais adiante nesta monografia.

Então a lógica é essa. É ruim? Errado? Muito, muito, muito. E o governo ele jamais vai dizer “ah, tá morrendo muita gente, eu vou parar, vou negociar”. Não, pelo contrário, ele pega aquele povo que tá morrendo e usa aquele povo pra jogar contra aquelas forças que tão matando o povo. Ele usa essas pessoas como propaganda, sabe? Como pra dizer “ó, tão vendo? Esses caras não prestam, tão matando você”. E ele esquece que se tá acontecendo aquilo é porque ele tá errando em algum ponto (APÊNDICE A).

<sup>16</sup> “They persist and will continue into the future. Why? Because in many regions of the world the issue of statehood and the relation of the state to its constituent nations, communities, and peoples has not been settled with decolonization”.

Este envolvimento civil contabiliza todo o tipo de população não combatente, e é aqui que encontramos as crianças-soldado: as guerras do terceiro tipo dão lugar à existência deste tipo de fenômeno. Sabemos o tipo de conjuntura dá lugar ao aparecimento do fenômeno, mas por que utilizar crianças nos conflitos armados?

No século XVIII, era comum as crianças serem matriculadas em regimentos de campo. Em certas regiões da França, até um terço das crianças eram mortas ou abandonadas, em particular nas cidades e em épocas de fome ou guerra. A mudança para exércitos profissionalizados no final do século XX conseguiu limitar a guerra a um confronto 'simétrico' entre atores nacionais.

Quando a Segunda Guerra Mundial começou em 1939, poucos países estavam preparados para um conflito prolongado. Segundo Vautravers (2008), aqueles que não sofreram consequências terríveis nos primeiros dois anos da guerra, sofreram depois pela mobilização crescente da economia e da população para o esforço da guerra, que servia para reabastecer os campos de guerra.

Mas o fim da Guerra Fria criou um novo ambiente de crescente número de conflitos internos, de características irregulares e insurgentes, e a multiplicação dos atores envolvidos no conflito. O crescente uso de crianças-soldado veio, portanto, com o fim da Guerra Fria e o crescente número de guerras intraestatais nos anos 90:

Pode-se argumentar que as consequências da crescente complexidade da guerra são a concentração de conflitos em áreas urbanizadas e densamente povoadas e o aumento do pedágio nas populações civis em conflito. O resultado final dessa complexidade é uma generalização de crises prolongadas: um terço dos conflitos atuais tem mais de 30 anos. E quanto mais longo o conflito, mais ele afeta os meios de subsistência e as gerações futuras, impactando as crianças (VAUTRAVERS, 2008, p. 98 - 99, tradução nossa).<sup>17</sup>

Em um estudo sobre por que crianças-soldado é uma questão tão complexa, Alexandre Vautravers (2008) buscou entender que razões que levam ao uso de crianças-soldado, e explora 10 razões pelas quais elas são usadas nas guerras do terceiro tipo. O primeiro deles é a mobilização de recursos e populações para a defesa territorial, que emergiu em países específicos como Mianmar, Nepal e Coréia do Norte. A mobilização e a preparação para a

---

<sup>17</sup> “It can be argued that the overarching consequences of the increasing complexity of war is the concentration of conflicts in urbanized and densely populated areas and the increasing toll on civilian populations in conflict. The end result of this complexity is a generalization of protracted crisis: a third of the present conflicts are over 30 years old. And the longer the conflict, the more it impacts upon the livelihoods and future generations, impacting children”.

guerra total levam as partes envolvidas a mobilizar todos os seus recursos, inclusive o humano, para o esforço de guerra. Por este motivo ocorre a militarização e o recrutamento dos jovens.

No segundo motivo, o autor levanta como causa a mobilização de forças irregulares para a resistência contra um poder central, o que retrata muito bem o fato de que hoje a maioria das crianças-soldados não é encontrada em exércitos nacionais regulares, mas sim em grupos armados, guerrilhas, forças paramilitares organizadas por movimentos dissidentes ou secessionistas, organizações terroristas ou crime organizado (VAUTRAVERS, 2008). O aumento do recrutamento infantil ocorre porque no pós Guerra Fria esses grupos irregulares que empregam as crianças aumentaram em quantidade e volume, uma vez que são privados de participação política e precisam recrutar forças para resistir ao governo. É o caso das FARC, onde grande parte dos soldados são crianças.

Este ponto vai bastante ao encontro à razão três, que traz como causa a independência e sobrevivência política, onde em regimes autoritários - ideológicos ou religiosos - a mobilização dos movimentos juvenis e seu uso na preparação para a defesa convencional se torna bastante comum. Além disso, sobre o recrutamento dessas crianças, Boyden (2009, p. 344, tradução nossa) complementa: “Com o baixo custo e a proliferação de armas pequenas e leves, aumenta a probabilidade de as crianças se envolverem diretamente em combate, pois essas armas são fáceis de transportar e carregar”.<sup>18</sup>

Exercer o controle sobre as populações vulneráveis e/ou deslocadas também reflete uma razão pela qual se recrutam crianças, onde regimes e movimentos autoritários recorrem à doutrinação e posterior militarização desses atores. O recrutamento dessas crianças, segundo Vautravers, possivelmente sobreposto a estruturas políticas, ideológicas ou religiosas, tem servido ao propósito de exercer controle sobre uma população contra certa 'ameaça'.

Neste cenário, crianças pertencentes a minorias e populações deslocadas acabam por ser correr maior risco de recrutamento, graças a sua menor proteção social: “Populações marginais, minoritárias ou imigrantes podem ser especificamente direcionadas para o recrutamento nas forças armadas por suas diferenças sociais ou étnicas” (VAUTRAVERS, 2008, p. 102, tradução nossa).<sup>19</sup>

Os estados descolonizados que precisam lidar com a pobreza e a falta de trabalhadores qualificados com conhecimento técnico, bem como com questões de governança, muitas

---

<sup>18</sup> “*With the low cost and proliferation of small, lightweight weapons, the likelihood that children will engage directly in combat is increased, for such weapons are easy to carry and load*”.

<sup>19</sup> “*Marginal, minority, or immigrant populations may be specifically targeted for recruitment in the armed forces for their social or ethnic differences*”.



vezes não podem mobilizar adultos para resolver conflitos, e acabam por mobilizar crianças, por serem um trabalho mais barato e mais disponível, quase que ilimitado. Além disso, são consideradas mais fáceis de mobilizar e também de dispensar, quando necessário. A disciplina, portanto, também é uma razão para o recrutamento de crianças, pois são mais fáceis de liderar e comandar do que adultos. Paralelamente, segundo Vautravers (2008), onde a pirâmide etária ainda possui uma ampla base - em particular na África - as crianças estarão sob crescente pressão para trabalhar em seu país de origem ou emigrar para encontrar trabalho no exterior.

Apesar de uma grande proporção de crianças-soldado ser encontrada em grupos rebeldes e não estatais, nos casos em que são recrutadas nos governos nacionais, eles são frequentemente incorporados às forças paramilitares e raramente são reconhecidos publicamente como parte das forças regulares. Portanto, como defende Vautravers (2008, p. 105, tradução nossa), “A falta de soberania do Estado é, portanto, a pedra angular do problema das crianças-soldado”<sup>20</sup>.

Como a maioria desses governos, movimentos ou grupos armados não têm acesso à economia global livre, esses atores com frequência financiam sua capacidade bélica por meios ilegais, como pilhagem e chantagem de civis. “As crianças sequestradas ou inscritas em grupos armados são, em muitos casos, mantidas sob influência de álcool, drogas ou outras substâncias. Embora isso possa garantir alguma medida de 'lealdade', não se pode ignorar que isso incentiva atividades criminosas e crimes de guerra” (VAUTRAVERS, 2008, p. 106, tradução nossa)<sup>21</sup>. Ou seja, drogas e álcool além de fonte para mantimento das forças combatentes, são ainda usados como forma de manter as crianças lutando e matando. Drogadas, elas são facilmente alienadas a praticar atos de violência, cujo impacto será muito maior em seu psicológico depois.

### **2.3 A securitização do tema na agenda internacional**

A provisão de segurança como bem público deve ser considerada alcançável da mesma maneira que as instituições democráticas prestam outros serviços públicos, e lidar com crianças e jovens que impactam negativamente a segurança levanta questões que vão ao cerne da agenda da Segurança Internacional.

---

<sup>20</sup> “The lack of State sovereignty is therefore the cornerstone of the child soldier problem”.

<sup>21</sup> “The children abducted or enrolled in armed groups are, in numerous cases, held under influence by alcohol, drugs, or other substances. While this may ensure some measure of ‘loyalty’, it cannot be ignored that this encourages criminal activities and war crimes”.

A guerra é sem dúvida o evento mais catastrófico conhecido pela humanidade, com consequências particularmente graves para as crianças em termos de sobrevivência, desenvolvimento e bem-estar. [...] Conflitos do tipo que prevalecem hoje apresentam um risco especial para os jovens, em parte por causa do crescimento de hostilidades intraestatais, mas também por causa de mudanças na tecnologia de armas e na disseminação de táticas de guerra psicológica e econômica (BOYDEN, 2009, p. 343, tradução nossa).<sup>22</sup>

Conflitos intraestatais são frequentemente associados a níveis muito baixos de segurança por parte das instituições estatais. A falta de proteção inicia no campo de batalha, mas se estende ao terror psicológico, até a falta de alimento, água e remédios para a população civil afetada. Além disso, as guerras resultam em um clima de ilegalidade e impunidade, que acaba por aumentar tanto a violência criminal, quanto a doméstica.

Se as guerras do terceiro tipo ocorrem em Estados falidos, que não conseguem prover segurança para a população, Rotberg traz um importante questionamento em seu estudo sobre estes Estados:

A segurança é equiparada à regra dos fortes. [...] Até onde chega o âmbito do governo central? O Estado perdeu legitimidade? Mais importante, porque o conflito civil é decisivo para o fracasso do Estado, pode o Estado em questão ainda garantir fronteiras seguras e garantir segurança aos seus cidadãos, urbanos e rurais? (ROTBURG, 2011, p. 11, tradução nossa).<sup>23</sup>

As inseguranças que os jovens enfrentam hoje, provavelmente se tornarão as inseguranças que as sociedades experimentarão amanhã. Então, no caso das crianças-soldado, se o Estado e suas Instituições não conseguem garantir segurança a elas, em que momento o problema passa a fazer parte das responsabilidades das Organizações Internacionais?

Para responder essa pergunta, precisamos primeiro responder à uma anterior: que qualidade torna algo uma questão de segurança nas Relações Internacionais? Essa pergunta foi feita por Buzan, Waever e Wilde, em 1998, na obra em que montam uma nova estrutura para análise da Segurança Internacional, que tem suas raízes nas tradições da política de poder. Na obra, os autores defendem que esse tipo de segurança tem uma agenda distinta das demais e pode ser definida assim:

<sup>22</sup> “War is arguably the most catastrophic event known to humankind, with particularly grave consequences for children in terms of their survival, development, and well-being. [...] Conflicts of the kind that prevail today present a special risk to the young, in part because of the growth in intrastate hostilities, but also because of changes in weapons technology and the spread of psychological and economic warfare tactics”.

<sup>23</sup> “Security is equated with the rule of the strong. [...] How far does the ambit of the central government reach? Has the state lost legitimacy? Most important, because civil conflict is decisive for state failure, can the state in question still secure its borders and guarantee security to its citizens, urban and rural?”.

Segurança é sobre sobrevivência. É quando uma questão é apresentada como uma ameaça existencial a um objeto referente designado (tradicionalmente, mas não necessariamente, o Estado, incorporando governo, território e sociedade). [...] A invocação da segurança tem sido a chave para legitimar o uso da força, mas, de maneira mais geral, abriu caminho para o Estado mobilizar ou tomar poderes especiais para lidar com ameaças existenciais (BUZAN et al, 1998, p. 21, tradução nossa).<sup>24</sup>

Portanto, quando um Estado securitiza um tema, ele está declarando uma condição de emergência para este tema, e também autorizando o uso de qualquer meio para impedir o desenvolvimento desta ameaça. “A securitização é o movimento que leva a política além das regras estabelecidas do jogo e enquadra a questão como um tipo especial de política ou acima da política. A securitização pode, portanto, ser vista como uma versão mais extrema da politização” (BUZAN et al, 1998, p. 23, tradução nossa).<sup>25</sup> Assim, cada Estado vai securitizar o que achar que faz sentido para o seu território e nação.

Em termos da agenda internacional, segundo os autores, um determinado tema se torna uma questão securitizada internacionalmente, pois se argumenta que essa questão é mais importante que outras e deve ser tomada como prioridade, avaliada principalmente em termos de ser ou não uma ameaça existencial. Portanto, a segurança é autorreferente, pois ela torna uma questão securitizada não necessariamente porque uma ameaça existencial existe, mas sim porque ela é apresentada como tal. Uma vez que a ameaça se torna recorrente e persistente, ela se torna institucionalizada.

O critério exato de securitização é a definição de ameaça existencial com saliência suficiente para ter efeitos políticos relevantes. E a maneira de estudar a securitização (ou falta dela) é estudando os discursos e atos de fala, que precisam, necessariamente, de aceitação por uma audiência significativa:

Um discurso que assume a forma de apresentar algo como uma ameaça existencial a um objeto referente não cria, por si só, securitização - esse é um movimento securitizante, mas o problema é securitizado apenas se e quando o público o aceitar como tal. [...] Como a securitização nunca pode ser

---

<sup>24</sup> “Security is about survival. It is when an issue is presented as posing an existential threat to a designated referent object (traditionally, but not necessarily, the state, incorporating government, territory, and society). [...] The invocation of security has been the key to legitimizing the use of force, but more generally it has opened the way for the state to mobilize, or to take special powers, to handle existential threats”.

<sup>25</sup> “Securitization is the move that takes politics beyond the established rules of the game and frames the issue either as a special kind of politics or as above politics. Securitization can thus be seen as a more extreme version of politicization”.

imposta, há necessidade de argumentar (BUZAN et all, 1998, p. 25, tradução nossa).<sup>26</sup>

O ato de segurança é negociado entre o agente securitizador e sua audiência, pois tipicamente irá quebrar as regras do jogo para impedir o alastramento da ameaça. Portanto, a securitização só se concretiza se possuir três componentes: uma ameaça existencial, uma medida emergencial e a quebra de regras.

Segundo os autores, “se colocarmos a sobrevivência de unidades e princípios coletivos - a política de ameaças existenciais - como o núcleo definidor dos estudos de segurança, teremos a base para aplicar a análise de segurança a vários setores sem perder a qualidade essencial do conceito” (BUZAN et all, 1998, p. 27, tradução nossa).<sup>27</sup> Tendo isso em mente, é possível entender como e porque a agenda de Segurança Internacional se expandiu para além do tradicional político-militar no pós Guerra Fria.

O fim da Guerra Fria desencadeou em um processo no qual a falta de uma ameaça orientada globalmente abriu espaço para que as ameaças orientadas regionalmente fossem percebidas de maneira mais proeminente pela comunidade internacional. O envolvimento de novos atores e novos setores resulta na ampliação da agenda de Segurança Internacional, uma conquista do projeto liberal que após entender que as ameaças existenciais são diferentes, propõe a ampliação para cinco setores de segurança: militar, político e agora também econômico, societal e ambiental.

Na Segurança Internacional existe três atores distintos a serem analisados. Primeiro, o objeto referente - que tem tradicionalmente sido o Estado e depois a nação, e a grande maioria das ações serão tomadas em nome de uma coletividade. A humanidade como um todo atingiu o status de objeto referente a nível sistêmico na Guerra Fria, quando estávamos sobre a ameaça das armas nucleares. Hoje, o objeto é o próprio indivíduo: “securitização do indivíduo é uma prática política real de nossos tempos” (BUZAN et all, 1998, p. 39, tradução nossa).<sup>28</sup> Segundo, o ator securitizador é alguém ou um grupo que executa o ato de fala - normalmente líderes políticos e grupos de pressão. E o terceiro são os atores funcionais - que são aqueles que afetam a dinâmica de um setor, influenciando as decisões no campo da segurança.

---

<sup>26</sup> *A discourse that takes the form of presenting something as an existential threat to a referent object does not by itself create securitization - this is a securitizing move, but the issue is securitized only if and when the audience accepts it as such. [...] Since securitization can never only be imposed there is some need to argue one's case.*

<sup>27</sup> *“If we place the survival of collective units and principles - the politics of existential threat - as the defining core of security studies, we have the basis for applying security analysis to a variety of sectors without losing the essential quality of the concept”.*

<sup>28</sup> *“Securitization of the individual is a real political practice of our times”.*

Ao identificar esses três atores no fenômeno das crianças-soldado, chegamos ao seguinte resultado: o objeto referente são as Guerras do terceiro tipo (que dão lugar ao fenômeno das crianças-soldado) - que são aquelas pelas quais as ações são tomadas; o ator securitizador, neste caso atores, são as agências da ONU que levantam o fenômeno na agenda Internacional; e os atores funcionais podem ser o Conselho de Segurança da ONU e os países que fornecem armamento para os grupos que recrutam os jovens. Portanto, o processo de securitização do fenômeno das crianças-soldado foi iniciado quando houve o envolvimento das grandes potências no tema e a publicização de seis resoluções dedicadas especificamente ao tema a partir de 1999 pelo Conselho de Segurança. Em 2005, a ONU declarou que a questão estava firmemente na agenda do Conselho a partir de então, pois reconhece que ela representa uma ameaça legítima para a paz e a segurança internacionais (UNITED NATIONS, 2005).

A segurança é uma prática social específica. A securitização, portanto, é a ideia de que toda a ameaça é socialmente construída por meio do discurso dos atores no meio internacional, e ela é por si só, um ato de fala. Quando um tema é securitizado, ele sai da esfera política simplesmente e se torna uma versão extrema da politização. Buzan nos traz o entendimento que para se tornar um tema de segurança, ele precisa representar uma ameaça. Essa ameaça, hoje, ultrapassa o setor político-militar e alcança os demais, econômico, societal e ambiental. Também deixa de se tratar apenas do Estado e da nação, para se tratar muito mais da solução de um problema que afeta o indivíduo.

Assim, essas ameaças são facilmente reconhecidas hoje em várias partes do mundo - principalmente em países menos desenvolvidos, sendo representadas por fenômenos ambientais - como secas, tsunamis, terremotos; sociais - como migrações, indivíduos refugiados; drogas, etc.; econômico - como desigualdade, crise econômica; pobreza, etc.; política - Estados falidos, ideologia, ditaduras, etc.; e militar - conflitos armados, armamento nuclear, armamento da população civil, etc. As crianças-soldado impactam principalmente os setores econômicos, em face da falência desses Estados, e societal, como quando se juntam aos grupos armados por problemas familiares, por fome, ou por etnia e religião, o que vincula esse setor à própria formação daquela sociedade.

Para garantir a segurança contra essas ameaças, são usados padrões e medidas de proteção para conjuntos definidos de informações, sistemas, instalações, comunicações, pessoal, equipamentos e operações. Segundo Cepik (2001), a proteção total de tudo e de todos é algo impossível tanto do ponto de vista material, quanto psicológico.

Em seu trabalho sobre Segurança, Marco Cepik explora o conceito de Segurança Nacional como sendo “Uma condição relativa de proteção coletiva e individual dos membros de uma sociedade contra ameaças plausíveis à sua sobrevivência e autonomia. [...] No limite, estar seguro nesse contexto significa viver num estado que é capaz de neutralizar ameaças vitais” (CEPIK, 2001, p. 3). O autor traz como um dos maiores impasses para a definição de segurança nacional a tentativa equivocada de tentar resolver a ambiguidade moral do conceito através do recurso ao conceito de segurança humana.

O conceito de segurança humana foi formulado no Relatório sobre o Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em 1994, buscando articular uma série de tentativas anteriores de alargar e substituir a noção de segurança nacional vigente durante a Guerra Fria. Isso porque, depois deste período começou a se falar sobre problemas de segurança social, ambiental, global, alimentar e individual (ameaçada pela doença, crime ou repressão estatal) (CEPIK, 2001).

Figura 5: Componentes da Segurança Humana



Fonte: Centro de Pesquisa de Desenvolvimento Global, 2016 - 2019.

A inclusão dos novos temas na agenda de Segurança Internacional, segundo Cepik (2001), foi reivindicada a partir desse conceito sintético de segurança humana. O autor destaca algumas mudanças da segurança nacional para a humana. Nesta segunda, o objeto de segurança deixa de ser o Estado e passa a ser o indivíduo - minorias, pobres, excluídos - como é o caso das crianças-soldado. A neutralização de ameaças à vida humana predomina sobre a

neutralização de ameaças militares. Assim, os instrumentos para conter essas ameaças deixam de ser o uso da força para dar lugar à ação de agências especializadas da ONU, bem como de outras organizações multiestatais ou multinacionais, e também das ONGs.

Então, os componentes centrais da redefinição do conceito de segurança seriam: individualização, desmilitarização, globalização e democratização dos problemas e soluções de segurança humana. Segundo Cepik (2001), a função primária do conceito de segurança humana tem sido menos a de estruturar um programa de pesquisas, e mais de orientar a política externa de alguns países e ONGs.

Ao reivindicar a 'securitização' de temas como combate à pobreza, o controle epidemiológico de doenças, a melhoria da educação e a luta contra a degradação ambiental, a abordagem da *human security* pretendia trazer estes temas para o centro da agenda, obtendo o mesmo tipo de prioridade e tratamento especial que os temas tradicionais de segurança (CEPIK, 2001, p. 16).

Aqui, inclui também o tema do recrutamento infantil. Como destaca Buzan et al (1998), a ambiguidade e a complexidade da maioria das ameaças tornam inerentemente difícil manter a proporcionalidade das respostas governamentais, o que enfatiza constantemente a segurança como sendo um problema político. Para que o recrutamento infantil, portanto, seja visto como um problema de segurança humana e não nacional, é preciso que os atores políticos percebam ele como tal. “Quanto mais intensa for uma ameaça e quanto mais universais forem as consequências para os membros de uma dada unidade política, maior tende a ser a legitimidade das medidas de segurança adotadas” (CEPIK, 2001, p. 18).

A segurança humana visa a proteção das pessoas às ameaças crônicas e mudanças súbitas nocivas nos padrões de vida cotidiana, e por isso pode ser identificada nos demais setores de segurança. Ela está interligada sim à segurança nacional, pois as medidas tomadas em pró de ambas afetam a outra. Contudo, é importante ter em mente que securitizar um tema como recrutamento infantil na escala humana prioriza este tema em relação aos demais com os quais compete se classificado na escala nacional.

Em um mundo cada vez mais influenciado pelos meios de comunicação de massa, imagens de crianças passaram a simbolizar o sofrimento de conflitos armados, com o objetivo de chamar a atenção do público para a situação.

Embora suas imagens possam ser vistas em todos os lugares, suas vozes raramente são ouvidas. [...] Mas, em termos de definição de políticas que governem a resposta a tais emergências e de encontrar soluções que possam

abordar ou aliviar o impacto desses eventos, as perspectivas de crianças e jovens, suas experiências, preocupações, prioridades e expectativas, raramente são levadas em conta (NOSWORTHY, 2009, p. 5, tradução nossa).<sup>29</sup>

Apesar do estabelecimento de normas internacionais nos últimos anos, as crianças permanecem pouco visíveis na agenda de segurança. O surgimento do conceito de segurança humana, no entanto, forneceu uma reorientação do debate sobre segurança para abranger os indivíduos de cada país. A responsabilidade de garantir segurança às crianças fica em primeiro lugar com a família e a comunidade, enquanto as autoridades nacionais e locais são os principais responsáveis por garantir que os direitos das crianças sejam respeitados.

O Estado é responsável por garantir que os direitos das crianças sejam respeitados, e quando não podem fazê-lo, como é o caso dos Estados falidos, as agências e órgãos da ONU passam a ser as principais responsáveis por garantir segurança às crianças. Hoje, os direitos humanos internacionais e do direito humanitário fornecem uma estrutura de responsabilidade para orientar as ações na área de segurança. Eles requerem consideração em relação às crianças e jovens, não apenas como vítimas, mas também como agressores, e implicam a necessidade de desenvolver e promover abordagens educativas e preventivas (NOSWORTHY, 2009).

Os direitos humanos constituem a estrutura para orientar as ações do setor de segurança, bem como a barreira contra a qual julgar seus sucessos e fracassos. Segundo Nosworthy (2009), o investimento da comunidade internacional no estabelecimento de uma estrutura legal e um código comum de direitos, juntamente com os esforços para aumentar o diálogo em torno da questão da paz e segurança por parte da comunidade internacional, os responsáveis pelas melhorias na segurança global que foram testemunhados desde o final da Guerra Fria.

O setor de segurança tem obrigações específicas a cumprir na proteção e promoção dos direitos das crianças, mesmo durante conflitos armados. O direito humanitário internacional é aplicável não apenas em conflitos entre dois ou mais estados (conflitos armados internacionais), mas também em conflitos internos (conflitos armados não internacionais). Os principais tratados do Direito Internacional Humanitário são as quatro Convenções de Genebra de 1949 e dois Protocolos Adicionais adotados em 1977.

---

<sup>29</sup> “While their images may be seen everywhere, their voices are rarely heard. [...] But in terms of defining the policies that govern the response to such emergencies, and in finding solutions that can address or alleviate the impact of these events, the perspectives of children and youth, their experiences, concerns, priorities and expectations, are seldom sought”.



O primeiro relatório internacional que chamou a atenção para as crianças afetadas por conflitos armados foi publicado em 1996, e destacou o importante papel da comunidade internacional no apoio à recuperação pós-conflito e à construção da paz. O Conselho de Segurança das Nações Unidas reconheceu que a proteção dos direitos da criança e a prevenção de violações são parte integrante dos esforços de construção da paz.

Para que a paz seja duradoura, as necessidades de segurança do estado e de sua população devem ser tratadas de forma igual e paralela aos aspectos políticos e socioeconômicos da reconstrução. Assim como nas dimensões políticas e socioeconômicas da construção da paz pós-conflito, a segurança requer a devida atenção à governança, particularmente a boa governança no setor de segurança. O impacto e as implicações para crianças e jovens precisam ser considerados em cada dimensão do processo de construção da paz (NOSWORTHY, 2009, p. 174 - 175, tradução nossa).<sup>30</sup>

O tema do recrutamento infantil precisa, portanto, ser securitizado como um problema de segurança humana, para que as ações visem à proteção das crianças em primeiro lugar, e não somente dos Estados. Contudo, os Estados tendem a dar respostas demoradas às questões de segurança humana, uma vez que costumam ser mais atentos às questões de segurança nacional.

Mesmo que a securitização deste tema só se dará de fato quando os Estados Nacionais falarem dele como tal, à ONU compete o papel de trazer o tema para o âmbito da discussão internacional e, pelo CS, propor medidas que ajudem na resolução do problema. No próximo capítulo, veremos que papel essa Organização vem desempenhando no fenômeno das crianças-soldado e quais os dois impeditivos que elencamos para explicar o porquê, apesar desse papel, o problema continua presente em 20 países.

---

<sup>30</sup> *“If peace is to be lasting, the security needs of both the state and its population must be addressed equally and in parallel with political and socio-economic aspects of reconstruction. Just as in the political and socioeconomic dimensions of post-conflict peacebuilding, security requires due attention to governance, particularly good governance in the security sector. The impact of and implications for children and youth need to be considered in each dimension of the peacebuilding process”.*

### 3 O PAPEL DAS NAÇÕES UNIDAS

Para podermos estudar o papel da ONU no fenômeno das crianças-soldado, precisamos antes entender os porquês de sua criação e que ações desempenhou no tema. Portanto, este capítulo busca descrever a criação desta organização, quais seus objetivos na comunidade internacional, e que ações tem tomado no fenômeno das crianças-soldado desde sua criação em 1946. Em seguida, o capítulo objetiva analisar os dois fatores elencados como mais substanciais para entender os resultados pouco substanciais das ações da ONU, que serão os Estados falidos e a questão bélica.

#### 3.1 A criação da ONU e seu papel na resolução do fenômeno

As consequências da Primeira Guerra Mundial entregaram à comunidade internacional de países um senso de urgência e necessidade de se criar um fórum para se resolver disputas internacionais. O político que propôs a sua criação foi o então presidente dos Estados Unidos, Woodrow Wilson, como parte de seus Quatorze Pontos para uma paz equitativa entre Europa e Estados Unidos, enumerados para o Congresso dos Estados Unidos em 1918. No último ponto, Wilson pedia por uma “associação geral de nações, [...] formada sob convênios específicos com o objetivo de proporcionar garantias mútuas de independência política e integridade territorial a grandes e pequenos estados” (HOWARD, 2019, tradução nossa).<sup>31</sup>

Ele e muitos outros diplomatas da época acreditavam que era necessário um novo tipo de organização internacional permanente, dedicada a fomentar a cooperação internacional em busca de segurança e paz duradoura. Com a população da Europa exausta por quatro anos de guerra total, e com alguns nos Estados Unidos otimistas de que uma nova organização pudesse resolver as disputas internacionais que levaram à guerra em 1914, a articulação de Wilson de uma Liga das Nações foi muito popular (HOWARD, 2019).

A ideia da Liga veio da ampla repulsa internacional contra a destruição da Primeira Guerra Mundial, e se baseou nas teorias de segurança coletiva e organização interacional debatida durante a guerra. Wilson consegue viajar para a Convenção de Paz em Paris, no ano de 1919, e unir seus 14 pontos ao Tratado de Versalhes. Os principais órgãos da Liga eram uma Assembleia de todos os membros; um Conselho de cinco membros permanentes - sendo eles os cinco vencedores da guerra; quatro membros rotativos; e uma Corte Internacional de Justiça. Ficava acordado que a Liga poderia tomar qualquer ação para resguardar a paz.

---

<sup>31</sup> “General association of nations [...] formed under specific covenants for the purpose of affording mutual guarantees of political independence and territorial integrity to great and small states alike”.

Pode-se dizer que a Liga surgiu com a profunda insatisfação de como a política europeia vinha sendo conduzida. Ela surge, então, para que o direito prevalecesse sobre o poder, e para que o equilíbrio de poder fosse substituído por uma comunidade de poder. Onde Wilson e os membros da Liga viram uma oportunidade de uma organização internacional que trabalharia pela paz, o Congresso dos EUA temiam as consequências políticas de entrarem na organização, e por isso optaram por não tornar o país um dos membros.

Apesar de ter sido a primeira tentativa importante de estabelecimento de uma instituição multilateral para organizar as relações internacionais, a Segunda Guerra Mundial foi a grande prova de que a Liga não cumpria com seus objetivos. Existia na comunidade internacional um sentimento generalizado de que era necessário encontrar uma forma de manter a paz entre os países criando-se uma organização internacional efetiva para mediar as disputas.

O nome Nações Unidas foi concebido pelo então presidente dos EUA Franklin Roosevelt e utilizado pela primeira vez na Declaração das Nações Unidas, de 1º de janeiro de 1942, quando representantes de 26 países assumiram o compromisso de continuar lutando contra as potências do Eixo (ABC DAS NAÇÕES UNIDAS, 2011). A Carta das Nações Unidas foi elaborada pelos representantes de 50 países presentes na Conferência sobre Organização Internacional, que se reuniram em São Francisco de 25 de abril a 26 de junho de 1945. Ela passa a existir oficialmente em 24 de outubro de 1945, após a ratificação da Carta pela China, Estados Unidos, França, Reino Unido e a ex-União Soviética.

A Carta da ONU estabelece seis órgãos principais: a Assembleia Geral - composta por todos os Estados membros; o Conselho de Segurança - composto por 15 membros, sendo 5 membros permanentes com poder de veto: Estados Unidos, França, Reino Unido, Rússia (sucessora da União Soviética) e República Popular da China, e os outros dez eleitos pela Assembleia Geral para mandatos de dois anos; o Conselho Econômico e Social; o Conselho de Tutela; a Corte Internacional de Justiça; e o Secretariado - cujo Secretário-Geral é nomeado pela Assembleia Geral, seguindo recomendação do Conselho de Segurança. Quando criada, a ONU contava com 51 Estados membros, hoje são 193. Cerca de 16 mil pessoas trabalham para o Secretariado nos mais diversos lugares do mundo, e sua sede está localizada em Manhattan, Nova York.

A ONU foi criada em substituição à Liga das Nações para promover a cooperação internacional, principalmente com a intenção de impedir outro conflito como a Segunda Guerra. Os propósitos das Nações Unidas são: manter a paz e a segurança internacionais; desenvolver relações amistosas entre as nações; realizar a cooperação internacional para

resolver os problemas mundiais de caráter econômico, social, cultural e humanitário, promovendo o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais; ser um centro destinado a harmonizar a ação dos povos para a consecução desses objetivos comuns (ABC DAS NAÇÕES UNIDAS, 2011).

No ano seguinte da criação da ONU, a Assembleia Geral cria o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), em dezembro de 1946. Esse foi o primeiro passo dado pela ONU na proteção de crianças, e o Fundo seria responsável por prover alimentos e atenção médica de emergência para crianças e mães nos países que haviam sido devastados pela Segunda Guerra Mundial. Em 1950, a UNICEF é ampliada para abordar as necessidades em longo prazo das crianças e mães em todos os países em desenvolvimento no mundo.

Em dezembro de 1948, a Assembleia Geral adotou e proclamou a Declaração Universal dos Direitos Humanos, e solicitou a todos os países membros “que publicassem o texto da Declaração para que ele fosse divulgado, mostrado, lido e explicado, principalmente nas escolas e em outras instituições educacionais, sem distinção nenhuma baseada na situação política ou econômica dos Países ou Estados” (DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, 2009, p. 1). No documento, a maternidade e a infância são defendidas com direito a cuidados e assistência especiais, visando a proteção social desta camada da sociedade.

Mas é somente em 1959 que a ONU proclama a Declaração dos Direitos da Criança, cujo texto defende, entre vários outros direitos, que a criança deve receber os meios necessários para o seu desenvolvimento normal, tanto material quanto espiritualmente; e deve ser protegida contra todas as formas de exploração. Assim, proteger as crianças dos efeitos do conflito armado é um imperativo moral, uma responsabilidade legal e uma questão de paz e segurança internacional (ANNAN, 2002).

Dos oito tratados internacionais de direitos humanos, o que foi mais amplamente ratificado pelos países foi a Convenção dos Direitos da Criança de 1989, a qual não foi ratificada até hoje somente pelos Estados Unidos. A Convenção, juntamente com seus dois Protocolos Adicionais, constitui um código de direitos de crianças, que oferece altos padrões de proteção e assistência sob qualquer instrumento internacional. “Os padrões de proteção vão além das garantias de saúde, educação e bem-estar, e incluem garantias relacionadas a direitos civis e políticos, incluindo liberdade de expressão, religião, associação, assembleia e

privacidade” (NOSWORTHY, 2009, p. 16 e 17, tradução nossa).<sup>32</sup> Ela oferece uma visão da criança como indivíduo e como membro de uma família e comunidade, com direito à participação e liberdade de expressão, de pensamento, de associação, entre outros.

Ao adotarem a Convenção por meio de ratificação ou adesão, os Estados se comprometeram a proteger e garantir os direitos das crianças e concordaram em se responsabilizar por esse compromisso perante a comunidade internacional (NOSWORTHY, 2009). Dez anos depois, a UNICEF iniciou uma revisão global dos direitos da criança e junto com o Grupo de Trabalho das ONGs na Convenção sobre os Direitos da Criança conduziu um simpósio na Cidade do Cabo em Abril de 1997, que reuniu especialistas e parceiros para desenvolver estratégias de prevenção do recrutamento infantil, que resultou no *The Cape Town Principles and Best Practices* (1997), explorado no primeiro capítulo.

Foi o primeiro passo da ONU especificamente dedicado para desenvolver estratégias para impedir o recrutamento de crianças, desmobilizar crianças-soldados e ajudá-las a se reintegrar na sociedade (THE PARIS PRINCIPLES, 2007). O novo limite de idade para recrutamento e participação na guerra passa a ser 18 anos, e o termo criança-soldado é conceituado internacionalmente, já citado no primeiro capítulo. A partir disso, *The Cape Town Principles and Best Practices* responsabiliza os Estados e as comunidades sobre as crianças em seus territórios.

Em 1996, Graça Machel, atual Ministra da Educação e Cultura de Moçambique, publica um relatório chamado *Impact of Armed Conflict on Children*, que chamava a atenção para o impacto desproporcional da guerra em crianças, identificadas pela autora como as principais vítimas dos conflitos. A partir deste relatório, a Assembleia Geral institui no mesmo ano um Representante Especial do Secretário-Geral para a Infância e Conflitos Armados para atuar como principal representante da ONU para a proteção e bem-estar das crianças afetadas por conflitos armados.

Segundo o Escritório do Representante Especial do Secretário-Geral para Crianças e Conflitos Armados (2019, tradução nossa), o papel do representante é “fortalecer a proteção das crianças afetadas por conflitos armados, aumentar a conscientização, promover a coleta de informações sobre a situação das crianças afetadas pela guerra e promover a cooperação

---

<sup>32</sup> “The protection standards go beyond the usual guarantees of health, education and welfare, and include guarantees relating to civil and political rights including freedom of expression, religion, association, assembly and privacy”.

internacional para melhorar sua proteção”.<sup>33</sup> Ele reporta anualmente à Assembleia Geral e ao Conselho de Direitos Humanos, levantando os desafios enfrentados pelas crianças em conflitos armados para o Conselho de Segurança e os respectivos governos onde residem, mantendo um senso de urgência entre os principais tomadores de decisão e para garantir engajamento político e diplomático.

Assim, o Conselho de Segurança passou a abordar a questão da proteção de crianças em conflitos armados pela primeira vez em 1999, quando publicou a resolução 1261, intitulada Crianças e Conflitos Armados, referindo-se ao fenômeno como um problema global. Além disso, solicita ao Secretário-Geral um primeiro relatório sobre crianças e conflitos armados como um tema que afeta a paz e a segurança mundiais.

Foi a partir deste marco que o CS passou a tomar medidas contra as partes responsáveis pelo recrutamento infantil, das quais destaco cinco iniciativas: 1) estabelecer as 6 graves violações contra os direitos das crianças - são elas: recrutamento ou uso de crianças em conflitos armados, morte e mutilação de crianças, violência sexual contra crianças, ataques a escolas e hospitais, rapto de crianças e negação de assistência humanitária a crianças - cujos dados de 2018 foram apresentados no primeiro capítulo; 2) identificar e listar os grupos armados ou forças armadas nacionais que empregam crianças nos conflitos armados ou que cometeram graves violações contra os direitos das crianças; 3) estabelecer um mecanismo de identificação e monitoramento dessas partes listadas (conhecido como Mecanismo de Monitoramento e Relatórios); 4) articular um grupo de trabalho para lidar com os impactos dos conflitos sobre as crianças, (conhecido como Grupo de Trabalho do Conselho de Segurança sobre Crianças e Conflitos Armados); e 5) autorizar o uso de sanções contra as partes listadas que não respeitarem os planos de ações para impedir a violação dos direitos da criança (DE PAIVA, 2016).

A autora Giovanna de Paiva traz uma importante conclusão a respeito desses pontos:

Nessa passagem, podemos notar que a responsabilidade final e, conseqüentemente, o sucesso ou fracasso das ações tomadas ainda perpassa a esfera estatal e recai sobre os Estados em que há casos de crianças sendo utilizadas em conflitos armados. Em última instância, o Estado é responsável por suas crianças (DE PAIVA, 2016, p. 57).

---

<sup>33</sup> “Strengthen the protection of children affected by armed conflict, raise awareness, promote the collection of information about the plight of children affected by war and foster international cooperation to improve their protection”.

No ano de 2000, a Assembleia Geral adotou o Protocolo Opcional à Convenção sobre os Direitos da Criança, sobre o envolvimento de crianças em conflitos armados para proteger as crianças do recrutamento e uso em hostilidades. Nele, é estabelecido que os Estados não irão recrutar crianças menores de 18 anos, que deverão adotar todas as medidas possíveis para impedir esse recrutamento e que desmobilizarão menores recrutados, fornecendo serviços de recuperação física, psicológica e ajudando na sua reintegração social. O Protocolo entrou em vigor em 2002 e até agora foi ratificado por 168 países membros da ONU.

Em 2001, o CS enviou uma mensagem ao mundo de que o recrutamento e o uso de crianças-soldado não seriam mais tolerados. A Resolução 1379 solicitou ao Secretário-Geral anexar ao relatório uma lista das partes em conflito que recrutam crianças, incluindo violência sexual, assassinatos, mutilações, ataques a escolas e hospitais e sequestro. Para serem removidas do anexo, as partes precisavam dialogar com a ONU para desenvolver e implementar os Planos de Ação para acabar com o fenômeno.

Um amplo processo de revisão do fenômeno foi realizado pelo UNICEF entre 2005 e 2006, que resultou no documento conhecido como Os Princípios de Pais (2007). Ele incorpora o conhecimento e as lições aprendidas até então, e enfatiza as maneiras informais pelas quais meninos e meninas se associam e deixam forças ou grupos armados. O documento reconhece que:

Em situações de conflito armado, Estados e grupos armados são os principais atores responsáveis pela proteção de civis em seu controle efetivo e que, se não puderem ou não quiserem cumprir todas as suas responsabilidades humanitárias diretamente, serão responsáveis por permitindo a provisão de ação humanitária por atores imparciais (UNICEF, 2007, p. 5, tradução nossa).<sup>34</sup>

Isso apenas reforça o que já tinha sido levantado pelo CS em 1999, quando da publicação da resolução 1261, onde a responsabilidade pelos direitos e bem-estar das crianças associadas a forças ou grupos armados recai sobre os Estados e comunidades, e não sobre a ONU. Com a adoção do Mecanismo de Monitoramento e Relatórios pela resolução 1612 em 2005, as informações coletadas por ele passaram a ser usadas nos relatórios das ONU, que desencadeiam ações do CS e de outros atores. O relatório também é o documento oficial usado pela organização para envolver-se com as partes em conflito em busca de promover a

---

<sup>34</sup> *“In situations of armed conflict, States and armed groups are the primary actors responsible for the protection of civilians in their effective control and that if they are unable or unwilling to meet all of their humanitarian responsibilities directly they are charged with enabling the provision of humanitarian action by impartial actors”.*

responsabilização e a conformidade com os padrões internacionais de proteção infantil (CHILDREN AND ARMED CONFLICT, 2019).

Em 2014, com o UNICEF, o Representante Especial lançou a campanha *Children, Not Soldiers* para buscar apoio internacional para cessar o recrutamento de crianças pelas forças combatentes. No momento do lançamento, os países envolvidos na campanha e que apoiaram eram: Afeganistão, Chade, República Democrática do Congo, Mianmar, Somália, Sudão do Sul, Sudão e Iêmen. A campanha terminou no final de 2016, com milhares de crianças liberadas e reintegradas.

As resoluções do Conselho de Segurança que solicitaram mapear o fenômeno são feitas pela ONU anualmente, são elas: reunir e verificar informações detalhando onde e como as crianças são afetadas por conflitos armados; usar essas informações no relatório anual do Secretário-Geral sobre crianças e conflitos armados, apresentado ao Conselho de Segurança; nomear as partes em conflito que cometem violações que são gatilhos para listagem; e dialogar com os governos e grupos armados listados para desenvolver planos de ação para deter e prevenir violações contra crianças (CHILDREN AND ARMED CONFLICT, 2019).

Segundo o Escritório do Representante Especial do Secretário-Geral da Infância e dos Conflitos Armados (2019), um plano de ação é o compromisso firmado entre a Organização e as partes em conflito que são listadas no relatório anual, e descreve medidas concretas e prazos determinados para cessarem as violações contra crianças, libertá-las e reuni-las com suas famílias. Isso só complementa a lei internacional de direitos humanos, que responsabiliza o Estado por garantir esses direitos para toda e qualquer pessoa.

No relatório sobre Crianças e Conflitos Armados de 2019, o Secretário-Geral António Guterres faz vários tipos de recomendações aos Estados e comunidades, como: tratar as crianças como vítimas, usar medidas para cessar as violações e proteger as crianças - até mesmo medidas extraordinárias, trabalhar lado a lado com a ONU para implementar os planos de ação e garantir segurança aos menores, entre outras. Para completar, ao final deste Relatório (2019, p. 30, tradução nossa), ele escreve: “Conto com o governo para cumprir os compromissos assumidos”.<sup>35</sup>

A palavra '*concerned*' aparece 37 vezes no relatório, sendo nove delas na frase “*I am concerned*” ou ‘eu estou preocupado’ (tradução nossa). Apesar de todos os esforços que a ONU vem desempenhando para resolução do fenômeno desde 1946, dezenas de milhares de crianças são recrutadas e usadas como soldados em conflitos armados no mundo hoje. Agora

---

<sup>35</sup> “*I count on the Government to follow through with commitments made*”.



é preciso entender porque a palavra *concerned* é tão repetida ao longo do documento, mas de fato o fenômeno persiste em 20 países e o que a ONU está fazendo para passar da preocupação para a ação efetivamente.

Para isso, parto de um questionamento trazido por Holsti em 1996: “E se grandes potências militares não podem prevalecer ou ajudar a resolver brigas sobre comunidade e Estado, as Nações Unidas podem?” (HOLSTI, 1996, p.18, tradução nossa).<sup>36</sup> A ONU e algumas ONGs tendem a tratar o fenômeno das crianças-soldado procurando uma solução universal, que estaria contida nos princípios liberais. Mas, ao tratar o emprego de crianças-soldado a partir destes princípios, acabam por obscurecer as particularidades de cada conflito.

Em seu artigo sobre o discurso liberal e os incentivos à violência contra as crianças-soldado, Paiva expõe o desvio da atenção sobre os reais problemas do assunto nas ações tomadas pela ONU:

Considerar o recrutamento de crianças-soldado como um problema de segurança internacional como a ONU faz, focando-se nos aspectos da Segurança Humana, ou seja, na proteção individual da criança, seria uma forma de desviar a atenção de outros aspectos relevantes, como o modo pelo qual os grupos armados são financiados, qual a relação dos demais países com um Estado cujas forças armadas nacionais recrutam crianças, quais as relações comerciais desse Estado com outros países, porque recrutam crianças-soldado, se o grupo armado age internacionalmente, etc. Não se deve esquecer que, enquanto os grupos continuarem sendo financiados e não se romper essa rede de relações, eles continuarão empregando crianças. Desse modo, enquanto ainda houver incentivos à violência e enquanto a utilização de crianças em conflitos armados for lucrativa e cômoda, será difícil interrompê-la (PAIVA, 2015, p.24).

Buscar uma fórmula universal para lidar com o tema, portanto, nos impede de enxergar as particularidades de cada conflito armado que emprega crianças-soldado, porque esse modelo liberal de intervenção utiliza as lentes da Segurança Humana, percebendo a criança somente como vítima. Entretanto, a assinatura e ratificação dos documentos internacionais dependem unicamente da vontade política do Estado em estabelecer uma legislação interna de proteção e de agir conforme os padrões internacionais de direitos das crianças (PAIVA, 2016).

Em muitos Estados onde o emprego de crianças para a guerra continua, observamos algumas causas como: desconhecimento da legislação existente; estruturas de comando fracas; falta de disciplina nas forças armadas; mecanismos informais de recrutamento não

---

<sup>36</sup> “*And if major military powers cannot prevail or help settle quarrels about community and statehood, can the United Nations?*”

registrados nos relatórios das ONU; existência de incentivos para alcançar quotas de recrutamento ou sanções por não conseguir alcançá-las; baixas taxas de registro de nascimento e falta de procedimentos para verificação da idade daqueles que são recrutados (CHILD SOLDIERS INTERNATIONAL, 2012). Todas essas causas constituem brechas para a continuidade do recrutamento infantil.

Percebemos que as medidas adotadas pelo sistema das ONU realmente colocam o foco na criança e a inserem na agenda de Segurança Internacional e desenvolvimento global, fazendo com que a proteção das crianças se torne um assunto de maior urgência. No entanto, percebemos que, apesar da urgência com que o assunto é tratado no âmbito da ONU - como a repetição do termo *'concerned'* 37 vezes no relatório de 2019, o impacto de tais medidas na proteção e efetiva reintegração da criança-soldado na vida civil ainda é pequeno, se comparado ao tom de urgência conferido pela Organização ao tema (PAIVA, 2016).

Portanto, notamos algumas dificuldades da ONU em lidar com o tema: as ações adotadas enfrentam resistência de colaboração por parte de alguns Estados; dificuldade de lidar com as diferentes concepções de criança adotadas em cada Estado; priorização da solução do tema em regiões consideradas menos desenvolvidas, onde o tema é tratado em nível de Segurança com a exacerbação do discurso de proteção das crianças, tornando as partes um inimigo; a contradição nas legislações internas de alguns países coniventes com o recrutamento, e as atitudes que tomam em âmbito internacional de condenar a prática; envolver igualmente e de forma equilibrada os países membros da ONU e os grupos não-estatais na responsabilização pela resolução da questão.

A conclusão que podemos tirar dessas dificuldades apresentadas pela ONU na resolução do emprego de crianças em conflitos armados é primeiro o fato de a Organização não ser um sistema homogêneo. Apesar de os diferentes atores da ONU propagarem o mesmo discurso internacionalmente, porém suas ações e medidas divergem e resultam em contradições. Segundo Paiva (2016), buscar um padrão de resposta global ao tema obscurece o entendimento das particularidades de cada caso de recrutamento infantil, fazendo com que seja mais difícil enxergar o que realmente leva ao recrutamento de crianças em diferentes sociedades e como combater essas causas diversas. E o foco no subdesenvolvimento como uma ameaça a ser combatida, mascara o emprego de crianças em países desenvolvidos, sendo que ambos violam os direitos das crianças. Essa disparidade retrata heterogeneidade da ONU e a arbitrariedade da Organização em padronizar critérios de estudo e ação.

“Há, portanto, uma contradição entre o discurso que a ONU estabelece por meio de seus documentos e a prática, ou seja, os resultados que podem ser verificados” (PAIVA, 2016,

p. 89). Como forma de buscar responder ao questionamento trazido nesta monografia sobre a forma com que o tema é tratado pela ONU - que apesar de ter alcançado resultados muito significativos e positivos na proteção das crianças-soldado, ainda alcança resultados pequenos - dois fatores foram elencados como mais substanciais para explicar os resultados pouco expressivos: os Estados Falidos e a questão bélica. Eles serão abordados separadamente a seguir.

### **3.2 Os Estados falidos**

O paradigma da Guerra Fria, caracterizado pela disputa por áreas de influência pelas grandes potências, Estados Unidos e a antiga ex-União Soviética, também é o ponto de partida para o entendimento do conceito de Estados Falidos. Isso porque foi essa conjuntura que deu lugar a iminência deste tipo de Estado, principalmente porque ao final do período esses Estados estavam se tornando independentes ou pertencentes a regiões completamente frágeis politicamente, tais como a África Subsaariana, o Oriente Médio, a América Latina e outros.

Mediante uma independência tardia e a saída dos países colonizadores sem a estruturação das instituições públicas que garantiriam segurança ao Estado, somadas a desamparados institucional e financeiro, esses Estados passaram a apresentar um alto grau de vulnerabilidade. E foi essa vulnerabilidade que deu lugar a conflitos internos e externos e desagregação socioeconômica da população.

Um ponto relevante a se levantar aqui é que tudo que os atuais Estados falidos estão passando, os Estados consolidados já passaram anteriormente. Eles mesmos tiveram problemas para consolidar a autoridade interna, suas instituições públicas, também passaram por guerras estatais e guerras civis como parte desta consolidação como Estados Nacionais. Por isso é importante diferenciar os Estados que estão no início de sua consolidação, daqueles que já são falidos, ou seja, daqueles que não conseguem dar a volta em suas condições internas, e cuja situação está fortemente relacionada ao fato de que os Estados consolidados alcançaram a posição que estão hoje à custa destes Estados falidos.

Com maior fragilidade política, econômica e social, esses Estados são palco das Guerras do Terceiro tipo das quais nos fala Holsti (1996). São cenários mais propensos ao surgimento de levantes sociais ou da manipulação da população por parte de grupos armados com propósitos de implantação de governos fundamentalistas e ditatoriais por meio de

revoltas armadas. A incapacidade destes Estados de se autogerir e de se reerguer, colocou-os na classificação de Estados Falidos.

Em seu trabalho *Failed States, Collapsed States, Weak States*, Robert Rotberg (2011) aponta alguns acontecimentos que levam à falência estatal: violência generalizada, atingindo o nível de uma guerra civil; guerra civil originada por questões étnicas, religiosas, culturais; padrão de vida da população deteriorado; infraestrutura básica da população precária; fuga populacional; sistema de saúde frágil; níveis altos de corrupção, corroendo a própria formação do Estado; declínio persistente do PIB; falta de controle das fronteiras; perda de legitimidade estatal; ocupação do território por grupos não estatais.

O processo de falência estatal é amplo e possui diferentes estágios. Ele é desenvolvido ao longo do tempo, e não necessariamente leva todos os Estados fracos a entrarem em colapso. Mas todos estes estágios estão relacionados à ausência temporária ou inexistência de instituições que suportem e deem legitimidade a suas atividades, como veremos ao longo deste capítulo.

Para entender o que leva um Estado a ser classificado como falido, a obra de Rotberg (2011) nos traz importantes características para identificar um Estado como tal. Na primeira página de sua obra, define:

Os estados-nação fracassam porque são convulsionados pela violência interna e não podem mais entregar bens políticos positivos a seus habitantes. Seus governos perdem a legitimidade e a própria natureza do Estado-nação torna-se ilegítima aos olhos e ao coração de uma crescente pluralidade de cidadãos (ROTBURG, 2011, p.1, tradução nossa).<sup>37</sup>

É de acordo com os níveis de entrega efetiva dos bens políticos indispensáveis que podemos distinguir os Estados fortes dos fracos, e os fracos dos falidos. Esses bens são aqueles trocados pelo contrato social entre governantes e governados, cerne da legitimidade estatal. E o principal bem que o Estado é responsável por fornecer à sua população é a segurança (ROTBURG, 2011). Como? Impedindo invasões territoriais, eliminando ameaças domésticas ou ataques à ordem nacional e garantindo que os cidadãos disputem entre si sem armamento. Assegurando primeiro a segurança, os demais bens políticos poderão ser entregues também. Estados falidos não garantem segurança.

---

<sup>37</sup> “Nation-states fail because they are convulsed by internal violence and can no longer deliver positive political goods to their inhabitants. Their governments lose legitimacy, and the very nature of the particular nation-state itself becomes illegitimate in the eyes and in the hearts of a growing plurality of its citizens”.

Em seguida deste bem, seguem outros dois essenciais. O primeiro é o Estado permitir que seus cidadãos participem do processo político de forma livre. Isso abrange o direito de competir por cargos, de apoiar instituições políticas e os direitos civis e humanos fundamentais. O segundo é a garantia dos bens fundamentais à vida, que incluem garantia de serviços de saúde, educação, infraestrutura, monetários e bancários, entre outros. Aqueles Estados que não garantem alguns desses bens à população, são Estados fracos, e aqueles que não garantem nenhum desses bens, são Estados falidos.

Mesmo que um Estado lute por garantir algum desses bens à população, a falência é determinada quando não garantem, acima de todos eles, segurança - causada principalmente pelos altos níveis de violência interna. Dentre essas violências, são muito comuns as de origem étnica, religiosa, linguística, ou ainda de mau gerenciamento, ganância e despotismo por parte dos governantes. As taxas de criminalidade, portanto, tendem a ser mais altas e crescentes.

“Estados fracassados são tensos, profundamente conflitantes, perigosos e contestados amargamente pelas facções em guerra” (ROTBERG, 2011, p. 5, tradução nossa).<sup>38</sup> Na maioria deles, o exército nacional combate revoltas armadas lideradas por um ou vários grupos rebeldes. Além disso, enfrentam distúrbios civis e alto grau de descontentamento da população, que também desencadeiam em conflitos armados. Segundo Rotberg (2011), não é o caráter violento que caracteriza um Estado falido, mas sim o caráter duradouro dessa violência, sendo normalmente direcionada contra o governo ou regime existente. A desarmonia entre as comunidades é um caráter sempre presente nos Estados falidos.

Estados falidos possuem instituições ineficazes, e somente permanecem realizando as funções do executivo. Somente as forças armadas permanecem íntegras, porém altamente politizadas. A democracia está visivelmente ausente. E quando um Estado está prestes a falir ou já faliu, suas instituições educacionais e de saúde são privatizadas: “Cidadãos, especialmente pais, estudantes e pacientes rurais, percebem lentamente que o estado os abandonou a seus próprios dispositivos e às forças da natureza” (ROTBERG, 2011, p. 7, tradução nossa).<sup>39</sup> A corrupção é generalizada e o Estado perde sua legitimidade.

Autocratas corruptos e seus associados igualmente corruptos geralmente têm poucos incentivos para deter a queda de seu Estado, pois encontram maneiras inteligentes de se beneficiar do empobrecimento e da miséria. À medida que os investimentos estrangeiro e doméstico secam, os empregos

---

<sup>38</sup> “Failed states are tense, deeply conflicted, dangerous, and contested bitterly by warring factions”.

<sup>39</sup> “Citizens, especially rural parents, students, and patients, slowly realize that the state has abandoned them to their own devices and to the forces of nature”.

desaparecem e a renda per capita diminui, e a massa de cidadãos em um estado em perigo vê seus direitos à saúde, à educação e à logística desaparecerem. Ocorre escassez de alimentos e de combustíveis (ROTBURG, 2011, p. 21, tradução nossa).<sup>40</sup>

A melhor forma de fortalecer os estados fracos e impedir o fracasso do estado está entre as questões urgentes do século XXI. A organização não governamental norte-americana Fundo para a Paz (FFP) publica anualmente um ranking anual denominado *Fragile States Index*, ou Índice de Estados Frágeis (tradução nossa) divulgado na revista *Foreign Policy*.

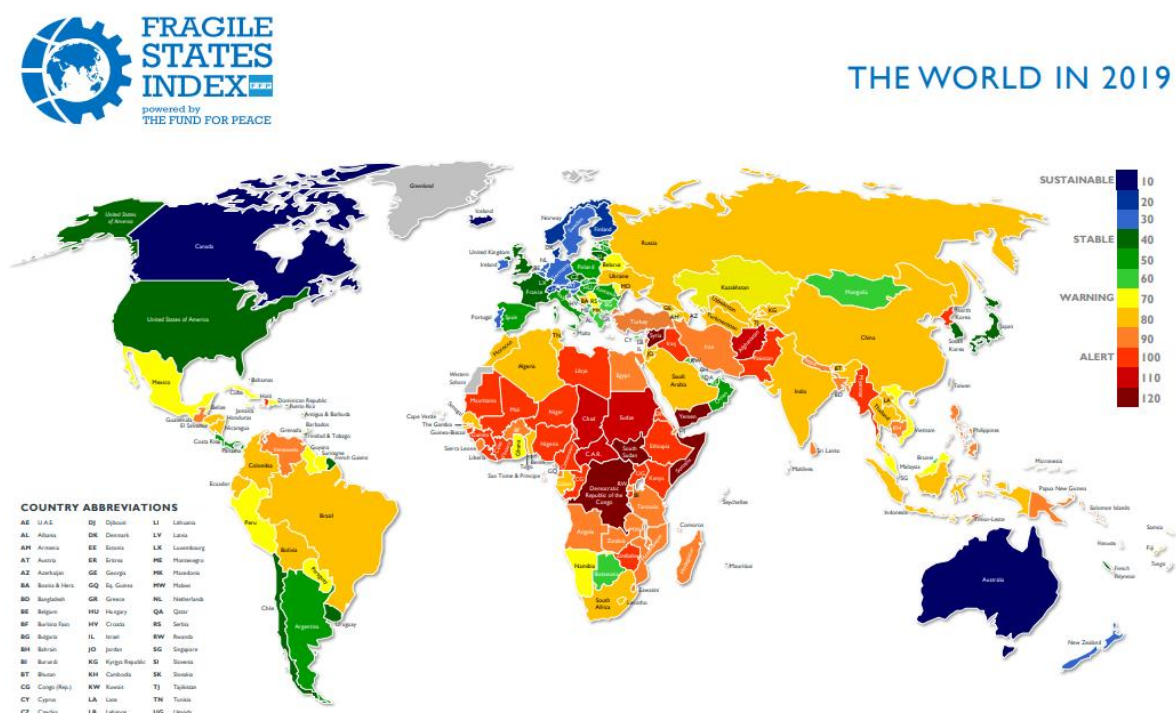
O Fundo para a Paz (FFP) caracteriza um Estado como falido quando apresenta as seguintes características: perda do controle de seu território ou monopólio do uso legítimo de força nele; erosão da autoridade legítima para tomar decisões coletivas; incapacidade de prestar serviços públicos; incapacidade de interagir com outros Estados como membro pleno da comunidade internacional (THE FUND FOR PEACE, 2019).

Para a elaboração deste ranking, o Fundo considera a uma série de doze indicadores, divididos em 4 categorias: Indicadores de coesão - aparelho de segurança, elites fragmentadas e objeções do grupo; Indicadores econômicos - declínio econômico, desenvolvimento econômico desigual e deslocamento intelectual humano; Indicadores políticos - legitimidade do Estado, serviços públicos e direitos humanos e Estado de direito; Indicadores sociais e de corte transversal - pressões demográficas, refugiados e deslocados internos e intervenção externa (INDICATORS, 2019). Os indicadores são pontuados de 1 a 10 cada e posteriormente somados, com uma pontuação máxima de 120 pontos. Quanto maior a pontuação, mais propenso à falência o Estado está.

---

<sup>40</sup> “*Corrupt autocrats and their equally corrupt associates usually have few incentives to arrest their state’s slide, since they find clever ways to benefit from impoverishment and misery. As foreign and domestic investment dries up, jobs vanish, and per capita incomes fall, the mass of citizens in an imperiled state see their health, educational, and logistical entitlements melt away. Food and fuel shortages occur*”.

Figura 6: Mapa de situação de acordo com o Índice de Estados frágeis



Fonte: Índice de Estados Frágeis, Fundo para a Paz, 2019.

Quando Rotberg escreveu sua obra em 2011, considerou como os Estados falidos desta década: Afeganistão, Angola, Burundi, Congo, Libéria, Serra Leoa e Sudão. Somália foi considerada um Estado em colapso. Segundo o índice de Estados frágeis de 2019, cujos dados estão representados no mapa acima, nove Estados frágeis encontram-se em estado de alerta. Esses Estados serão considerados, com base no conceito de Estado falido apresentado acima, como Estados falidos, sendo eles: Iêmen, Somália, Sudão do Sul, Síria, República Democrática do Congo, República Centro Africana, Chade, Sudão e Afeganistão.

À medida que a autoridade destes Estados enfraquece e falha, o próprio Estado se torna 'criminoso' na opressão de seus cidadãos. Gangues de criminosos tomam as ruas, o tráfico de armas e drogas se torna mais comum, e a ilegalidade passa a ser mais aparente. Incapazes de fornecer os bens necessários à sobrevivência da população, atores não estatais passam a ser encarados como fornecedores de segurança.

Em busca de proteção em meio a esse cenário de insegurança e falta de legitimidade, os cidadãos recorrem a figuras fortes que expressam solidariedade de clã, oferecendo certa segurança em um momento que o próprio Estado está desmoronando (ROTBERG, 2011).

Muitos destes cidadãos que buscam por segurança em grupos rebeldes são crianças, uma das razões pelas quais Estados falidos são palco para o fenômeno das crianças-soldado.

Tabela 2: Índice de fragilidade dos Estados que apresentam crianças-soldado e estão na agenda de segurança da ONU

	<b>Ranking</b>	<b>Total</b>	<b>Situação</b>
<b>Afganistão</b>	9º	105,0	Alerta
<b>Colômbia</b>	70º	75,7	Aviso
<b>Filipinas</b>	50º	83,1	Aviso
<b>Iémen</b>	1º	113,5	Alerta
<b>Iraque</b>	13º	99,1	Alerta
<b>Mali</b>	21º	94,5	Alerta
<b>Myanmar</b>	22º	94,3	Alerta
<b>Nigéria</b>	14º	98,5	Alerta
<b>República Centro-Africana</b>	6º	108,9	Alerta
<b>República Democrática do Congo</b>	5º	110,2	Alerta
<b>Síria</b>	4º	111,5	Alerta
<b>Somália</b>	2º	112,3	Alerta
<b>Sudão</b>	8º	108,0	Alerta
<b>Sudão do Sul</b>	3º	112,2	Alerta

Fonte: Índice de Estados Frágeis, Fundo para a Paz, 2019.

Os dados compilados acima pela autora trazem o índice de fragilidade dos Estados que apresentam crianças-soldado e que estão na agenda de segurança da ONU. Como podemos observar, 12 destes países estão em alerta quanto à fragilidade estatal e dois deles em estado de aviso. Ou seja, estes 12 Estados em situação de alerta, de acordo com as interpretações de um Estado falido trazidas nesta monografia pelo trabalho de Rotberg, podem ser considerados falidos ou que estão muito propensos a falir.

Portanto, a caracterização de Estado falido está intrinsecamente ligada à presença de crianças-soldado: primeiro, porque o Estado falido é palco de conflitos armados cujos combatentes recrutam crianças para fortalecer a tropa contra o governo, e segundo porque o Estado falido é cenário de insegurança, o que leva muitas crianças a se juntarem ao grupo armado em busca da proteção que o Estado não fornece.



A preocupação a respeito dos Estados falidos como ameaça à segurança internacional se tornou proeminente após os ataques de 11 de setembro de 2001, quando o governo norte americano declarou guerra aos terroristas e iniciou uma caçada internacional. Hoje, o tema é objeto de estudo e monitoramento não só da ONU, mas também de organizações como *Child Soldiers International*, *Humans Rights Watch*, *Invisible Children* e o Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV), e desempenham papel relevante no combate ao fenômeno.

Como vimos, a ONU tem feito esforços para estabelecer uma série de mecanismos legais sobre o assunto desde sua criação até o presente momento. Apesar destes esforços, o recrutamento de crianças-soldado permanece uma realidade difícil de ser monitorada. Em seus documentos, busca reforçar o dever dos Estados-membros de respeitar o Direito Internacional Humanitário e o Regime Internacional dos Direitos humanos frente ao emprego das crianças nos conflitos armados.

O que acontece nos Estados falidos, é que a perda de soberania estatal e legitimidade tornam o Estado impossibilitado de atender a esse dever. “O estabelecimento de padrões universais contra o recrutamento de crianças ainda esbarra na disposição interna de cada Estado de aderir a tais normas” (PAIVA, 2016, p. 73). Então o Estado falido é por si só um impedimento para a atuação da ONU no fenômeno das crianças-soldado.

Como as guerras de terceiro tipo envolvem a ação de atores não estatais, esses grupos armados fogem dessa normatização e são mais difíceis de serem monitorados (PAIVA, 2011). Lidar com esses atores, fortemente presentes nos conflitos dos Estados falidos, apresenta o segundo grande desafio à atuação da ONU no tema de crianças-soldado nestes locais. Lidar com atores que não constituem o tradicional sistema da Organização é um desafio que ela tem pela frente.

Nas tomadas de ação da ONU, a criança-soldado é o objeto de segurança. Isso porque a Organização age baseada em um discurso liberal, que pode obscurecer alguns pontos relevantes no tema, ao criar uma imagem tradicionalmente associada à criança-soldado. Principalmente ao final da Guerra Fria, a ONU passa a autorizar uma série de intervenções, principalmente visando assegurar esses valores liberais considerados universais, como as instituições e as práticas democráticas. Para isso, entende a intervenção como um dever, principalmente no caso destes Estados falidos, onde há um vácuo de soberania e o próprio Estado perde a capacidade de controlar a situação internamente.

Essa responsabilidade de proteger a criança carrega em si os princípios da Segurança Humana, interligada àquele liberalismo citado acima, o que 'legitima' as intervenções em outros Estados, em nome dessa segurança. Alguns autores como Duffield (2001), defendem

que, através das noções de sustentabilidade das necessidades básicas e de Segurança Humana, a maneira liberal de desenvolvimento funciona para reproduzir e manter a divisão entre desenvolvimento e subdesenvolvimento, para conter as populações nos países menos desenvolvidos, evitando que tragam problemas relacionados para os demais.

Essas intervenções serviriam como imposição dos modelos de gestão de governança das potências ocidentais, e para o Conselho de Segurança a permissão dessas intervenções é inerente ao fracasso dos Estados falidos, porque não ferem o princípio da não intervenção e da soberania estatal (MONTEIRO, 2006). A intervenção externa é defendida pela visão liberal como solução para a reconstrução das instituições e a recuperação de sua soberania desses Estados, e até mesmo para conter ameaças terroristas no local. Portanto, a falência das instituições prejudica o trabalho da ONU em garantir a proteção da população civil.

A efetividade dessas intervenções é ainda bastante tímida, pois nem sempre as tentativas de coerção econômica são suficientes para deter os grupos armados ou mesmo as forças nacionais, já que possuem diversos meios para manter seu funcionamento, como tráfico, terrorismo, uso da força, etc. Portanto, ela mais tem função simbólica em transmitir uma tomada de ação pela ONU, do que efetivamente de atingir objetivos de cessar o fenômeno. Ou seja, o resultado das medidas tomadas pela Organização ainda é pequeno se comparado ao tom de emergência que conferem ao tema.

Além das intervenções humanitárias, a ONU e a Cruz Vermelha também prestam assistência humanitária à esses Estados falidos. Ao contrário das primeiras, que são colocadas em práticas quando existe um real caráter de ameaça à segurança e autorizadas pelo CS, essas promovem o Direito Internacional Humanitário e protegem os civis durante os conflitos armados. Por isso, elas são de extrema importância, e além do mais, não ferem os princípios do tratado de Vestfália, pois os Estados são voluntários na permissão da ajuda externa e signatários das Convenções de Genebra (BIJOS; OLIVEIRA, 2011). Neste ponto, a ONU enfrenta mais uma dificuldade na execução dessa ajuda: nos Estados falidos, devido ao estado de anarquia presente, a ajuda humanitária é muitas vezes ineficaz ou inexistente.

Mas é preciso ressaltar que, muitas vezes, a ajuda externa pode provocar uma fragilidade maior das instituições nacionais, e até mesmo torná-las profundamente dependentes das potências interventoras (ARAÚJO, 2011).

Esses Estados em colapso passam a ser visto não só como uma área onde grupos terroristas encontram um lugar seguro para se assentarem, e que precisam receber intervenções externas para solucionar seus problemas de desordem e falência estatal, para garantir a segurança internacional. Além

disso, são vistos como uma grande oportunidade de expansão econômica devido as seus imensos recursos naturais acirrando assim, as disputas entre as grandes potências por essas regiões (ARAÚJO, 2011, p. 6 e 7).

Apesar de tratar-se de questões internas, é a ação internacional que é capaz de dar condições aos Estados falidos para resolverem seus problemas internos. Contudo, a ideia de soberania dificulta a construção de um sistema voltado para a solução de conflitos decorrentes da falência estatal. Isso porque uma intervenção de um Estado no outro recai sobre os princípios de soberania e não intervenção. Como os Estados Falidos não possuem meios e recursos para manter a ordem interna de seu território, sofrem intervenções.

A ONU reconhece a relevância e atualidade desse tema, porém muito ainda pode ser desenvolvido sobre a questão, segundo Paiva (2011), conseguir a mobilização dos Estados e assegurar que respeitem as normas internacionais, e garantir que um sistema de monitoramento e punição do emprego de crianças-soldados realmente funcione. Além disso, a Organização ainda enfrenta os interesses econômicos e políticos da sociedade internacional na continuação do recrutamento infantil, o qual sabemos ser lucrativo e viável, e impede a mobilização da comunidade internacional em colocar a violação ao direito internacional acima dos interesses individuais dos Estados.

### **3.3 A questão bélica**

Como colocamos no capítulo anterior, uma das maiores dificuldades da ONU é os Estados colocarem a violação ao Direito Internacional acima de seus interesses individuais, e isso também ocorre na questão do fornecimento de armamento bélico aos Estados que apresentam crianças-soldado em seus territórios. O aumento de crianças-soldado é algo característico dos conflitos recentes e é provocado pelo excedente de armas leves do pós Guerra Fria. Cada um desses conflitos que emprega crianças-soldado possui uma lógica econômica por trás: é a chamada economia de guerra.

A economia de guerra pode ser caracterizada por economias descentralizadas, dependentes de recursos externos, do mercado negro ou da ajuda exterior (apoio dos governos vizinhos, comércio ilegal de armas, drogas ou recursos de valor como diamantes ou petróleo) (PAIVA, 2011, p. 65).

Há uma tendência à crescente privatização e comercialização da guerra, por isso as guerras de terceiro tipo apresentam um caráter de economia globalizada, pois são

influenciadas por políticas estrangeiras e estão integradas em sistemas de intercâmbio da economia mundial. Münkler (2005) destaca que é essa economia que impossibilita o desenvolvimento das economias nacionais desses Estados, pois acabam sendo afetadas por altas taxas de desemprego, alto nível de importações e uma administração frágil.

A lógica econômica por trás das guerras pós Guerra Fria, portanto, consiste em que elas são baratas na sua preparação e condução, pois fazem uso, principalmente de armamentos leves (granadas de mão, minas de terra, rifles, etc.), devido à logística e à falta de infraestrutura. As armas leves são mais fáceis de usar, de transportar e mais versáteis. Além disso, são financiadas por roubo e comércio de mercadorias ilegais.

Uma segunda característica é a utilização de combatentes sem nenhum preparo formal. Juntando-se a utilização de combatentes sem preparo e o armamento leve, podemos entender porque fazem uso de crianças-soldado, que se torna uma prática barata e com abundante recurso humano. As crianças não precisam de treinamento prévio e são capazes de carregar essas armas consigo facilmente.

“Desse modo, as guerras tornam-se rentáveis, pois o conflito alimenta-se dele próprio e perpetua-se no tempo e no espaço” (PAIVA, 2011, p. 66). As guerras de terceiro tipo, portanto, são resultado de uma racionalidade econômica vinculada a empresários, políticos e à população armada. Sua característica é ser, além de barata, de longa duração. Münkler (2005) destaca que a economia das guerras de terceiro tipo é dominada por empresários da guerra que usam racionalmente a violência para tirar vantagens econômicas. Essas guerras, portanto, parecem ter suas próprias convenções, normas e códigos de conduta.

Para sustentar essa economia de guerra, o mercado internacional é responsável por abastecer os atores estatais e não estatais que fazem uso deste armamento. Cria-se uma rede de relações econômicas que sustentam as guerras atuais, e influenciam em sua longa duração, retroalimentando-a ao longo do tempo. É o conceito de guerras em rede (*network wars*) que o autor Duffield (2001) usa para resumir a rede que os atores estatais e não estatais formam uma de relações que mantêm e perpetuam a guerra.

Como veremos na tabela 3, o fluxo de armas que alimentam esses diversos conflitos vem de muitos países desenvolvidos, envolvendo uma rede complexa de atores, além do tráfico de armas e meios paralelos de enriquecimento que são fundamentais para a continuidade desses conflitos:

Existe, pois, uma necessidade de entendimento de que os fatores mais profundos que possibilitam o emprego de crianças-soldado vão além da

disponibilidade de armas. Eles estão inseridos em uma lógica maior do conflito que perpassa o tráfico, o comércio ilegal e o roubo. Essas atividades, muitas vezes, inserem-se na lógica dos próprios países industrializados (PAIVA, 2016, p. 86).

A ONU, ao colocar o foco na abundância de armas leves nos Estados que passam por conflitos que empregam crianças-soldado como causa do recrutamento infantil, tira a atenção para algumas perguntas bastante importantes como, por exemplo, quem fornece essas armas e porque fornecem.

Para uma visão mais completa do cenário internacional, de quem fornece esse armamento e, conseqüentemente, prolifera esses conflitos armados, e em busca de entender as redes de relações econômicas, comerciais e políticas que estão sendo movimentados por essa economia de guerra, montamos a tabela abaixo. Na tabela, são apresentados os dados dos 14 países que apresentam crianças-soldados e estão na agenda de segurança da ONU, com que países fornecem os armamentos que chegam até lá e, entre parênteses, a quantidade de armamento em milhões que foi enviada nos anos de 2017 e 2018. Os dados são do Instituto Internacional de Pesquisa para a Paz de Estocolmo (SIPRI), um instituto internacional independente dedicado à pesquisa de conflitos, armamentos, controle de armas e desarmamento.

Tabela 3: Fornecimento de armamento dos anos 2017-18 para os Estados que apresentam crianças-soldado e estão na agenda de segurança da ONU

	<b>Fornecedores de armamento e Quantidade de armas fornecidas em milhões</b>
<b>Afganistão</b>	Brasil (26); Canadá (7); China (1), Estados Unidos (488)
<b>Colômbia</b>	Alemanha (36); Dinamarca (1); Estados Unidos (39); Finlândia (4); Israel (15); Itália (3); Portugal (3); Reino Unido (11); República Dominicana (4)
<b>Filipinas</b>	Coreia do Sul (132); Estados Unidos (31); Indonésia (94); Israel (42); Japão (6)
<b>Iémen</b>	Emirados Árbes Unidos (14)
<b>Iraque</b>	Alemanha (10); Checa (26); Coreia do Sul (107); Estados Unidos (554); Itália (170); Rússia (696)
<b>Mali</b>	África do Sul (1); Brasil (18); Canadá (2); Catar (3); China (4); França (3); Rússia (23)
<b>Myanmar</b>	China (113); Índia (6); Israel (21); Países Baixos (18); Rússia (133)
<b>Nigéria</b>	Áustria (1); Emirados Árbes Unidos (12); Estados Unidos (8); França (28); Paquistão (1); Rússia (48)
<b>República Centro-Africana</b>	China (1)
<b>República Democrática do Congo</b>	N/A
<b>Síria</b>	Rússia (206)
<b>Somália</b>	China (2)
<b>Sudão</b>	China (64); Rússia (24)
<b>Sudão do Sul</b>	N/A

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Instituto Internacional de Pesquisa para a Paz de Estocolmo, 2017-2018.

Como podemos inferir pela tabela, os países que mais se repetem como fornecedores são: China e Rússia - seis vezes; Estados Unidos - cinco vezes; e Alemanha e Israel -3 vezes. Além disso, os países que mais fornecem armamento em quantidade total são: Rússia - 1.130 milhões; Estados Unidos - 1.120 milhões; Coreia do Sul - 239 milhões; China - 185 milhões; e Itália - 173 milhões.

Assim, a primeira inferência que podemos concluir é que não tem como acabar com o conflito armado nestes países apenas com medidas dentro de seu Estado, pois essa rede econômica de armamentos precisaria ser rompida, para que o conflito não fosse mais alimentado e cessasse. Porém, como coloca Duffield (2001), isso demandaria dismantelar atividades econômicas em outros países, incluindo naqueles que enviam ajuda humanitária ou aqueles que têm peso importante nas decisões da ONU.

Na ONU, o Conselho de Segurança desempenha um papel central de elaborar os mecanismos e ações que serão tomados. Seu foco é, portanto, combater as partes beligerantes que empregam crianças em conflitos armados e são listadas no relatório anual do Secretário Geral da ONU. Do contrário, o foco da Assembleia Geral é de proteger essas crianças, e sua função é tomar medidas relacionadas ao bem-estar e aos direitos da criança como saúde, educação, alimentação, etc.

Esse panorama estabelecido pelos órgãos da ONU gera um padrão em suas ações, pois elas são guiadas pela ideia de mudança na natureza dos conflitos e de Segurança Humana, ou seja, que é legítimo adotar medidas mais rígidas e com caráter intervencionista em prol da proteção do ser humano, especialmente da criança (PAIVA, 2016, p.72).

A tomada dessas medidas está autorizada no Capítulo VII da Carta da ONU, e a partir do fim da Guerra Fria, o CS adotou sanções recorrentes em diversos países subdesenvolvidos como Somália, Líbia e Iraque. Contudo, sua efetividade diminui na medida em que não detém os meios que os grupos têm para manter seu funcionamento, como tráfico, por exemplo.

Segundo Paiva (2016), a reprodução do recrutamento infantil como uma emergência internacional traz consigo uma demanda por respostas urgentes em forma de intervenções internacionais, afinal, a sobrevivência da criança é que está em jogo. Inclusive, há até certa exacerbação do tema quando se trata de países subdesenvolvidos. Neles, os grupos que recrutam crianças são até mesmo vistos como inimigos.

Portanto, podemos observar que existe uma contradição entre o discurso da ONU e a prática no combate ao tema. Assim como a ONU é formada por diversos órgãos, esses órgãos

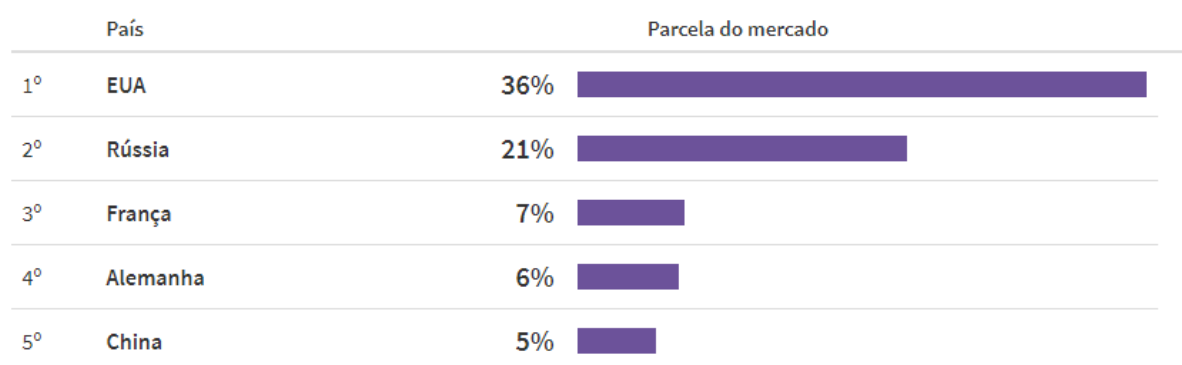
também são formados por diversos países. No final das contas, as ações tomadas pela ONU são as expressões das políticas adotadas por cada um desses membros. Como a tomada de ação fica nas mãos do CS, elas serão influenciadas principalmente por estes países e seus interesses nacionais.

Os cinco membros permanentes e que possuem o poder de veto são: China, França, Estados Unidos, Rússia e Reino Unido. Juntos, os cinco membros permanentes do CS da ONU ocupam, hoje, as cinco primeiras posições no ranking dos maiores exportadores de armas do mundo, elaborado pelo SIPRI com os dados de 2014 a 2018.

Figura 7: Os maiores exportadores de armas no mundo

### Os maiores exportadores de armas no mundo

Período analisado: 2014 a 2018



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Instituto Internacional de Pesquisa para a Paz de Estocolmo, 2019.

Como observamos na tabela 3, temos três países que são ao mesmo tempo os que exportam para mais países diferentes e em maior quantidade total de armamento exportado: Rússia, Estados Unidos e China. Os três são membros permanentes do CS e, portanto, possuem o poder para vetar uma possível intervenção para cessar o uso de crianças-soldado em determinado lugar, assim como as ações tomadas pelo CS irão refletir os interesses nacionais destes três países. Vejamos abaixo como isso se observa no posicionamento de cada um deles.

Durante a Guerra Fria, Estados Unidos e URSS fizeram da região do Oriente Médio um campo disputado pelas zonas de influência na região. As potências financiavam os conflitos internos dos países e os conflitos que estes travavam com os vizinhos através do fornecimento de armas. Nesta região, como é o caso de várias outras, a principal causa da continuação do

conflito são as reservas naturais, no caso do Oriente Médio, a reserva de petróleo da região. Para esta região é endereçada a maior parte dos armamentos fabricados em indústrias de países desenvolvidos, principais exportadores de armas para governos e organizações terroristas que promovem os conflitos internos e que ferem os Direitos Humanos.

Além disso, a Rússia também opera uma base naval em Tartus, na Síria, que é a única base militar russa pós-soviética no exterior e tem sido uma das maiores fontes de apoio do governo do presidente Bashar al-Assad, os auxiliando com armas e suprimentos. Hoje, tanto Rússia, quanto Estados Unidos, possuem contratos bilionários de armas com os países do Oriente Médio.

De acordo com o relatório da SIPRI, a Rússia é responsável por fornecer armas para municar governos repressivos que massacram civis em levantes populares e causam mortes e situações de violência em outros países (AMORIM, 2016). Assim como os Estados Unidos, o país coloca as responsabilidades com a paz e segurança internacional depois dos lucros obtidos pelo comércio de armas. Segundo a Anistia Internacional (2019), por trás desses interesses, estão acordos bilionários de armas principalmente para os países envolvidos em conflitos armados.

Segundo o relatório da SIPRI (2018), a ascensão de gasto militar está vinculada ao aumento das rendas derivadas da exportação do petróleo, uma vez que a venda de petróleo bruto gera uma entrada de receita nos cofres públicos que pode ser investida rapidamente. A indústria bélica é tão importante para a economia russa que depois do petróleo do gás natural, as armas são os principais itens de exportação. Em geral, as pistolas, rifles e armas automáticas russas mais famosas são muito simples de montar e reparar.

A indústria russa do armamento representa 9,5% das vendas dos 100 principais produtores mundiais, com um faturamento de 37,7 bilhões de dólares. Como a Rússia também faz parte do CS e possui o poder de veto, essa é também uma situação onde os interesses do país, visto que o comércio de armas representa uma boa parte da economia russa, irá suprimir as ações que visem acabar com estes conflitos. A perpetuação destes conflitos armados que empregam crianças e movimentam a economia russa, impedem a ONU de aprovar resoluções para o fim destes conflitos e, conseqüentemente, o cessar do recrutamento infantil.

Continuemos agora com os Estados Unidos. Segundo o SIPRI (2017) em seu relatório sobre as 100 maiores empresas produtoras de armamento e serviços militares, os EUA ocupam 15 postos dentre os 20 primeiros lugares do ranking, e detém 57,9% do total de vendas mundiais do setor bélico (em milhões de dólares).



Tal participação no mercado bélico evidencia a necessidade de que haja guerras para que a economia americana continue crescendo, e nos permite associar o financiamento de grupos rebeldes e grupos terroristas por meio de uso de material bélico estadunidense. E são estes grupos, como vimos nesta monografia, que empregam a maior parte das crianças-soldado hoje.

Um dos relatórios mais completos sobre rastreamento de armas de grupos terroristas é feito pelo *Conflict Armament Research* em seu estudo sobre as armas do Estado Islâmico (2017). Segundo o estudo, envios de armas ao governo dos EUA ou para entidades que operam sob contratos do governo estadunidense são feitas a partir de membros da União Europeia são desviadas a grupos não estatais e contra o governo, como por exemplo, ao Estado Islâmico. A dinâmica é geralmente de armas produzidas na Romênia ou Bulgária e compradas em larga escala pelos EUA que são transferidas geralmente na Jordânia ou na Turquia para países onde atuam os grupos terroristas.

Dentre os vários casos apresentados no relatório, há o da apreensão de mísseis búlgaros pela Polícia Federal do Iraque que teriam supostamente sido vendidas ao Departamento de Exércitos dos EUA, e posteriormente forças opositoras na Síria foram identificados com armas romenas com o mesmo destino, indicando que ambas são parte da mesma cadeia de suprimentos.

Esses financiamentos indiretos feitos pelos EUA e seus aliados principais atendem ao objetivo de desestabilização regional e perpetuação dos conflitos. Em nome da paz, mas na verdade objetivando manutenção hegemônica, segurança energética e expansão financeira, os EUA são, portanto, simultaneamente combatentes e financiadores das guerras atuais. Para que o país continue lucrando com a venda de armamento bélico, é preciso que essas guerras continuem e, com isso, também continue o emprego das crianças-soldado. E é isso que os Estados Unidos irão priorizar no momento de votar a favor ou de vetar uma resolução do CS para resolução de um conflito e pela libertação das crianças recrutadas. E, neste ponto, o interesse estatal se sobrepõe aos interesses da Organização e condicionam seu papel no tema.

Por fim, temos a China. Nos últimos anos, o país tem feito grandes investimentos para modernizar seu Exército nacional, o que levou os americanos a deixarem de lado comparações com russos e se voltarem para os chineses, afirmou o Instituto Internacional de Estudos Estratégicos no ano passado. Para isso, a China tem desenvolvido novas armas de alta tecnologia e renovado seu Exército a ponto de conseguir desafiar o poderio dos Estados Unidos ou da Rússia em alguns aspectos.

Uma grande vantagem da China é que possui 90% de terras raras do planeta, um conjunto de 17 metais essenciais na fabricação de produtos tecnológicos de ponta. Essas terras raras são como metais estratégicos, fundamentais para a indústria tecnológica. Por isso, o país possui uma arma estratégica em comparação aos demais países.

Hoje, a China é o quinto maior exportador de armas no mundo. “O volume de suas vendas representa 5,2% do mercado global e seu principal comprador é o Paquistão” (DE MOURA, 2019). Contudo, de acordo com o SIPRI, as exportações de armas chinesas são limitadas pelo fato de que muitos países não fazem negócios com a China por questões políticas. Mesmo assim, as melhorias na tecnologia militar chinesa abriram portas para o crescimento das exportações de armas para novos locais. Como observamos na tabela, o país exporta para 3 países que possuem crianças-soldado. Então, assim como Rússia e Estados Unidos, a China sobrepõe o seu interesse na continuação dos conflitos armados para manter o fornecimento de armas, à preocupação em cessar o recrutamento infantil nestes locais.

Se as novas guerras são baratas para aqueles que a fazem, para a sociedade são mais caras devido ao estrago social que provocam, não só localmente, mas também em países vizinhos, e devido à sua longa duração. Logo, porque a guerra é tão barata, são elevados os custos da paz (PAIVA, 2011, p. 66).

Uma vez que Rússia, Estados Unidos e China têm suas economias altamente movimentadas pela exportação de armas, que por sua vez é altamente lucrativo, é muito difícil que priorizem tomar medidas e ações que visem o combate ao recrutamento infantil, uma vez que esse recrutamento permite a continuação desses conflitos armados. Portanto, o papel da ONU, neste cenário, é resultado dos interesses nacionais dos membros permanentes do CS, e não da Organização como um todo. Mais uma vez, observamos seu papel assimétrico na resolução do fenômeno das crianças-soldado.

Mesmo com o elevado número de vítimas civis e de refugiados frutos desta realidade, podemos concluir que enquanto existirem incentivos à violência e enquanto a utilização de crianças em conflitos armados for lucrativa e de fácil operacionalização, será difícil interrompê-la.

## 4 ESTUDOS DE CASO

Depois de estudarmos os dois fatores que buscam explicar os resultados pouco expressivos da ONU na resolução do fenômeno das crianças-soldado, foram elencados dois estudos de caso para se analisar a partir de casos reais como esses fatores ocorrem na prática e quais as consequências destes fatores. O objetivo deste capítulo será analisar os casos colombiano e somali, elencados por ambos serem guerras civis, ambos contarem com os mesmos tipos de atores envolvidos, e ambos apresentarem guerras de longa duração. A análise contempla a formação histórica dos países, e analisa como a questão da falência estatal e a questão do armamento bélico se conectam com a continuação do recrutamento infantil.

### 4.1 O caso Colombiano

No ano em que a América foi descoberta por Colombo, em 1492, a população indígena somava 850 mil pessoas. A primeira cidade colombiana foi fundada somente em 1533 por Pedro de Heredia e se chamava Cartagena, que depois viria a ser uma das principais bases marítimas do império espanhol. A partir de então, as populações autóctones diminuíram enormemente pelo extermínio dos novos senhores das terras, tanto por armas, quanto pelas doenças que traziam. A Igreja Católica desempenhou um papel importante na catequese e na administração, e instalou a Inquisição em Cartagena ainda em 1620.

Os altos impostos fiscais sobrados pelo governo espanhol provocaram movimentos de insurreição a partir de 1780, que viriam a se transformar em rebeliões armadas em 1810. Neste ano, a população de Nova Granada se uniu à corrente revolucionária para obter a independência, e as jurisdições expulsaram as autoridades espanholas, exceto em Santa Marta, Riohacha e os atuais Panamá e Equador. A independência destes locais e, portanto, total da Colômbia, ocorreria somente em 1821.

A violência marcou as relações entre políticos liberais e conservadores que representavam as elites agrárias desde o século XIX, tendo a primeira guerra civil ocorrido já em 1948, a chamada La Violencia, com o assassinato do candidato a presidência Eliécer Gaitán (MARTUSCELLI, 2015). A guerra durou até 1958, com a morte de 300 mil colombianos e deslocamento de dois milhões do campo para as cidades, e terminou com os dois grupos concordando em partilhar o poder e alternando a presidência e as posições eletivas governamentais. Houve um aumento das disparidades socioeconômicas, o que, segundo Martuscelli (2015, p. 92) “motivou o nascimento e crescimento de movimentos

esquerdistas rurais que pretendiam defender os direitos da população excluída social e politicamente”.

As guerrilhas móveis iniciaram ainda em 1949, quando o partido comunista incita a população a se organizar nas regiões ameaçadas por ataques reacionários, além de alguns destes grupos se formarem também pelos problemas agrários. Os grupos acreditavam que a violência poderia trazer influência política e também controle territorial, e enxergava nela a única via para mudar a vida dos camponeses.

Como nunca houve uma reforma agrária no país, e o Estado colombiano não tinha presença nas zonas rurais. Ao mesmo tempo, a disputa por terras sempre foi uma das bases do conflito armado, e os grupos armados ocuparam as funções do Estado nestas zonas rurais, fornecendo bens públicos para a população. Os lucros do comércio internacional de drogas são a causa primeira da violência na Colômbia, mas não há consenso sobre a data oficial em que o conflito armado começou - estima-se que tenha sido entre 1958 e 1964. Os grupos que conhecemos hoje começaram a se formar neste período:

*O Ejército de Liberación Nacional (ELN) surgiu em 1964, inspirado pela Revolução Cubana depois da viagem de seis estudantes colombianos à ilha, em 1959 [...] No ano 1966, nasceram formalmente as FARC-EP (Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia- Ejército del Pueblo), fundadas por estudantes e profissionais que acolheram a teoria do fogo armado de Che Guevara. Sob a égide do Partido Comunista, a ideia era a de criar um grupo armado para atuar caso a democracia fosse ameaçada na Colômbia, como estava acontecendo em quase todos os países da América do Sul, com as ditaduras de direita [...] Em 1967, foi fundado o EPL, braço dissidente 93 do partido Comunista com orientação maoísta, que acreditava na guerra popular prolongada, de modo que a revolução saísse do campo em direção às cidades. O M19 também surgiu nessa época como um grupo armado urbano cujas ações militares pretendiam causar grande impacto político e conquistar a simpatia das massas populares (MARTUSCELLI, 2015, p. 92).*

Com o surgimento destes movimentos, em 1964 o governo da Colômbia lança uma ofensiva contra eles, uma vez que iniciavam o uso de táticas de guerrilha. As guerrilhas da Colômbia tiveram três fases: em 1970, houve seu crescimento e firmamento nos territórios; em 1980, houve acúmulo de forças para a tomada de poder; e nos últimos vinte anos, houve o abandono dos espaços políticos e a busca do colapso estatal pela violência e ataque às infraestruturas (MARTUSCELLI, 2015).

E, em 1968, irão surgir os grupos paramilitares, que nos anos 1980 eram apoiados pelos narcotraficantes e pelo governo até se tornarem independentes e fortes para combaterem as guerrilhas. Eles são fruto da reação das elites locais contra a ameaça representada pelas

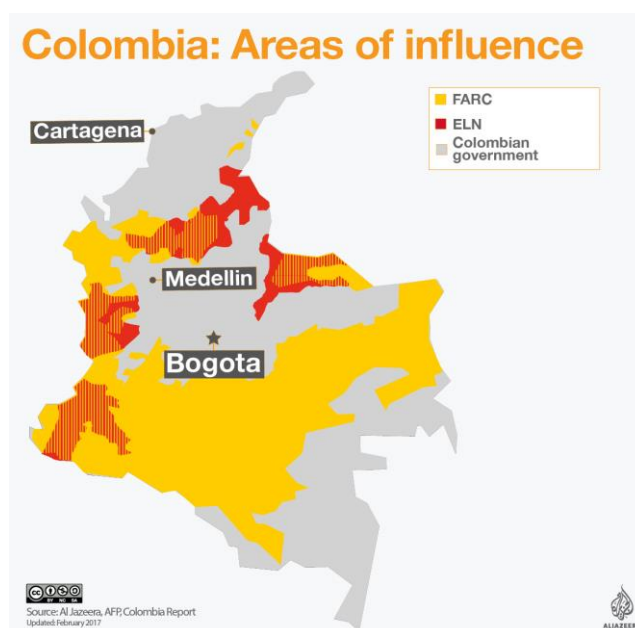
guerrilhas. Dada a crise que se instaurava na Colômbia, tanto o M-19, quanto o EPL, assumiram o esgotamento da luta armada e se integraram à vida legal, participando até mesmo da Assembleia Nacional Constituinte nos anos 90. Contudo, as FARC e a ELN se sentiam excluídos da participação nos assuntos governamentais e seguiram seu projeto de tomar o poder por meio das armas. Para isso, começaram a cercar as principais cidades e atacar a infraestrutura pública para levar ao colapso estatal.

Em 1997, 7 grupos paramilitares se juntaram para formar as Autodefesas Unidas da Colômbia (AUC). Um ponto bastante importante de se destacar é que esse conjunto paramilitar recebia treinamento do Exército Nacional, e praticamente dobram o número de combatentes - principalmente pelo envolvimento com o narcotráfico e recrutamento de crianças (WATCHLIST ON CHILDREN AND ARMED CONFLICT, 2004).

Entre 2003 e 2006, 30 mil destes paramilitares participaram de um processo de desmobilização negociado com o governo. Como, mais uma vez, o governo não convocou a totalidade dos membros a participar, os negligenciados formaram Bandas Criminais (BACRIM), hoje os principais responsáveis por deslocamentos em massa e recrutamento de crianças e que operariam 75% do território nacional em 2011.

Todos esses grupos armados têm disputado o controle do território e dos recursos colombianos desde então, e são formados majoritariamente por camponeses, mulheres insurgentes e crianças; enquanto os grupos paramilitares são mais horizontalizados e liderados por elites econômicas legais e ilegais. Ambos cometeram graves violações de direitos humanos. No mapa abaixo, podemos ver em quais territórios dominavam as FARC, o ELN e o Estado Nacional em 2017.

Figura 8: Colômbia - áreas de influência das FARC e do ELN



Fonte: Colômbia: áreas de influência das FARC e do ELN, Al Jazeera, 2017.

“O narcotráfico atuou como aliado, financiador e promotor direto dos paramilitares, e indireto de recursos para as guerrilhas, especialmente para as FARC, com o pagamento de taxas pelos cultivos e laboratórios” (MARTUSCELLI, 2015, p. 96). Em 2000, o governo colombiano lança um programa de seis anos para a paz, prosperidade e fortalecimento do Estado, conhecido como Plano Colômbia, que contou com o apoio financeiro dos EUA. Essa foi a chave para que o governo colombiano conseguisse retomar parte do território que estava sobre o controle das FARC e do ELN. A partir de 2005, pela primeira vez desde o início da guerra civil, a violência começa a diminuir.

De 1958 a 2012, 220 mil colombianos morreram, sendo 180 mil destes civis. Mas é importante ressaltar que apesar dessa retomada do governo nesse período, o Estado Nacional nunca conseguiu de fato garantir sua presença social e nem diminuir as desigualdades nas regiões de conflito. A violência na Colômbia é uma constante, e o país é dominado pela guerra civil entre as partes há 60 anos.

Apesar de algumas tentativas de conversa de paz terem sido travadas antes do investimento estadunidense no país, somente em 2016 iniciam-se conversas de paz que trariam reais resultados. Em 23 de junho deste ano, o governo e a liderança das FARC concordaram em aceitar um cessar fogo, que foi formalmente assinado pelas partes em 26 de setembro de 2016. O acordo, contudo, não inclui o ELN.

Ainda naquele ano, o governo colombiano submeteu o acordo com as FARC a um plebiscito para consulta popular, que resultou em 50,2% dos votantes rejeitando o acordo de paz, enquanto 49,7% o apoiaram, mesmo que se estima que 67% dos cidadãos aptos para votar não compareceram às urnas (AQUINO, 2016). Em novembro, firmou-se um acordo de paz entre o governo e as FARC, que previa principalmente o desarmamento e anistia aos guerrilheiros, e em abril do ano seguinte o registro das armas foi concluído em conjunto com a ONU. Segundo Martuscelli (2015), as FARC anunciaram o encerramento da luta armada e de sua existência como organização paramilitar, embora alguns persistam lutando.

Hoje, segundo o Comitê Internacional da Cruz Vermelha, coexistem na Colômbia pelo menos cinco conflitos armados entre o Estado Nacional e os grupos armados Exército de Libertação Nacional (ELN), Exército Popular de Libertação (EPL), Autodefesas Gaitanistas da Colômbia (AGC) e resquícios das estruturas das FARC que não aceitaram o processo de paz (EL HERALDO, 2016).

A Colômbia tem hoje uma população que gira em torno de 49 milhões de pessoas, segundo o *Country Economy* (2019). A demografia do país tem declinado ao longo dos últimos anos, uma vez que a taxa de natalidade caiu de mais de 6 filhos por mulher na década de 1960, para pouco acima do nível de reposição. Esse resultado é fruto do aumento da alfabetização, dos serviços de planejamento familiar e da urbanização.

O país apresenta emigração legal e ilegal significativa e saídas de refugiados, e tem sido a maior fonte de refugiados da América Latina, principalmente para a Venezuela e o Equador, mesmo que a crise política e econômica da Venezuela desde 2015 tenha criado um fluxo reverso. Muitos destes são os próprios colombianos voltando para a casa. Mesmo que alguns estejam voltando, o deslocamento forçado continua, graças à violência entre os grupos armados que lutam no país.

A Colômbia é o país com o maior número total de deslocados internos, totalizando em uma população de 7,4 milhões de deslocados internos registrados (ACNUR, 2019). As populações mais afetadas são as afro colombianas e as indígenas. O deslocamento ocorre principalmente pela presença do conflito armado, mas também por desaparecimentos. Os desaparecimentos já somam mais de 120 mil pessoas entre 1985 e 2016, sendo “mais de 83 mil desaparecimentos forçados e quase 40 mil sequestros” (DIÁRIO LIBERDADE, 2019).

A Colômbia é um país com alto nível de desmatamento, que já soma 138.176 hectares (SPUTNIK, 2019), resultante da exploração de madeira da Amazônia e região de Chocó, das plantações de drogas ilícitas, e da erosão do solo e da água por uso excessivo de pesticidas. O país também possui um alto fator de risco que são as doenças infecciosas, transmitidas pelos

alimentos ou pela água - como diarreia, e também pelos vetores - como dengue, malária, febre amarela e zika vírus.

Recentemente, o crescimento dos setores de petróleo, mineração e manufatura atraiu maior migração de mão-de-obra, sendo as principais origens Venezuela, EUA, México e Argentina. O país depende muito das exportações de energia e mineração, o que o torna vulnerável às flutuações nos preços das commodities. A Colômbia é 55º maior produtor de petróleo do mundo, e suas exportações são liderados por óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos, que representam 28,3% das exportações do país, seguido pelas hulhas que responde por 19,5%, e pelo café, que representa 6,9%, segundo dados do *Observatory of Economic Complexity* (2019).

O crescimento real do PIB no país caiu para cerca de 2,6% em 2018, muito em função da queda dos preços do petróleo. O PIB de 2018 finalizou em 330 milhões de dólares, e é composto por: agricultura em 6,2%; indústria em 26,5% e serviços em 52,1% (BANCO MUNDIAL, 2019). Podemos observar que o desenvolvimento econômico colombiano é dificultado pelos conflitos internos, pobreza e dependência de produtos primários.

Segundo o Globo (2018), a Colômbia continua sendo o maior produtor de cocaína do mundo. Seu cultivo cresceu 17% em 2017, e neste ano o cultivo dominava 171.000 hectares. “Mais da metade de todos os usuários de cocaína residem nas Américas, principalmente na América do Norte (34% do total global), e quase um quarto reside na Europa, principalmente na Europa Ocidental e Central (cerca de um quinto do total global)” (O GLOBO, 2018).

Hoje, 23% da população têm entre zero e 14 anos de idade, sendo a taxa de fertilidade sendo de 1,8 filhos por mulher. A expectativa de vida escolar é de apenas 15 anos, e a taxa de desemprego entre a população de 15 a 24 anos é de 14,4% para meninos, e 24% para meninas. Além disso, a taxa de desemprego total no país é de 9,2% segundo dados de 2019. Por fim, 27% dos colombianos estão abaixo da linha da pobreza. Segundo Gualdrón (2018), a Colômbia é o país mais desigual da América Latina pela alta concentração de renda. No texto, aponta ainda que segundo relatório da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), serão necessárias 11 gerações para o país sair da pobreza.

A situação é muito mais complexa do que no momento da assinatura do acordo de paz com as FARC, pois muitos colombianos vivem expostos à violência e ao medo. Apesar do acordo firmado com as FARC em 2016, a Colômbia permanece em grave situação humanitária até hoje:



A violência e conflitos armados aumentaram na Colômbia e tornam a atual situação humanitária do país pior do que no momento de assinatura do acordo de paz com as Farc em 2016, informa um novo estudo publicado pelo Comitê da Cruz Vermelha Internacional (CICV) nesta quinta-feira. Segundo a pesquisa, apesar da paz com as Farc, conflitos entre o Estado e cinco grupos armados, como o Exército de Libertação Nacional (ELN), criaram uma grave e delicada situação humanitária (DUCHIADE, 2019).

O recrutamento de crianças é um fenômeno relativamente novo na Colômbia. Nos anos 50, crianças até viviam com suas famílias nos acampamentos guerrilheiros, mas não eram recrutadas, uma vez que os principais alvos de recrutamento eram estudantes, adultos sindicalistas, camponeses e desempregados. Segundo Martuscelli (2015, p. 97), as guerrilhas e grupos paramilitares começaram a recrutar crianças nos anos 90, “devido ao agravamento da violência, ao aumento da capacidade militar do Estado (por meio do apoio dos EUA) e ao prolongamento do conflito”.

Com aumento da violência neste mesmo ano, o número de adultos passou a ser insuficiente, e as partes começaram a recrutar as crianças, fenômeno também explicado pela piora nas condições de vida de muitas delas, principalmente as que viviam em periferias e zonas rurais e as que estavam desempregadas. Portanto, o recrutamento infantil foi iniciado tanto por falta de arsenal humano, quanto por fatores estruturais.

As guerrilhas, os paramilitares e as Forças Armadas trabalharam para silenciar aquelas organizações da sociedade civil que denunciavam essa prática. E como os crimes e hostilidades ocorrem majoritariamente na zona rural, a situação de abandono deste segmento é agravada, e todas as partes envolvidas no conflito utilizam crianças. Segundo os dados do relatório da ONU de 2019, a Somália lidera três das seis violações graves contra crianças listadas pela ONU: rapto (1609 crianças); violência sexual (331 crianças); e recrutamento e uso (2300 crianças) CHILDREN AND ARMED CONFLICT, 2019).

Em torno de 50% dos adultos que combatem em grupos armados na Colômbia hoje, ingressaram no mesmo quando ainda eram crianças. Além disso, em torno de 40% dos combatentes destes grupos são menores de 18 anos. A AUC é o único grupo colombiano que tem essa idade como a mínima para o recrutamento, e mesmo assim continua a recrutá-las. Até mesmo o exército nacional recruta crianças.

Na Colômbia, as crianças são usadas não somente para o combate armado, mas para espionar e ficar de guarda, instalar minas, cultivar, cozinhar, em extorsões, para tarefas de saúde e, é muito comum serem recrutadas para trabalhar na economia ilegal, que é controlada por grupos armados, principalmente no cultivo e manuseio da coca.

Praticamente todos os menores envolvidos no conflito armado colombiano vêm de famílias muito pobres, possuem algum nível de desnutrição, foram afetados diretamente pela violência e sofreram com a perda ou o desaparecimento de algum parente de primeiro ou segundo grau. A maior parte deles vivia na zona rural (69% tinham pais camponeses) (MARTUSCELLI, 2015, p. 101).

Uma boa parte dessas crianças não tem acesso à educação, e muitas delas não sabem ler, nem escrever. Em sua tese, Martuscelli (2015) traz três razões bastante relevantes do por que esses jovens abandonam os estudos: para contribuir com a economia familiar; porque não entendiam o conteúdo, ou eram maltratados por colegas ou professores; porque a escola ficava longe de suas casas; e porque não tinham incentivos para continuar.

Sem educação e vendo suas casas, cidades e famílias destruídas pela violência das guerras civis, as crianças também careceram de infraestrutura básica e serviços básicos - como hospitais, escolas, água e comida - para viver. Em um cenário onde lhes resta violência e medo, juntar-se aos grupos armados e pegarem em armas para lutar, lhes parece a única saída. Dois grupos de minorias se destacam dentre as crianças-soldado: os indígenas - pois acreditam que essas crianças são mais resistentes e desertam menos - e as meninas - para servirem como esposas dos recrutadores.

Os grupos armados conquistam as crianças, então, com promessas sobre uma vida militar, dinheiro e um futuro melhor. Elas descrevem a vida de um soldado colombiano como sendo uma aventura bastante compensatória, ainda mais se comparada às suas realidades, e que terão total liberdade para abandonar o grupo se necessário. Porém a realidade não é esta, e dificilmente as crianças conseguem se libertar dos grupos armados. Como são mais fáceis de recrutar, são alvo destes grupos, que as 'acolhem' de uma realidade violenta e aproveitam de sua vulnerabilidade para formar o arsenal humano. É mais fácil intimidá-las e manipulá-las, principalmente, é mais fácil fazer com que ajam sem pensar - como é o caso do menino soldado recrutado no filme *Beasts of No Nation* (2015), explorado no primeiro capítulo desta monografia.

O Estado Colombiano não consegue protegê-las, e o recrutamento infantil no país é um crime invisível, que não é julgado pela justiça colombiana. Além disso, neste país é muito difícil provar este recrutamento, porque a maioria das crianças se considera vinculada aos grupos armados por vontade própria, por desejo voluntário. Os motivos que levam a essa junção voluntária são, principalmente: atração pelas armas e uniformes; condições de pobreza e fome; ausência de educação; proximidade com a guerra e a guerra como parte comum de

suas vidas; relações familiares ou amorosas com membros de grupos armados; prestígio; proteção; e a vingança (MARTUSCELLI, 2015). E ao contrário da Somália, como veremos na segunda parte deste capítulo, o recrutamento forçado é a exceção na Colômbia.

[...] o processo de treinamento das crianças soldado envolve 107 a sua alienação física e psicológica, com o intuito de evitar que essas resistam ou desertem, ou seja, ocorre uma socialização perversa que substitui seu desenvolvimento moral pela normalização da violência por meio do medo, do terror e de traumas (MARTUSCELLI, 2015, p. 107).

O recrutamento infantil, seja ele voluntário ou forçado, coloca diariamente essas crianças em risco de vida, e as priva de bem-estar, saúde e educação. Apesar de carregarem armas, essas crianças apenas tornam suas vidas ainda mais vulneráveis ao ingressarem nestes grupos, não só fisicamente, mas também psicologicamente. Sua infância é perdida e sua vida adulta completamente comprometida.

O governo colombiano não consegue impedir o recrutamento infantil e proteger os menores de idade, nem mesmo julgar os praticantes deste crime. Desde os anos 1990, a agenda da ONU (e de outras Organizações) começou a abordar o tema das crianças-soldado e apoiar as crianças pelo mapeamento e visibilidade deste fenômeno. Mesmo assim, a situação das crianças-soldado colombianas permanece em segundo plano nas agendas de direitos humanos e internacional humanitário.

A Colômbia nunca entrou na agenda de segurança do CS da ONU. A Organização tem atuado no sentido de denunciar as violações de direitos humanos cometidas no país, e também com funcionários, programas e fundos atuando em território colombiano. Mesmo assim, nenhuma resolução colocou o país como uma ameaça à paz e à segurança internacionais.

Algo que fez muita diferença no conflito deste país em relação à Somália, por exemplo, é que ele não chamou atenção na comunidade internacional, uma vez que a Colômbia é considerada um Estado bem estruturado e comprometido com os direitos humanos (MARTUSCELLI, 2015). Além disso, o apoio dos EUA para a Guerra contra as Drogas e a Guerra ao Terror empreendidas na Colômbia impediu que o tema do conflito armado fosse devidamente incluído na agenda global. O conflito colombiano foi incluído somente na agenda regional, pois a América Latina é considerada zona de influência dos EUA, onde este país assume a condição de responder a essa situação, muitas vezes impedindo que outros atores interfiram na região.

Esse envolvimento da Colômbia nestes dois temas estadunidenses ajudou a mascarar o recrutamento infantil, e a ONU foi incapaz de responder e agir adequadamente no tema, que

inclusive se colocava contra o modelo militarista adotado pelos colombianos. Mesmo que a partir dos anos 2000 os relatórios da Organização também compreendessem o conflito colombiano, a Colômbia nunca esteve na agenda do CS. 10 anos depois, somente FARC e ELN são listadas como recrutadores de crianças.

O governo colombiano aceitou voluntariamente a implementação do mecanismo de monitoramento e relatórios da resolução 1612 no final de 2008, com a condição de que a ONU não entraria em contato com os grupos armados sem o seu consentimento.

A ONU nunca tentou dialogar e acordar um plano de ação com as FARC e a ELN em respeito à vontade do governo [...] Na prática, o governo colombiano deseja evitar que os grupos beligerantes tenham seus direitos reconhecidos internacionalmente, incluindo o de negociar acordos humanitários com organizações internacionais (MARTUSCELLI, 2015, p. 168).

Assim, não houve contribuição pela ONU no fim do uso de crianças em conflitos armados neste país. Quem atua no território e passa as informações ao CS é a Força Tarefa na Colômbia, formada por várias agências da ONU. Nos relatórios específicos da Colômbia, o fato de ela ser reconhecida como estável constitucionalmente e de crescimento econômico e desenvolvimento constantes, impede que o uso de crianças-soldado seja visível na comunidade internacional.

As forças armadas colombianas não foram listadas como partes em nenhum relatório da ONU. Uma possível explicação para isso é que as relações estreitas com os EUA podem ter influenciado essa decisão, especialmente pelo fato de que este país tem poder de veto no CS, e poderia vetar ações que colocassem em risco as relações econômicas com a Colômbia. O que o CS tem feito é pedir para que as partes do conflito não recrutem crianças e que libertem as que estão sob seu comando, ajudando-as a retornarem às suas casas.

Tanto no caso colombiano, quanto no caso somali, a ONU enfrenta dois principais impasses de atuação por parte dos governos: a falta de controle destes sobre os grupos que recrutam crianças, e a falta de atuação a respeito da estrutura precária tanto física, quanto social que muitas zonas destes países enfrentam. Na Colômbia, três fatores agravam a não tomada de ação pela ONU: o fato de que a Organização não colocou o país na agenda de Segurança Internacional - aparentando à comunidade internacional que este país teria condições próprias de lidar com estes problemas internos; a falta de planos de ação conjuntos entre ONU e os grupos armados; e mais de 80% das crianças terem aderido voluntariamente ao grupo e a posição que ocupam nele. E quanto ao Índice de Estados frágeis, a Colômbia

encontra-se na posição 70, com 75,7 pontos, colocando-a na situação de aviso da Organização.

Por fim, ambos os governos possuem fraca vontade política e capacidade, tanto em recurso, quanto em habilidades, das autoridades políticas em fazerem algo a respeito das violações contra crianças das quais tomam conhecimento. Na Colômbia, isso é um impedimento à resolução do fenômeno das crianças-soldado, pois a ONU conta com o Estado Nacional para lidar com este tipo de questão, como vimos nas recomendações feitas pelo Secretário-Geral em seus relatórios. Na Somália, apesar de a situação ser bem mais grave, o fato de o país estar na agenda da ONU faz com que receba maior atenção e com que a Organização possa aplicar sanções e pressionar os países envolvidos.

Essa ausência, assim como o fato de o sistema ONU ceder aos desígnios do governo colombiano de não dialogar com as partes e de não inserir os grupos pós-desmobilização ou as forças armadas nas listas, contribui para a construção de um silêncio internacional sobre o tema de crianças soldado (MARTUSCELLI, 2015, p. 171).

E esse silêncio, principalmente quanto ao recrutamento das crianças colombianas, corrobora e fortalece a visão equivocada de que este tema está diretamente relacionado com conflitos da África e do Oriente Médio.

Um dos pontos que mais colabora para a não entrada da Colômbia na agenda da ONU é a sua relação com os EUA, tanto em termos diplomáticos - uma vez que os países têm relações estreitas, e os norte americanos não tem interesse que a ONU exerça maior influência no país - quanto em termos bélicos - pois como vimos na tabela dos fornecedores de armas apresentada no segundo capítulo, EUA são os maiores exportadores de armas da Colômbia hoje. O país foi responsável pelo envio de 39 milhões de armamentos ao território colombiano no ano passado. Junto a eles, o Reino Unido foi responsável pelo envio de 11 milhões de armamentos ao país em 2018 (SIPRI, 2019).

Visto que EUA e Reino Unido são membros permanentes do CS da ONU e possuem poder de veto sobre as decisões tomadas pela organização no tema, esses países estão propensos a vetar ações que visem o fim do conflito colombiano - e, conseqüentemente, das crianças-soldado, uma vez que o comércio de armas ao país gera altos lucros à eles. Mais uma vez, os interesses nacionais das grandes potências sobrepõem os direitos humanos das crianças, que permanecem todos os dias carregando essas armas, e também sendo mortas por elas.

Assim, o tema das crianças-soldado permanece periférico e silenciado na comunidade internacional, tanto pelos governos colombiano e somali, quanto pelas Organizações internacionais e potências nacionais que têm influência no tema. Silêncio este que é continuado pela falta de ação da ONU, também silenciada pelos interesses das grandes potências, e que mantém dezenas de milhares de crianças recrutadas e usadas como soldados em conflitos armados em todo o mundo hoje.

## 4.2 O caso Somali

A chegada dos primeiros habitantes na região que hoje é a Somália, cujo nome no dialeto local significa ‘negro’, se deu há milhares de anos, durante a ocupação do Cifre da África. A grande maioria do território é ocupada pelos somalis, um grupo predominantemente muçulmano sunita. Desde sua formação, o território era dividido em clãs, a unidade social básica somali. Essa configuração só vai ser alterada com a colonização dos ingleses e italianos desta região.

Os britânicos estabeleceram um protetorado no norte do Chifre da África ainda no século XIX, após a assinatura de tratados com sultões somalis. “Este foi administrado, no início, por empresas inglesas com o objetivo de dominar, explorar e colonizar a região” (ZABLONSKY, 2016, p. 8). E, ao sul desta região, os italianos fixaram pactos com os sultões somalis que ali habitavam, e iniciaram a colonização do território.

Os sultões somalis assinaram os tratados e pactos visando expansão e controle sobre outros territórios, mas as potências europeias passaram, na verdade, a dominar toda a região e a desmantelar as instituições sociais e políticas somalis, substituídas por britânicas e italianas. Ou seja, o poder estava nas mãos dos administradores coloniais, e não dos somalis. E esses colonizadores foram os responsáveis por organizar o território e as instituições de maneira segregada, sendo a sociedade segregada com base na raça, na condição social e política, ou na etnia.

Logo, a ideia de Estado colonial bifurcado significava que haviam leis feitas pelos colonizadores brancos para os brancos e leis feitas pelos colonizadores brancos para os nativos, mas que na prática eram controladas e aplicadas pelos chefes locais, ou seja, dois Estados, um para os colonos e um para os nativos (ZABLONSKY, 2016, p.10).

Esse cenário desencadeou em muitas organizações de resistência à dominação colonial, guerrilhas armadas que reuniam grande parte da população. Foi deste movimento

que nasceu a Liga Nacional da Somália (SNL), em 1947, que buscou uma identidade nacional e procurou se organizar politicamente frente aos colonizadores.

A dominação estendia seus braços sobre a cultural, a economia e a política dos somalis. Essa situação só piorou com o início da Segunda Guerra Mundial, onde muitos somalis lutaram pelos países europeus, uma vez que Itália e Inglaterra se enfrentaram em lados opostos na guerra. Essa realidade fez com que as colônias somalis que já haviam se articulado politicamente, iniciassem a luta por independência.

Com o fim desta Guerra, a Grã-Bretanha manteve o controle da Somalilândia Britânica e da Somália italiana como protetorados, e em 1945, as Nações Unidas concedem à Itália a tutela da Somália italiana. No entanto, houve movimentos locais de oposição à tutela, pois para a população isto representava regressão política. As primeiras eleições legislativas gerais aconteceram em 1955, e vencidas pela Liga da Juventude na Somália (SYL) sob o comando de Abdillahi Ise. Apesar da constituição de um governo, a SYL passou por uma série de conflitos e divisões internas (ZABLONSKY, 2016).

Mas será somente em 1º de julho de 1960 que a Somália do sul conquista sua independência, seguida pela Somalilândia Britânica, em 20 de julho. Acordaram que ambas se tornariam a República da Somália, unidas por uma mesma Constituição. Mesmo assim, suas diferenças políticas, econômicas e linguísticas mantinha a divergência entre elas. Segundo Zablonsky (2016), apesar de adotar a estrutura de Estado com exército, fronteiras, economia e política, mascarou a continuação do Estado colonial e deu a chance aos colonialistas de dominar o Estado pós-colonial.

Com o assassinato do então presidente Abdirashid Ali Shermarke em 1969, em 21 de outubro de 1969 uma junta militar assume o controle do governo alegando nepotismo, corrupção e ineficiência do atual governo. Os militares suspenderam a Constituição de 1961 e tomaram o poder, formando o Conselho Revolucionário Supremo (SRC), sendo o General Mohamed Siad Barre, com o apoio dos comunistas russos, escolhido como líder. E boa parte da população aceitou a tomada militar por acreditar nesta forma de governo como combate à corrupção.

A Somália se tornaria, então, um Estado totalitário, sob a afirmação de Barre de que a mudança no regime se deu por um governo do povo e não de um governo militar. O Estado seria guiado pelos princípios socialistas soviéticos, alterando seu nome para República Democrática da Somália, e nacionalizando empresas, instituindo-se o trabalho forçado e abolindo-se os clãs. Inclusive, a mudança nas práticas islâmicas foi um dos principais pontos

de descontentamento populacional, seguida pela instauração de medidas de censura e controle.

Nesse sentido, crescem as formações de organizações civis e militares contra o governo, o que vai levar os integrantes do três principais clãs ligados à família do ditador a escrever uma carta à Barre. Nela, pediam que ele assumisse publicamente a crise que o país atravessava, e que um novo ministro assumisse e preparasse o governo para eleições gerais. Mas Barre tenta dar a volta na situação colocando seu filho no cargo, porém é ineficaz, pois o em 21 de janeiro de 1991 o Congresso da Somália Unida (USC) invade a residência do presidente e toma a cidade. Com o fim do governo, deixou de existir uma unidade política centralizada, pois as regiões do país voltam a ser controladas por clãs, que passam a travar disputas locais pela liderança da região e do país.

Segundo Chomsky (2017), por não existir mais unidade nacional, o país se fragmentou em quatro regiões. A única que se autodeclarou independente foi Somalilândia em maio de 1991, e também foi a única que conseguiu manter uma existência estável, graças ao forte domínio do governo e boa infraestrutura econômica. Mesmo assim, não foi reconhecida por nenhum outro país. As outras três reivindicaram autonomia em uma Somália unificada e pacífica: Galmudug, Puntlândia e Maakhir.

Apenas na Somalilândia os clãs conseguiram criar um interesse em comum: lutar pela independência de seu país. Nas outras três regiões, os clãs não se respeitavam, apenas queriam combater uns aos outros em busca do domínio daquele território. “O colapso do governo de Barre transformou a capital Mogadíscio em uma praça de guerra” (SILVA, 2017).

O combate destes clãs em diversas regiões contribui para estabelecer um cenário de anarquia no país, com inúmeras mortes e destruição em todo o território. Uma das principais consequências foi a fome da população, que chegou a matar entre 300 e 500 mil pessoas. A guerra civil estava instituída, e o cenário político somaliano mergulha em uma profunda crise, em que nenhuma autoridade central conseguiu alcançar estabilidade nacional.

É somente no ano de 2000 que a crise política e os conflitos internos são discutidos em uma reunião no Djibuti, com a presença de 200 delegados somalis. A reunião estabeleceu a criação da Assembleia Nacional e elegeu como primeiro presidente do Governo de transição Somali o presidente Abdulkassim Salad Hasan. Porém, logo em seguida, grupos armados dissidentes que não reconheceram a nova autoridade continuam o estado de guerra.

Em 2004, uma nova reunião tenta reatar o diálogo entre os clãs e os grupos armados, em busca de formar um parlamento para reorganizar a Somália. É a partir deste momento que

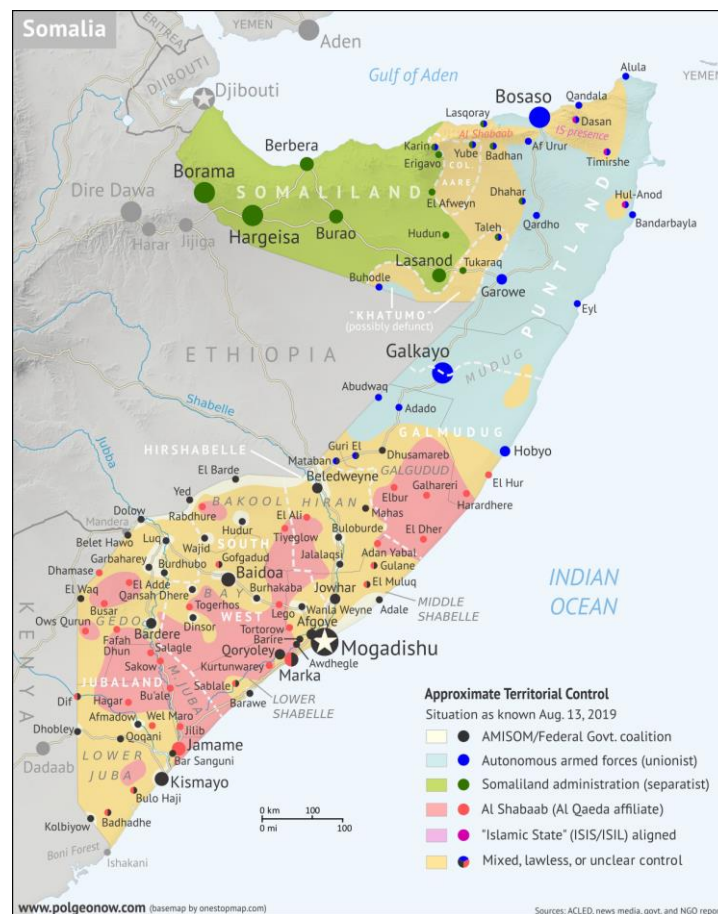


a influência e a predominância da religião muçulmana acabam estabelecendo a adoção de leis islâmicas em todo o território.

Em 2006, a milícia União das Cortes Islâmicas assume o poder em Mogadíscio. Parte de seus integrantes viria a se tornar o grupo terrorista Al Shabaab, que em 2010, declarou aliança à Al Qaeda e esteve no controle de grande parte do sul do país e da capital, de onde foi parcialmente expulso em agosto de 2011. Desde então, os terroristas foram acusados de uma série de atentados e continuam lutando contra o governo.

A situação política somali começa a se regularizar somente em 2012, quando o país elege seu primeiro parlamento em mais de 20 anos. O ex-primeiro-ministro, Mohamed Abdullah Mohamed, de cidadania americana, foi eleito presidente em fevereiro de 2017 (SILVA, 2017). O presidente governa o país ainda no presente, que permanece em guerra civil.

Figura 9: Mapa da Somália



Fonte: *Political Geography Now*, Mapa e Linha do Tempo da Somália, 2019.

A situação política da Somália é ainda confusa. O poder político encontra-se dividido entre vários senhores da guerra que dominam várias zonas do país. Com o decorrer da guerra civil, estes foram os estados autônomos que surgiram na Somália pós Barre, onde apenas a Somalilândia se autoproclamou independente - apesar de não reconhecida internacionalmente como tal - e os outros três reivindicam autonomia dentro de uma Somália unificada, sendo eles Galmudug, Puntlândia e Maakhir. Segundo estimativas de 2018 (BANCO MUNDIAL, 2019), o PIB do país gira em torno de 4,7 bilhões de dólares, com a agricultura representando 62,7% e a indústria 9,5%.

Atualmente, 800 mil somalis estão à beira da desnutrição, de acordo com dados da ONU (SILVA, 2017). Uns dos potentes agentes que incidem sobre o povo somali são os desastres naturais. Segundo dados da ONU, 196 pessoas morreram devido à seca no país em 2017. A falta de chuvas desencadeia em secas e escassez de água, que terminam na transmissão de doenças pela falta de saneamento e na falta de alimentos à população. Essa é uma realidade vivida por muitos somalis hoje.

A população somali foi estimada pelo Banco Mundial (2019) em 15 milhões de pessoas em 2018. Porém, o número exato da população é quase impossível de ser medido, uma vez que há no país um alto número de nômades, e também muitos movimentos de refugiados em resposta à fome e à guerra de clãs. Mais de 46% desta população têm entre 0 e 14 anos, e a taxa de fertilidade está entre as mais altas do mundo, com quase 6 filhos por mulher (BANCO MUNDIAL, 2019).

A Somália tem uma das menores taxas de matrícula na escola primária do mundo - pouco mais de 20% das crianças estão na escola, segundo dados do Banco Mundial de 2007. Além disso, a taxa de desemprego total do país está em 14%. A expectativa de vida é baixa, apenas 56 anos (BANCO MUNDIAL, 2019), como resultado de altas taxas de mortalidade infantil e materna, causadas por: disseminação de doenças, falta de saneamento, falta de alimentos, desnutrição crônica e serviços de saúde precários ou inexistentes.

Desde o início da guerra civil em 1991, centenas de milhares de somalis fugiram de suas casas e se tornaram refugiados nos países vizinhos. A combinação de conflito, insegurança, seca e o não fornecimento dos itens básicos de qualidade de vida pelo governo - como educação, saúde, alimento, água e segurança - levou mais de 250 mil civis a fugir de suas casas e deixou milhões enfrentando insegurança alimentar. Pelo menos 178.400 crianças enfrentam desnutrição grave (WATCHLIST ON CHILDREN AND ARMED CONFLICT, 2019).

Entendendo como grupos terroristas aqueles que provocam terror pelo uso da violência física ou psicológica para intimidar uma sociedade e impor fundamentalismos, podemos observar dois grupos terroristas na Somália. O primeiro deles é o Al-Shabaab, que tem como objetivo principal desacreditar e desestabilizar o Governo Federal e atingir qualquer país ou entidade que apoie a luta da Somália contra o grupo. Além disso, o grupo visa estabelecer o domínio islâmico em todo o território somali. O Al-Shabaab é, na verdade, um afiliado da Al Qaeda - responsável por várias atentados e tiroteios na Somália.

O outro grupo é o Estado Islâmico do Iraque e Levante, o ISIS, cujo objetivo é substituir o Governo Federal por um Estado islâmico e implementar a Sharia escrita pelo ISIS. O grupo também visa substituir o Al-Shabaab como a oposição armada dominante à autoridade federal na Somália; e dirige operações, recruta e treina somalis em Puntland, e realiza ataques contra funcionários da União Africana e do Governo somali em todo o país.

No Índice de Estados Frágeis de 2019, a Somália possui 112,3 pontos e ocupa a segunda posição de Estados frágeis do mundo. Como apresentamos no segundo capítulo desta monografia, a Somália é considerada hoje um Estado falido. Temos alguns dados que podem ser evidenciados para explicar a classificação da Somália como tal.

Em primeiro lugar, o país encontra-se em guerra civil há 29 anos. O governo é fraco, e não consegue controlar seu território e suas fronteiras, e conseqüentemente, sua população, que vive em um cenário de violência generalizada. Dessa forma, não consegue garantir a infraestrutura básica de vida aos somalis - como saúde, educação e alimentos - e nem mesmo segurança, tornando o padrão de vida da população deteriorado, e influenciando movimentos de fuga populacional. A alta corrupção e enfraquecimento estatal desencadeiam na perda de legitimidade deste Estado, que não é mais reconhecido pela população como tal. Assim, incapaz de prover condições básicas à sua população e de conter os grupos não estatais, o Estado entra em um ciclo que se retroalimenta e impede que ele saia desta situação que chamamos de falência estatal.

Como destacado acima, quase metade da população tem menos de 14 anos, e a idade média populacional é 18 anos. Mesmo que a idade mínima para alistamento militar voluntário ou compulsório seja de 18 anos, mais de duas mil crianças são usadas e recrutadas para o conflito armado hoje no país, segundo o Relatório do Secretário-Geral da ONU sobre crianças e Conflitos Armados (2019).

A situação política e de segurança na Somália é marcada por tensões entre o Governo Federal, os Estados membros federais e os grupos não estatais. O Al-Shabaab continua seus ataques contra o Exército Nacional da Somália e a Missão da União Africana na Somália

(AMISOM) e usa dispositivos explosivos improvisados contra civis, muitos deles crianças. Em 2018, o número de crianças afetadas por violações graves aumentou 23% em comparação com 2017 (CHILDREN AND ARMED CONFLICT, 2019).

A falta de oportunidades educacionais e de emprego é uma importante fonte de tensão para o grande grupo de jovens da Somália, tornando-os vulneráveis ao recrutamento de grupos extremistas e piratas. Hoje, das seis violações graves condenadas pela ONU, identificamos 2.300 crianças recrutadas, sendo 1.865 dessas recrutadas pelo Al-Shabaab. No ano passado, foram detidas 375 crianças acusadas de associação com o grupo (OFFICE OF THE SPECIAL REPRESENTATIVE OF THE SECRETARY-GENERAL FOR CHILDREN AND ARMED CONFLICT, 2019).

Além disso, os dados de Relatório do Secretário-Geral sobre Crianças e Conflitos Armados (2019) apontam para 1.041 crianças mortas ou mutiladas em conflitos armados, principalmente pelo Al-Shabaab. 328 meninas e 3 meninos foram alvos de violência sexual, e 1609 crianças foram raptadas, sendo 97% delas para recrutamento do Al-Shabaab. E quanto às duas últimas violações graves, tivemos 77 escolas atacadas, e 74 incidentes de negação de acesso humanitário - o dobro de 2017 (37). Dentre os 14 países que apresentam crianças-soldado e estão na agenda de segurança da ONU, a Somália lidera com os números mais altos nas violações das categorias rapto, violência sexual e recrutamento e uso.

Quando criança na Somália, você corre o risco de morrer o tempo todo: pode ser morto, recrutado e enviado para a linha de frente, punido pelo Al-Shabaab por ser pego ouvindo música ou 'vestindo a roupa errada', sendo forçado a se defender por si mesmo porque perdeu seus pais ou mesmo morreu porque não tem acesso a cuidados médicos adequados (ANISTIA INTERNACIONAL, 2011, apud Michelle Kalgary, 2019).

As crianças somalis sofrem diversos tipos de ameaças. São atacadas enquanto estão na escola, e os ataques e violência indiscriminados contra escolas e educadores impedem que as crianças continuem a estudar. Em Mogadíscio, muitas escolas foram fechadas porque crianças e professores temem ser mortos e feridos a caminho da escola. O Al-Shabaab, inclusive, impõe severas restrições ao direito à educação, impedindo meninas de frequentar a escola e proibindo que certas disciplinas fossem ensinadas, e até mesmo usando escolas para doutrinar crianças a participarem dos combates.

Crianças também são abordadas em suas casas pelos militares em busca de recrutamento, e veem sua família e amigos serem torturados e mortos quando se opõem às vontades dos recrutadores. E se as crianças mesmas se opõem ao recrutamento, ainda sofrem

punição dos grupos armados em formato de ameaças de morte, sequestros, apedrejamentos, amputações e assassinatos (ANISTIA INTERNACIONAL, 2011).

As crianças recrutadas acabam por sofrer abusos aos direitos humanos diariamente. Principalmente as recrutadas pelo Al-Shabaab, além das punições citadas acima, ainda sofrem punições como tortura, maus tratos e até assassinatos em público nas áreas dominadas pelo grupo terrorista. Neste cenário, as crianças permanecem impedidas de acesso à ajuda humanitária, até mesmo pelos hospitais locais, que também são alvo dos ataques terroristas. Uma das formas de convencimento bastante usada pelo grupo é a religiosa, de que se juntando as forças militares, as crianças serão salvas do inferno e irão para o céu.

Acredita-se que mais de 50% dos membros da Al-Shabaab sejam crianças, de acordo com a ONU (ANISTIA INTERNACIONAL, 2011). Elas são recrutadas pelos grupos armados por serem mais facilmente coagidas, influenciadas e até mesmo manipuladas que os adultos. As crianças-soldados não são usadas apenas para lutar, mas também como carregadoras, mensageiras, espiãs e cozinheiras. Além disso, alguns relatórios da ONU citam o fornecimento de ajuda logística, transporte de armas e coleta de informações.

O recrutamento de meninas por grupos armados parece ser menos difundido do que de meninos. As meninas são recrutadas, além das tarefas citadas acima, como escravas sexuais dos soldados ou até mesmo em bordéis. Muitas delas são forçadas a se casar com militantes da Al-Shabaab, e aquelas que recusam a se casar são estupradas ou mortas (ANISTIA INTERNACIONAL, 2011). Uma menina de 13 anos relatou: “As mulheres também estavam sendo estupradas pelo al-Shabaab. Conheço pessoas com quem isso aconteceu - alguém da minha família foi estuprada, mas não posso falar sobre isso. Isso é bastante comum. Às vezes, o al-Shabaab se casa com força e às vezes estupra” (ANISTIA INTERNACIONAL, 2011, p. 23, tradução nossa).<sup>41</sup>

Michelle Kagari, vice-diretora do Programa da Amnistia Internacional para a África ainda em 2011: “A Somália não é apenas uma crise humanitária: é uma crise de direitos humanos e de direitos das crianças” (ANISTIA INTERNACIONAL, 2011). Mesmo aqueles civis não recrutados, incluindo crianças, correm o risco de serem mortos e feridos por armas de fogo em confrontos ou tiroteios que ocorrem nas ruas, e em atentados a bomba ou ataques suicidas realizados pela al-Shabaab. E nenhum grupo toma providências para garantir que seus combatentes façam a distinção entre alvos civis e militares, ou para minimizar o impacto de suas ações em civis.

---

<sup>41</sup> “Girls were also being raped by al-Shabab. I know people to whom this happened – someone in my family was raped but I can’t tell you about it. It is quite common.”

Ataques e violência roubam filhos de suas famílias, destroem casas, hospitais, escolas, cidades e populações, causando insegurança, mortes e deslocamentos em massa. As crianças que perdem suas famílias e são privadas de educação e segurança, cujas infâncias são de certa forma ‘roubadas’ correm maior risco de outros perigos, pois precisam cuidar de si mesmas em um ambiente já extremamente ameaçador. E mesmo depois de passarem por desarmamento e reabilitação, seu psicológico continua bastante afetado, e tem bastante dificuldade de se reintegrar na sociedade onde viviam, tanto por traumas pessoais, quanto por julgamento dos demais cidadãos. Ou seja, as consequências do recrutamento são duradouras.

A ditadura de Barre trouxe sérias consequências para a população e deu origem aos conflitos vividos atualmente. No entanto, o peso da colonização não pode ser negado, já que ela estruturou o Estado colonial e pós-colonial, e forneceu as bases e os meios para a perpetuação da violência no país. Além disso, ainda hoje o discurso ocidental pesa sobre a forma como este país deve se organizar politicamente, realidade expressa em ações de organizações como a ONU, que insiste em forçar modelos políticos europeus de organização nacional (ZABLONSKY, 2016).

As agências de ajuda humanitária, que já atuavam em território somali antes da derrubada de Barre, enfrentavam vários problemas para auxiliar a população. A primeira tentativa de intervenção foi feita pelo embargo de armas à Somália, no escopo do capítulo VII de sua carta. Mesmo assim, a medida surtiu resultados modestos e o Secretário-Geral recomendou a criação de uma missão de paz para conter a crise da Somália, o que foi prontamente aceito pelo CS. A resolução 751 estabeleceu, em abril de 1992, a Operação das Nações Unidas na Somália I (UNOSOM I), que buscava fornecer ajuda humanitária e monitorar o cessar fogo durante a Guerra Civil. Ao todo, a missão foi composta por 50 observadores militares, 3.500 agentes de segurança e 719 homens para apoiar os militares e também os civis. Os países que fornecem ajuda foram: Austrália, Áustria, Bangladesh, Bélgica, Canadá, República Tcheca, Egito, Fiji, Finlândia, Indonésia, Jordânia, Marrocos, Nova Zelândia, Noruega, Paquistão e Zimbábue. Segundo Zablonsky (2016), a operação militar custou 2 bilhões de dólares, enquanto foram distribuídos 50 milhões em ajuda humanitária.

O agravamento da guerra civil levou ao descumprimento do cessar fogo aceito pelas facções do conflito, que inclusive obstruíram a chegada de auxílio humanitário aos grupos inimigos. Assim, o então presidente George Bush propôs uma intervenção humanitária por intermédio das Nações Unidas para solucionar a crise na Somália, que foi aprovada pelo CS pela Resolução 794 como a Força-tarefa Unificada (UNITAF). A missão estava autorizada a

usar a força para assegurar o provimento de ajuda humanitária à população, e será substituída pela UNOSOM II, também autorizada pelo CS a utilizar a força.

No fim das contas, a verdadeira motivação para a aprovação da Resolução 794 era estritamente humanitária e não de segurança internacional no sentido clássico do termo, utilizando a argumentação da “ameaça à paz e à segurança internacionais” como fachada para cobrir a ausência de uma base legal satisfatória para a intervenção humanitária (SILVA, 2003, p. 55).

A diferença entre as três operações é que a UNOSOM I possuía uma estratégia diplomática clara, embora não tivesse capacidade física e militar suficiente; a UNITAF possuía todos os recursos, mas a estratégia diplomática era restrita; e UNOSOM II era organizacional e militarmente fraca, e não tinha estratégia política coerente e viável para executar as ações propostas (SILVA, 2004).

A sociedade civil somali se sentiu excluída do processo conciliatório da nação, já que a ONU não reconheceu nenhum de suas representações ou não lhes deu nem mesmo o direito de serem signatários do acordo. Mas essa política reconciliatória da ONU e EUA se tornaria irrelevante depois do ataque aos soldados paquistaneses, desconectando de vez a UNOSOM II de qualquer estratégia de reconciliação política somali.

Em outubro de 1993, tropas dos EUA atacaram o hotel onde supostamente ocorria uma reunião de tenentes ligados a Aideed, porém foram cercados e 18 soldados estadunidenses foram mortos, além de 312 somalis. Conforme concluído no 3º Encontro Nacional da ABRI (2011), nesse momento, se coloca em questão a capacidade dos Estados Nacionais de pôr em risco a vida de seus soldados para salvar estrangeiros. O governo Clinton decide, então, retirar o apoio à UNOSOM II, seguidos pela Bélgica, França e Itália. As forças de Aideed e Ali Mahdi seguiram para um confronto inevitável em 24 de outubro de 1993, o que pôs fim a qualquer possibilidade de sucesso da operação.

A ONU substituiu os soldados retirados por tropas indianas, paquistanesas, egípcias e malaias. Em 1994, um acordo foi assinado entre Ali Mahdi e Aideed para desarmamento e fim da violência como condições para a reconstrução do país, que segue com a aprovação da Resolução 897, que reviu a UNOSOM II de *peace-enforcement* para *peacekeeping*, além de diminuir seu pessoal para 22 mil homens (SILVA, 2003). Em setembro de 1994 a ONU anuncia formalmente o fim da operação na Somália.

A tentativa de reconstrução do Estado somali pela ONU apresentou dois grandes erros: decidir por prestigiar os líderes clânicos que não representam de fato o desejo da população local, em detrimento dos representantes da sociedade civil; e não levar em

consideração o instrumento de resolução de conflitos culturalmente usado pelos somalis, as shir, resultando na imposição da visão ocidental e na má distribuição das fronteiras, que acabou virando fonte de conflito (SILVA, 2003).

Desde o fracasso da missão da ONU, com a missão incompleta e a continuação do quadro de anarquia, a comunidade internacional vem se isentando de responsabilidade sobre a crise somali, com a queda crescendo das agências internacionais de ajuda humanitária trabalhando no local, e também a queda dos financiamentos internacionais. A ONU decidiu encerrar a intervenção, mas nunca deixou o país.

Em 1995, foi criado o Escritório Político das Nações Unidas para a Somália (UNPOS), para ajudar o Secretário-Geral a promover a paz e a reconciliação na Somália pelo contato com os líderes somalis e organizações civis. Fornece orientação política, conforme necessário, ao Coordenador Residente e Humanitário da ONU e já organizou várias conferências de alto nível, incluindo a Missão da União Africana na Somália (AMISOM), realizada em Bruxelas.

Em janeiro de 2007, o Conselho de Paz e Segurança da União Africana cria a AMISOM, aprovada pelo CS para ajudar na resolução da crise somali. Ela busca a manutenção da paz pelo fortalecimento das instituições governamentais de transição, implementação de um plano de segurança nacional, treinamento das forças de segurança e ajuda na criação de um ambiente seguro para a entrega de ajuda humanitária. Ela é mantida majoritariamente pelo escritório de Apoio das Nações Unidas para a AMISOM e tem seu mandato renovado semestralmente desde então até hoje. Ou seja, a ONU apoia as forças policiais pelo financiamento dos equipamentos, treinamento e salários dos militares.

Apesar dos dados de 2017 e 2018 apresentados no segundo capítulo indicarem somente a China como provedora de armamento à Somália, a União Europeia e os Estados Unidos são os principais apoiadores do TFG hoje, com os EUA pagando salários às forças armadas de um governo que viola a proteção infantil. Isso porque um dos interesses americanos na região é continuar a guerra ao terror, com a contenção do grupo Al-Shabaab, que controla grandes partes da Somália e tem elos com a Al-Qaeda.

Além disso, o interesse americano está vinculado também à pirataria e a petróleo. Como EUA não querem correr o risco de o dinheiro de ajuda humanitária ir parar nas mãos da milícia islâmica Al-Shabaab, e tem interesse em continuar lucrando à custa da pirataria, do fornecimento de armamentos e do petróleo, não teria porque este membro do CS aprovar resoluções que visem acabar com esse conflito civil e, por consequência, que acabe com o



recrutamento infantil. Isso resulta em uma atitude ambígua na ajuda à Somália, que paralisa diversos programas humanitários cruciais e perpetua a continuação do conflito.

Junto ao Reino Unido, também membro do CS, EUA e este possuem o poder de veto sobre resoluções que visem ajudar a Somália a cessar sua guerra civil. Se ambos estão lucrando com este conflito, espera-se que também não façam grandes esforços para que ele termine. A partir dos dados da questão bélica analisados acima, e principalmente no segundo capítulo desta monografia, nota-se que os países interessados, principalmente os membros do CS, agem para minimizar os caminhos de resolução do fenômeno das crianças-soldado, pois da sua continuação decorrem inúmeras oportunidades de ganhos para estes países. Os interesses, assim, se sobrepõem à resolução de um conflito que já dura 28 anos e mata centenas de crianças todos os anos.

Portanto, o caso somali comprova duas hipóteses trazidas no segundo capítulo para a continuação do conflito armado e, conseqüentemente, do recrutamento infantil: a Somália ser um Estado falido - cujas instituições são incapazes de controlar a situação; e a questão bélica, que motiva os países do CS que fornecem armas a vetarem ações que cessariam o fenômeno.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo o Relatório do Secretário-Geral para Crianças e Conflitos Armados (2019), mais de 240 milhões de crianças vivem em países afetados por conflitos, e dezenas de milhares delas estão sendo recrutadas por grupos armados. Como analisamos, há diversas maneiras de crianças se tornarem parte destes grupos, sendo as principais por recrutamento forçado, ou ‘voluntariamente’ para escapar da pobreza, da fome e da realidade familiar.

Esse tipo de conflito que emprega as crianças se dá em uma conjuntura que chamamos de Guerras do terceiro tipo, cuja principal característica é não ter uma clara distinção entre Estado, forças armadas e sociedade, e cuja principal prejudicada é a população civil. As questões mal resolvidas de descolonização permitem a continuação deste tipo de guerra, que ocorre, principalmente, em Estados falidos. Nestes Estados, a falta de soberania é a pedra angular do problema das crianças-soldado.

Apesar da publicização de seis resoluções dedicadas ao fenômeno a partir de 1999, somente em 2005 a ONU declarou que a questão estava oficialmente na agenda do CS. Isso porque é nesse momento que a Organização reconhece o recrutamento infantil como ameaça legítima para a paz e a segurança internacionais. E muito embora tenha sido a responsável por levantar o tema na comunidade internacional, o processo de securitização do mesmo só começou de fato quando as grandes potências começaram a reconhecê-lo como ameaça.

O fator que possibilitou uma reorientação do debate sobre inserção das crianças nos assuntos de segurança foi o surgimento do conceito de segurança humana, que reafirma a responsabilidade sobre as crianças estar nas mãos do Estado e da comunidade onde vivem. Contudo, como os Estados costumam estar mais atentos às questões de segurança nacional, as respostas que dizem respeito à segurança humana são mais demoradas.

Apesar da responsabilidade do Estado, a ONU foi criada com o objetivo de manter a paz e a segurança internacionais, e promover o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais, então possui um papel importante a desempenhar no tema. O CS abordou pela primeira vez a proteção de crianças em 1999, e dali seguiram seis resoluções sobre o tema e o início da publicação do Relatório anual sobre crianças e conflitos armados. Foram estabelecidas as seis graves violações contra os direitos das crianças e listados os grupos ou forças armadas que empregam crianças. Contudo, a ratificação dos documentos e a proteção interna das crianças dependem unicamente da vontade política do Estado.

Das dificuldades encontradas pela ONU em lidar com o tema, o primeiro fator elencado para explicar os resultados de curto alcance são os Estados falidos, aqueles onde o

Estado perde o controle de seu território e a legitimidade, tornando-se incapaz de garantir segurança e as condições básicas de vida aos seus cidadãos. Como observamos no segundo capítulo, dos países que apresentam crianças-soldado, 12 estão situação de alerta quanto à fragilidade estatal e 2 estão em situação de aviso. O Estado falido está intrinsecamente ligado à presença de crianças-soldado, pois é palco para os conflitos que as empregam, da insegurança que as leva a se juntar a um grupo armado, e não possui controle para resolver o problema. A perda de soberania do Estado é um impedimento para a atuação da ONU.

O segundo fator elencado para a continuação do recrutamento infantil é a questão bélica, onde o mercado internacional é responsável por abastecer a economia de guerra e retroalimenta-la ao longo do tempo. Como observamos no segundo capítulo, quatro dos membros do CS estão entre os que mais fornecem armamento para os países que apresentam crianças-soldado, são eles China, Rússia, Estados Unidos e Reino Unido. A rede econômica formada entre os países precisaria ser rompida para que os conflitos que empregam crianças cessassem. Uma vez que essas potências têm suas economias altamente movimentadas pela exportação de armas é difícil que priorizem o combate ao recrutamento infantil, sendo que esse recrutamento só é possível pelos conflitos armados que aquecem essas economias.

Quando estudamos o caso Colombiano, observamos que os EUA e Reino Unido são hoje os maiores exportadores de armas para a Colômbia. No caso Somali, interesse americano está vinculado além das armas, à pirataria e a petróleo. Uma vez que ambos os países são membros do CS e possuem poder de veto, é esperado que não aprovem movimentos que visem terminar o conflito, por isso implicaria em grande perda do mercado bélico para os países. E quanto ao segundo fator elencado, a Somália é classificada hoje como um Estado falido, e a Colômbia encontra-se em estado de aviso, propensa a falir. A observação dos dois fatores ocorrendo na prática em ambos os casos de estudo analisados nesta monografia, nos permitem inferir que os fatores são efetivamente substanciais para explicar o porquê dos resultados pouco expressivos das ações da ONU no fenômeno das crianças-soldado.

A entrevista realizada com Victorino Elama, no Apêndice A, nos permite observar a partir de um caso real a ocorrência na prática de fatores estudados ao longo desta monografia. Primeiro, nos permite observar como a conjuntura de guerra de terceiro tipo que vivia a Angola na época, deu lugar ao aparecimento do fenômeno. Segundo, como os próprios grupos armados buscaram chamar a atenção da comunidade internacional, que se posteriormente validada pelos países leva a securitização do tema. Terceiro, como a falta de soberania do Estado angolano permitiu o aparecimento de um grupo armado antigoverno e a falta de controle e proteção sobre território e população angolanos. E, por fim, como o interesse de

grandes potências que apoiavam os grupos armados, principalmente EUA e Rússia, colaboram para a retroalimentação e conseqüente continuação do conflito e, assim, a continuação do recrutamento infantil.

O pragmatismo das grandes potências e a atual configuração da ONU são os dois fatores chave que nos levam a entender porque o fenômeno das crianças-soldado continua ocorrendo mesmo que violando os Direitos Humanos. E os interesses das grandes potências, principalmente as que compõem o CS, e a falência estatal, são dois grandes responsáveis pelas dezenas de milhares de crianças que estão sob o controle de grupos armados neste momento. Enquanto o Estado não garantir sua soberania, enquanto as grandes potências não colocarem a segurança humana entre os interesses nacionais, e enquanto as ONU não revisar sua estrutura conservadora, as crianças continuarão vítimas do recrutamento, tanto forçado, quanto como busca por segurança.

## REFERÊNCIAS

**ABC das Nações Unidas.** UNIC/Rio, Junho de 2011. Disponível em: <[http://unicrio.org.br/img/2011/09/ABC\\_maio\\_2011.pdf](http://unicrio.org.br/img/2011/09/ABC_maio_2011.pdf)>. Acesso em: 10 set. 2019.

AMORIM, Joalysson da Silva. **Geopolítica das armas:** Estados Unidos e Rússia e o Comércio Internacional de Armas. Universidade Estadual da Paraíba, 2016. Disponível em: <<http://repositorio.asc.es.edu.br/bitstream/123456789/202/1/AMORIM.%20Geopol%C3%ADtica%20das%20armas%20C%20Estados%20Unidos%20e%20R%C3%BAssia%20e%20o%20com%C3%A9rcio%20internacional%20de%20armas.pdf>>. Acesso em: 14 out. 2019.

ANNAN, Kofi A. **Prevenção de Conflitos Armados.** Relatório do Secretário-Geral, Nações Unidas, Nova Iorque, 2002. Disponível em: <[https://www.unric.org/html/portuguese/peace/Nacoes\\_Unidas\\_final.pdf](https://www.unric.org/html/portuguese/peace/Nacoes_Unidas_final.pdf)>. Acesso em: 26 set. 2019.

ARAUJO, Cintia Ribeiro de. **Estados Falidos:** Uma Ameaça a Segurança Internacional. In: 3º Encontro Nacional ABRI, São Paulo, 2011. Disponível em: <[http://www.abri.org.br/anais/3\\_Encontro\\_Nacional\\_ABRI/Seguranca\\_Internacional/SI%206\\_Cintia%20Ribeiro%20de%20Araujo%20ESTADOS%20FALIDOS%20UMA%20AMEA+%E7A%20A%20SEGURAN+%E7A%20INTERNACIONAL.pdf](http://www.abri.org.br/anais/3_Encontro_Nacional_ABRI/Seguranca_Internacional/SI%206_Cintia%20Ribeiro%20de%20Araujo%20ESTADOS%20FALIDOS%20UMA%20AMEA+%E7A%20A%20SEGURAN+%E7A%20INTERNACIONAL.pdf)>. Acesso em: 06 out. 2019.

AQUINO, Yara. **Colombianos rejeitam acordo de paz entre governo da Colômbia e as FARC.** Agência Brasil, Brasília, 2016. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2016-10/colombianos-rejeitam-acordo-de-paz-entre-governo-da-colombia-e-farc>>. Acesso em: 17 out. 2019.

**Beasts of No Nation.** Direção de Cary Joji Fukunaga. Reino Unido: Netflix, 2015.

BHABHA, Jacqueline. **Child Migration and Human Rights in a Global Age.** Princeton University Press, Princeton, 2014.

BIJOS, Leila; OLIVEIRA, Jackeline Nunes de. **A legitimidade da guerra nos Estados fracassados.** Revista CEJ, Brasília, Ano XV, n. 54, p. 61-72, 2011. Disponível em: <<http://www.corteidh.or.cr/tablas/r28016.pdf>>. Acesso em: 25 set. 2019.

BOYDEN, Jo. **The Moral Development of Child Soldiers:** What Do Adults Have to Fear? Peace and Conflict, 9:4, 343-362, 2003. Disponível em: <[https://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1207/s15327949pac0904\\_6?needAccess=true](https://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1207/s15327949pac0904_6?needAccess=true)>. Acesso em: 25 ago. 2019.

BUZAN, Barry; WAEVER, Ole; WILDE, Jaap de. **Security:** A New Framework for Analysis. Centre for the Study of Democracy, 1998.

**Cape Town Principles and Best Practices.** Adopted at the Symposium' on the prevention of recruitment of children into the armed forces and on demobilization and social reintegration of child soldiers in Africa. UNICEF, Cape Town, South Africa, 27-30 April 1997. Disponível em: <[https://www.unicef.org/emerg/files/Cape\\_Town\\_Principles\(1\).pdf](https://www.unicef.org/emerg/files/Cape_Town_Principles(1).pdf)>. Acesso em: 21 jul. 2019.

CENTANNI, Evan. **Somalia Control Map & Timeline - August 2019**. Political Geography Now, 2019. Disponível em: <<https://www.polgeonow.com/2019/08/somalia-control-map-timeline-august-2019.html>>. Acesso em: 01 nov. 2019.

CEPIK, Marco. **Segurança Nacional e Segurança Humana: Problemas Conceituais e Consequências Política**. Security and Defense Studies Review, Volume 1, 2001.

**Child Recruitment and Use**. Office of the Special Representative of the Secretary-General for Children and Armed Conflict. United Nations. Disponível em: <<https://childrenandarmedconflict.un.org/six-grave-violations/child-soldiers/>>. Acesso em: 01 jul. 2019.

**Children on the frontline of war**. Guardian News and Media Limited, London, 2011. Disponível em: <[https://www.africanchildinfo.net/index.php?option=com\\_k2&view=item&id=5436%3Achildren-on-the-frontline-of-war&lang=en](https://www.africanchildinfo.net/index.php?option=com_k2&view=item&id=5436%3Achildren-on-the-frontline-of-war&lang=en)>. Acesso em: 13 set. 2019.

CHOMSKY, Mayra. **Entenda a situação política e histórica da Somália**. Revista Subjetiva, 2017. Disponível: <<https://medium.com//entenda-a-situa%C3%A7%C3%A3o-pol%C3%ADtica-e-hist%C3%B3rica-da-som%C3%A1lia-e0ba076b4782>>. Acesso em: 02 nov. 2019.

**Colombia: FARC and ELN areas of influence**. Al Jazeera, Al Jazeera News, 2017. Disponível em: <<https://www.aljazeera.com/indepth/interactive/2017/02/colombia-farc-eln-areas-influence-170208110412073.html>>. Acesso em: 10 out. 2019.

**Colômbia**. Grupo Banco Mundial, 2019. Disponível em: <<https://datos.bancomundial.org/pais/colombia>>. Acesso em: 10 nov. 2019.

**Colômbia**. The Observatory of Economic Complexity, 2019. Disponível em: <<https://oec.world/pt/profile/country/col/>>. Acesso em: 18 nov. 2019.

**Colômbia - PIB - Produto Interno Bruto**. Country Economy, 2019. Disponível em: <<https://pt.countryeconomy.com/governo/pib/colombia>>. Acesso em: 15 nov. 2019.

**Colombia, único país de América con presencia de niños soldado**. El Heraldo, 2016. Disponível em: <<https://www.elheraldo.co/politica/colombia-unico-pais-de-america-con-presencia-de-ninos-soldado-262155>>. Acesso em: 02 jul. 2019.

**Commentary of 1958**. Article 24 - Measures Relating to Child Welfare. Convention (IV) relative to the Protection of Civilian Persons in Time of War. International Committee of The Red Cross, Geneva, 12 August 1949. Disponível em: <<https://ihl-databases.icrc.org/applic/ihl/ihl.nsf/Comment.xsp?action=openDocument&documentId=10F3D19B05168E43C12563CD0042B769>>. Acesso em: 16 ago. 2019.

**Declaração Universal dos Direitos Humanos**. UNIC/Rio/005, 2009. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf>>. Acesso em: 16 out. 2019.

**Deslocados internos.** Agência da ONU para Refugiados - ACNUR, 2019. Disponível em: <<https://www.acnur.org/portugues/quem-ajudamos/deslocados-internos/>>. Acesso em: 15 nov. 2019.

DUCHIADE, André. **Violência e conflitos armados na Colômbia se agravaram, diz Cruz Vermelha.** O Globo, 2019. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/mundo/violencia-conflitos-armados-na-colombia-s2017e-agravaram-diz-cruz-vermelha-23557236>>. Acesso em: 02 nov. 2019.

DUFFIELD, Mark. **Global governance and the new wars.** London, Zed Books, 2001.

**Fragile States Index.** The Fund for Peace, United States of America, 2019. Disponível em: <<https://fragilestatesindex.org/>>. Acesso em: 25 ago. 2019.

GUALDRÓN, Yeison. **Colômbia. 330 anos para sair da pobreza. Por que na Colômbia são necessárias 11 gerações para sair da pobreza e no Chile 6. No Brasil, 9 gerações.** BBC News, Via IHU On-Line, 2018. Disponível em: <<https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Pelo-Mundo/Colombia-330-anos-para-sair-da-pobreza-Por-que-na-Colombia-sao-necessarias-11-geracoes-para-sair-da-pobreza-e-no-Chile-6-No-Brasil-9-geracoes/6/41340>>. Acesso em: 16 nov. 2019.

HAER, Roos. **Children and armed conflict: looking at the future and learning from the past.** Third World Quarterly, 40:1, 74-91, 2019. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/01436597.2018.1552131>>. Acesso em: 05 jul. 2019.

HOLSTI, Kalevi J. **The State, War and The State of War.** University of British, Columbia, Vancouver, 1996.

**Indicators.** Fragile States Index. The Fund for Peace, United States of America, 2019. Disponível em: <<http://fragilestatesindex.org/indicators/>>. Acesso em: 29 ago. 2019.

**Mais de 120 mil desaparecidos na Colômbia.** Diário Liberdade, 2019. Disponível em: <<https://gz.diarioliberalidade.org/america-latina/item/294648-mais-de-120-mil-desaparecidos-na-colombia.html>>. Acesso em: 15 nov. 2019.

MARTUSCELLI, Patrícia Nabuco. **Crianças soldado na Colômbia: A construção de um silêncio na política internacional.** Universidade de Brasília, Brasília, 2015. Disponível em: <[http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/18991/1/2015\\_Patr%20NabucoMartuscelli.pdf](http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/18991/1/2015_Patr%20NabucoMartuscelli.pdf)>. Acesso em: 29 jun. 2019.

MARTUSCELLI, Patrícia Nabuco. **Onde estão as meninas soldados? Gênero e conflito armado na Colômbia.** Cadernos pagu (55), 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n55/1809-4449-cpa-55-e195519.pdf>>. Acesso em: 18 ago. 2019.

MAZURANA, Dyan E.; MCKAY, Susan A.; CARLSON, Khristopher C.; KASPER, Janel C. **Girls in Fighting Forces and Groups: Their Recruitment, Participation, Demobilization, and Reintegration.** Peace and Conflict: Journal of Peace Psychology, 8(2), 97-123, 2002. Disponível em: <

[https://pdfs.semanticscholar.org/341e/382bcb2b8a9e690e1cde52b8581c5c3da8b5.pdf?\\_ga=2.44351906.748330534.1566678952-929806805.1566678952](https://pdfs.semanticscholar.org/341e/382bcb2b8a9e690e1cde52b8581c5c3da8b5.pdf?_ga=2.44351906.748330534.1566678952-929806805.1566678952)>. Acesso em: 21 ago. 2019.

MONTEIRO, Leandro Nogueira. **O Conceito do Estado Fracassado nas Relações Internacionais: Origens, Definições e Implicações Teóricas**. PUC/SP, 2006. Disponível em: <[http://www.abri.org.br/anais/3\\_Encontro\\_Nacional\\_ABRI/Seguranca\\_Internacional/SI%206\\_Cintia%20Ribeiro%20de%20Araujo%20ESTADOS%20FALIDOS%20UMA%20AMEA+%E7A%20A%20SEGURAN+%E7A%20INTERNACIONAL.pdf](http://www.abri.org.br/anais/3_Encontro_Nacional_ABRI/Seguranca_Internacional/SI%206_Cintia%20Ribeiro%20de%20Araujo%20ESTADOS%20FALIDOS%20UMA%20AMEA+%E7A%20A%20SEGURAN+%E7A%20INTERNACIONAL.pdf)>. Acesso em: 01 nov. 2019.

MOURA, Isabella Mayer de. **EUA aumentam domínio no mercado global de armas de guerra**. Gazeta do Povo, 2019. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/mundo/eua-abrem-vantagem-sobre-russia-no-mercado-global-de-armas-de-guerra/>>. Acesso em: 25 out. 2019.

NOSWORTHY, David. **Seen, but not Heard: Placing Children and Youth on the Security Governance Agenda**. Governance Agenda Geneva Centre for the Democratic Control of Armed Forces (DCAF), Zürich, 2009. Disponível em: <[https://www.dcaf.ch/sites/default/files/publications/documents/Seen\\_but\\_not\\_Heard.pdf](https://www.dcaf.ch/sites/default/files/publications/documents/Seen_but_not_Heard.pdf)>. Acesso em: 26 jun. 2019.

Office of the Special Representative of the Secretary-General for Children and Armed Conflict. United Nations, 2019. Disponível em: <<https://childrenandarmedconflict.un.org/>> Acesso em: 02 set. 2019.

**ONU: Colômbia continua sendo o maior produtor de cocaína do mundo**. G1, 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2018/09/19/onu-colombia-continua-sendo-o-maior-produtor-de-cocaina-do-mundo.ghtml>>. Acesso em: 03 nov. 2019.

**ONU toma ações humanitárias coordenadas em resposta a ataque na Somália**. Nações Unidas do Brasil, 2017. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/onu-toma-acoes-humanitarias-coordenadas-em-resposta-a-ataque-na-somalia/>>. Acesso em: 25 set. 2019.

PAIVA, Giovanna Ayres Arantes de. **A atuação da ONU frente ao emprego de crianças-soldados: como lidar com os impactos das novas guerras?** Fronteira, v. 10, n. 19, 2011. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/fronteira/article/view/8657/7287>>. Acesso em: 29 jun. 2019.

PAIVA, Giovanna Ayres Arantes de. **A reintegração de crianças-soldado nas operações de paz da ONU**. In: Rev. Bra. Est. Def. v. 3, nº 2, 2016. Disponível em: <<https://rbed.abedef.org/rbed/article/view/73139/42024>>. Acesso em: 06 jul. 2019.

PAIVA, Giovanna Ayres Arantes de. **O sistema da ONU e as crianças-soldado: Convergências e divergências nas abordagens sobre as crianças e conflitos armados**. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, 2016. Disponível em: <[http://taurus.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/305063/1/Paiva\\_GiovannaAyresArantesde\\_M.pdf](http://taurus.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/305063/1/Paiva_GiovannaAyresArantesde_M.pdf)>. Acesso em: 29 jun. 2019.



**Quem mais exporta armas de guerra no mundo.** Gazeta do Povo, 2019. Disponível em: <<https://infograficos.gazetadopovo.com.br/mundo/fabricantes-de-armas-de-guerra/>>. Acesso em: 25 out. 2019.

**Report of the Special Representative of the Secretary-General for Children and Armed Conflict.** United Nations, General Assembly, Report of the Secretary-General, Seventy-third session, Agenda item 68 (a) Promotion and protection of the rights of children, 20 June 2019. Disponível em: <[https://www.un.org/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=S/2019/509](https://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/2019/509)>. Acesso em: 06 jul. 2018.

**Report of the Special Representative of the Secretary-General for Children and Armed Conflict.** United Nations, General Assembly, Report of the Secretary-General, Sixtieth session, Agenda item 69 of the provisional agenda Promotion and protection of the rights of children, 7 September, 2005. Disponível em: <[https://www.un.org/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=S/2019/509](https://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/2019/509)>. Acesso em: 19 jul. 2018.

ROJAS, Cielo Mariño. Derechos de los niños y niñas reclutados o utilizados en hostilidades en la justicia transicional en Colombia: evolución normativa y prácticas jurídicas. Criterio Jurídico Garantista, Año 3, No. 6, 2012. Disponível em: <<http://revistas.fuac.edu.co/index.php/criteriojuridicogarantista/article/view/399>>. Acesso em: 28 jun. 2019.

ROSER, Max. **War and Peace.** Published online at OurWorldInData.org, 2019. Disponível em: <<https://ourworldindata.org/war-and-peace>>. Acesso em: 27 ago. 2019.

ROTBURG, Robert I. **Failed States, Collapsed States, Weak States: Causes and Indicators.** Woodrow Wilson International Center for Scholars, Washington, DC, 2011. Disponível em: <<https://www.wilsoncenter.org/sites/default/files/Failed%20States%2C%20Collapsed%20States%2C%20Weak%20States-%20Causes%20and%20Indicators.pdf>>. Acesso em: 26 jun. 2019.

SILVA, Alexandre dos Santos. **A intervenção humanitária na Somália.** PUC-RIO, Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: <[https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/4735/4735\\_4.PDF](https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/4735/4735_4.PDF)>. Acesso em: 01 nov. 2019.

SILVA, Gustavo. **Somália:** tudo o que você precisa saber sobre o país. Veja, São Paulo, 2019. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/mundo/somalia-tudo-o-que-voce-precisa-saber-sobre-o-pais/>>. Acesso em: 25 out. 2019.

**Somália:** Crianças enfrentam crimes de guerra. Anistia Internacional, 2011. Disponível em: <<https://www.amnistia.pt/somalia-criancas-enfrentam-crimes-de-guerra/>>. Acesso em: 17 out. 2019.

**Somalia.** Watchlist on Children and Armed Conflict, USA, 2019. Disponível em: <<https://watchlist.org/countries/somalia/>>. Acesso em: 20 out. 2019.

**Somalia's Children Under Attack.** Anistia Internacional, United Kingdom, 2011. Disponível em: <<https://www.amnestyusa.org/wp-content/uploads/2017/04/afr520012011en.pdf>>. Acesso em: 29 out. 2019.

SOUSA, Rainer. **Guerra Civil na Somália**. Brasil Escola. Disponível em: <<https://guerras.brasilecola.uol.com.br/seculo-xx/guerra-civil-na-somalia.htm>>. Acesso em: 10 nov. 2019.

**South America:** Colombia. The World Fact Book Archive, Central Intelligence Agency (CIA), Washington, D.C., 2019. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/co.html>>. Acesso em: 04 nov. 2019.

HOWARD, Adam. **The Formation of the United Nations, 1945**. Office of the Historian, 2019. Disponível em: <<https://history.state.gov/milestones/1937-1945/un>>. Acesso em: 15 out. 2019.

**The Geneva Conventions of 1949 and their Additional Protocols**. International Committee of The Red Cross, Janeiro de 2014. Disponível em: <<https://www.icrc.org/en/document/geneva-conventions-1949-additional-protocols>>. Acesso em: 15 ago. 2019.

**The Paris Principles:** Principles and guidelines on children associated with armed forces or armed groups. UNICEF, 2007. Disponível em: <<https://www.unicef.org/emerg/files/ParisPrinciples310107English.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2019.

**The Six Grave Violations Against Children During Armed Conflict:** The Legal Foundation. Office of the Special Representative of the Secretary-General for Children and Armed Conflict, One United Nations Plaza, Working Paper nº 1, 2009. Disponível em: <[https://childrenandarmedconflict.un.org/publications/WorkingPaper1\\_SixGraveViolationsLegalFoundation.pdf](https://childrenandarmedconflict.un.org/publications/WorkingPaper1_SixGraveViolationsLegalFoundation.pdf)>. Acesso em: 16 set. 2019.

**Top List TIV Tables**. Stockholm International Peace Research Institute, Sweden, 2019. Disponível em: <<http://armstrade.sipri.org/armstrade/page/toplist.php>>. Acesso em: 09 out. 2019.

**Transformações nas operações de paz e proteção humanitária no pós-Guerra Fria**. In: 3º ENCONTRO NACIONAL ABRI 2011. Associação Brasileira de Relações Internacionais Instituto de Relações Internacionais - USP, São Paulo, 2011. Disponível em: <[http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=MSC00000012201100300018&lng=en&nrm=iso](http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC00000012201100300018&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 05 out. 2019.

**Trends in Armed Conflict, 1946–2017**. Peace Research Institute Oslo (PRIO). Oslo, Norway, 2018. Disponível em: <<https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/Dupuy%20Rustad%20Trends%20in%20Armed%20Conflict%201946–2017%20Conflict%20Trends%2052018.pdf>>. Acesso em: 25 ago. 2019.

VAN CREVELD, Martin. **The transformation of war**. New York, 1991.

VAUTRAVERS, Alexandre J. **Why Child Soldiers are such a Complex Issue?** In: Refugee Survey Quarterly, vol. 27, no. 4, 2008. Disponível em:

<[https://www.researchgate.net/publication/31331412\\_Why\\_Child\\_Soldiers\\_are\\_Such\\_a\\_Complex\\_Issue](https://www.researchgate.net/publication/31331412_Why_Child_Soldiers_are_Such_a_Complex_Issue)>. Acesso em: 05 jul. 2019.

WALTZ, Kenneth N. **Theory of International Politics**. Columbia University, Saltzman Institute of War and Peace Studies, 1979.

**Weapons of The Islamic State:** a three-year investigation in Iraq and Syria. Conflict Armament Research, London, 2017.

WESSELLS, Michael G. **The Recruitment and Use of Girls in Armed Forces and Groups in Angola:** Implications for Ethical Research and Reintegration. Ford Institute for Human Security, 2007. Disponível em: <[https://riselearningnetwork.org/wp-content/uploads/2015/09/2007\\_Recruitment\\_Use\\_Girls.pdf](https://riselearningnetwork.org/wp-content/uploads/2015/09/2007_Recruitment_Use_Girls.pdf)>. Acesso em: 20 ago. 2019.

**Where we work.** Office of the Special Representative of the Secretary-General for Children and Armed Conflict. United Nations. Disponível em: <<https://childrenandarmedconflict.un.org/where-we-work/>>. Acesso em: 16 ago. 2019.

## APÊNDICE A - Entrevista com Victorino Elima

A entrevista deste apêndice foi realizada com o ex-menino-soldado Victorino Enhama Mbala Elima, no dia 14 de novembro de 2019, em Florianópolis. Victorino nasceu na Angola, onde foi recrutado e viveu como criança-soldado dos 13 aos 16 anos de idade. Hoje, com 36 anos de idade, reside em Florianópolis e é formado em Direito.

Pergunta 1: Me conta a sua história e como você se tornou uma criança-soldado?

Resposta: Eu nasci no Sul da Angola, numa província com nome de Bié e até os 9 anos eu vivi na zona rural. Praticamente era uma vida que nós vivíamos na base de plantações, caça e etc. E aí aos nove anos eu migrei para cidade grande, pra busca dos estudos, eu demorei pra entrar no sistema escolar. Mas eu já tinha sido alfabetizado, eu aprendi ler e escrever em casa. E aí fui seguir na cidade do Kuito, digamos a cidade grande, era uma província que na época tinha mais disputa entre as tropas do governo e as tropas que estavam contra o governo. Então eles haviam dividido a província no meio, uma parte era ocupada pelo governo e uma parte era ocupada pelas tropas contrárias ao governo.

Até os 9 anos eu morava nas tropas contrárias ao governo, e dos 9 até os eu 16 vivi no lado que pertencia ao governo. Quando eu fiz essa troca, inclusive quem me levou foi a minha mãe, nós andamos 4 dias a pé para chegar até a cidade grande da aldeia que nós morávamos. Nessa época havia um cessar fogo, havia uma possibilidade de negociações a fim de alcançar uma paz. Quando chegamos, eu e a minha mãe, na casa da irmã dela, que nessa época ela era professora do lado do governo, a minha mãe ficou alguns dias lá conosco. Aí depois ela precisou voltar porque lá onde eu morava eu tinha mais irmãos, e minha mãe precisava voltar pra tomar conta dos filhos que tinham ficado. Já que nessa o meu pai já tinha morrido também em consequência da guerra. Ele sofreu um assassinato das tropas contrárias ao governo. A guerra foi o último recurso dessas tropas. Por incrível que pareça, essas tropas contrárias ao governo, se a Angola ainda tem um pouco de democracia hoje, é graças a esses grupos contrários ao governo.

Então guerra foi assim: já que vocês não querem conversar conosco, não querem nos ouvir, não querem que a gente participe da política do país, nós vamos partir pra uma outra situação a fim de provocar uma comoção internacional. Só que o que acontece, se essa guerra ficar só entre tropas, a comunidade não vai se comover. Então o que eles fazem pra chamar

atenção: assassinar a população. A população serve como escudo para que a comunidade internacional interfira, interceda para proteger a população.

Meu pai foi assassinado porque eles acreditavam que meu pai era simpatizante do governo. Morreu ele e mais outros. Muitos outros senhores daquela aldeia. Então não foi só ele. Contava nossa mãe que a fim de não gastar com munição, eles colocaram todos em fileira, e uma bala matou todos eles. Assim que chegaram na nossa casa, foram cercados pelas tropas contrárias ao governo. Aí disseram que a senhora podia ficar com a criança, pra contar a história, e o marido tinha que acompanhá-los. E minutos depois ouviram disparo. Aí depois do assassinato chamaram a população pra que cada família fosse reconhecer os corpos. Eu tava junto, mas eu tinha menos de 1 ano. O pai tinha o que, 31, 32 no máximo. Minha mãe tinha uns 29 pra 30.

Aí depois disso eu fui pra aldeia que moravam os pais da minha mãe, e lá eu morei até os 9 anos. É de lá que eu sai pra estudar. Até os 9 anos eu não falava o português e nem entendia o português, eu falo umbundu. Aí assim que minha mãe voltou pra tomar conta da família, aquela possibilidade de negociação pra tentar haver uma paz não prosperou, e aí quem estava do lado do governo já não podia ir até as tropas contrárias ao governo, e quem estava no lado das tropas contrárias não podiam ir ao outro lado. Eu nunca mais obtive notícias da minha mãe.

Aí morei na casa dessa minha tia dos 10 até os 13 anos. Nessa época já tinha sido matriculado e tava fazendo a oitava. E aí certo dia eu e mais colegas, assim da mesma idade que eu, a gente tava soltando papagaio (pipa), foi quando fomos abordados pelas tropas do governo, isso na cidade. Fomos abordados e nos colocaram em um carro que eles usam pra fazer patrulha, e já dali fomos pro quartel, e dali nos colocaram num avião. Isso sem a família saber. A minha sorte que quando tavamos sendo torturados pelas tropas do governo, um vizinho nos avistou e foi contar pra família o que aconteceu, que ele tinha visto. E de lá já fomos levamos pra uma outra cidade. Lá fomos treinar. Já dali passamos a ser o que chama de recrutas, e lá ficamos 3 meses treinando.

Eu por já na época saber ler e escrever, e por ter um grau escolar assim, digamos considerável, contando que ali na vida militar o que mais tinha era gente analfabeta, e aí quem chega com nível escolar sabendo ler e escrever, é automático ocupar cargos de destaques. Eu em função disso forçadamente me colocaram como um líder para cuidar de um grupo de 10 pessoas. E aí eu permaneci nessa função durante o período de treinamento. Eu ali já tava com 14 anos. E esse período durou mais ou menos 6 meses. Onde eu fui treinado era Luanda.

Aí, como a minha província era a que estava sendo mais castigada pela guerra, o que que o governo fez: pegou a gente que tava lá, e por sorte eu voltei pra província, justamente porque era a província que mais havia guerra. Até aí o máximo que eu tinha passado de guerra foi o período de treinamento, eu ainda não havia passado por uma guerra de verdade, e aí eu fui experimentar isso na minha própria cidade. Do aeroporto nos mandaram para um lugar que se chamava Malange, uma outra província, pra fazer o que a gente chama de manobra, que é abrir uma outra frente de combate, que seria entrar através desse lugar que se chama Malange, para retomar o município da minha província que tava sobre o poder das tropas rebeldes, Andulo. Chama UNITA o grupo que lutava contra o MPLA, que era digamos o governo. Esse movimento era de esquerda, apoiado pela união soviética. Eu lutava por esse grupo, MPLA. E UNITA era apoiado pelos Estados Unidos, que era um movimento apoiado pela direita.

Aí chegando no aeroporto de Malange já pegamos carros de guerra e aí fomos pra um município que se chamava Cangandala, pra já nos prepararmos pra iniciar a operação. Essa foi a minha primeira experiência com a guerra. Tive que aplicar, tive que, enfim, vivenciar tudo que aprendi ali no combate. Conseguimos retomar o município de Cangandala, aí as tropas da UNITA nos expulsaram do lugar que a gente tava. Nesse dia morreu muita gente do governo. Colegas meus tá?

Aí o governo resolveu nos tirar de lá e voltamos pra Quito. Ali era o principal reduto da UNITA, então toda força militar tava concentrada ali e toda tentativa que o governo fazia pra retomar o Andulo era uma tarefa muito difícil, porque era uma tropa muito bem treinada, apesar de poucos recursos que eles tinham. Os recursos vinham dos Estados Unidos e outros países.

Pergunta 2: Esses colegas que você falou que morreram, eram crianças também?

Resposta: Era uma mistura, porque geralmente as crianças, elas eram usadas pra serem capangas dos comandantes. Então a comida era preparada por eles, por essas crianças. Eu era uma exceção porque eu tinha já um grau escolar muito bom. Inclusive nessa época eu já era quase um chefe da logística, eu era um subcomandante da logística, tinha uma brigada de quase 7 mil homens. Eu ali já beirava meus 15 anos. A arma era maior que eu.

Eu não fui bem do exército. Eu fui de uma tropa que era uma tropa especializada. Porque havia exército - que eram as Forças Armadas de Angola, e havia a polícia. Só que ali dentro da polícia havia outras células, e eu era uma dessas. Existia polícia de ordem pública, polícia militar talvez, que esses que mantêm a ordem nas cidades, e havia a polícia que era

especial pra fazer intervenções assim rápidas. Eu era uma dessas, eu era DEMOPE. Depois você procura tá? É que depois que eu saí, quero evitar ao máximo, sei lá, de alguma maneira isso tem me ajudado a superar todas as traumas. Eu não quero muito viver essa coisa, sabe? Porque um militar ele tem vícios. Eu graças a deus esses vícios, muitos deles superei. Mas lógico que eu quando durmo, sonho que to participando de alguns casos, em combates, ainda sonho que to fardado, participando em guerras, sendo bombardeando, disparando. Eu ainda tenho essas lembranças, hoje. Então uma das maneiras que eu achei pra superar essas traumas é esquecer essas coisas. É uma coisa que eu combato sozinho.

Pergunta 3: E você lutou até que idade? O que aconteceu que você parou de lutar nessa guerra?

Resposta: Eu lutei até os 16 anos. Foi a mina que eu acionei. Foi até curioso como que isso aconteceu porque, contando assim, parece até uma coisa inusitada. Havia uma aldeia que volta e meia aparecia as tropas da UNITA para importunar a população. Caminhávamos pra tomar o que chamávamos de base militar, só que eles estavam cercados de minas. E eles estavam no meio das minas, eles se cercaram de minas, melhor dizendo. E aí nós atravessamos um rio, era um rio relativamente grande, acho que uns 30 metros. Aí quando nós atravessamos, com bota e tudo, aconteceu que durante o período da travessia a minha bota entrou água, porque chegamos numa altura que era preciso fazer caravana, Caravana é um atrás do outro. E abrimos a trilha e começamos a andar um atrás do outro. Lógico, mantendo a distância, coisas de militar: não pode ficar assim como estamos, sempre um tá aqui o outro tem que estar há 15 metros, pra que se cair uma bomba mata um e o outro sobrevive.

Então eu tava na trilha e aí eu precisei tirar a água da bota, só que pra isso eu precisava deixar a trilha, pra permitir os outros passarem. Só que eu saí da trilha e fui assim junto com o rosto na bota, e foi nessa hora que a mina explodiu. A minha bota ficou toda moída. Eu não sofri nenhuma outra sequela fora que essa perna aqui que é maior em relação à outra, o osso dessa perna aqui ele tá quebrado, e essa inflamação é devido o osso, que quando eu ando ele entra em contato com o músculo e causa essa lesão. E aí, pisei nessa mina, me contaram depois que teve outras pessoas que morreram naquela mesma mina.

Eu vi o momento que acionei a mina. Eu vi assim a explosão, os primeiros gritos que eu dei, e a tropa me pegou, começaram a atravessar o rio comigo. Eu já não lembro mais como cheguei na nossa unidade, eu não lembro como que eu saí de lá pra ir no hospital e depois ser evacuado pra Luanda. Eu só me recuperei uns 2, 3 dias depois, que estava já no

hospital e cheio de curativos. Esse foi o meu fim com a minha participação militar. Isso eu já tava com 16 anos, já tinha ido à escola dos oficiais e já tava esperando uma promoção pra vaga de oficial. Isso foi em 2000.

Pergunta 4: Você perdeu a visão quando explodiu a mina?

Resposta: Ah, foi ali. Foi ali, mas eu soube bem depois, porque é aquela coisa, você perde a visão ainda você acha que “ah, tá com tampão, quando tirar você volta a enxergar”. Jamais imaginei que ia ficar cego. Aí tiraram o tampão, sempre naquela expectativa, volta e meia vou ver. A ficha caiu pra mim quando vieram me dar alta. Mas ainda assim achava que por ser criança, tinha 17 anos, havia chance de enxergar. Ainda hoje não aceito minha deficiência. Ainda hoje tenho dificuldade de aceitar que me encontro nessa situação. Aprendi a conviver com a deficiência, mas aceitar jamais.

Pergunta 5: E o que você fez depois disso?

Resposta: Aí um ano depois eu vim pro Brasil. Eu vim com 17 anos. Eu vim por conta de uma bolsa do governo de Angola. O governo de Angola nessa época havia criado um programa que mandava jovens com deficiência pra estudar fora de Angola, e aí eu fui escolhido. De Angola vim pra Minas Gerais, numa escola de cegos, e lá eu aprendi braile e outras coisas mais. Aí o governo descobriu a Associação Catarinense para Integração do Cego, e lá eu morei 6 anos, num alojamento da Associação. Depois da reabilitação, em 2007, eu comecei a fazer faculdade de Direito em Florianópolis, onde concluí o curso.

Pergunta 6: E você voltou pra Angola depois disso? Sua família ainda está lá?

Resposta: Voltei sempre. Minha mãe já faleceu em 2015, Angola é um país que você tem condições de saúde muito precárias né, então as pessoas morrem sem diagnóstico. As minhas irmãs já morreram todas, agora só tem eu e mais três. Uma ninguém sabe seu paradeiro, porque a guerra ela nos dividiu. Uma das coisas que a UNITA fazia, como ela não tinha condições de transporte, então ela pegava mulheres para transportar material bélico, e a minha irmã foi obrigada, como muitos jovens daquela aldeia que a gente morava, a fazer isso. Só que a minha irmã até hoje nunca voltou.



Pergunta 7: E você tem mais alguma coisa que gostaria de compartilhar comigo?

Resposta: Então só pra concluir, você me fez uma pergunta interessante no começo, como eu classificava aquelas tropas. Assim, hoje, eu vejo tudo isso com mais clareza, tá? Nem um lado tem razão: nem o governo, nem a UNITA, tem razão pra fazer o que fizeram. Nada justifica. Eu não concordo, não compactuo, com as coisas que expliquei, de eles pegarem a população pra chamarem atenção da comunidade internacional. Eu falei aquilo como, assim, é uma lógica do por que as tropas pegam a população e matam. A explicação é essa: pra chamar atenção da comunidade internacional. Geralmente quem mata a população é quem luta contra o governo, é quem luta. E geralmente quem luta contra o governo é porque ele se sente excluído dos debates políticos. Uma força se une em volta de um projeto e expulsa todo mundo. Não escuta ninguém, e aí os outros não se vendo naquele projeto, não tendo voz, eles partem pra guerra. E aí como os grandes países tão sempre interessados, porque uma guerra ela movimenta a indústria: a arma vende, a bomba vende - então eles apoiam, porque aquece a economia. E aí os EUA como os grandes fabricantes de armas, e eles querem território, eles apoiam. Querem o que? Derrubar governos.

Então a lógica é essa. É ruim? Errado? Muito, muito, muito. E o governo ele jamais vai dizer “ah, tá morrendo muita gente, eu vou parar, vou negociar”. Não, pelo contrário, ele pega aquele povo que tá morrendo e usa aquele povo pra jogar contra aquelas forças que tão matando o povo. Ele usa essas pessoas como propaganda, sabe? Como pra dizer “ó, tão vendo? Esses caras não prestam, tão matando você”. E ele esquece que se tá acontecendo aquilo é porque ele tá errando em algum ponto. E isso gera um conflito besta, porque todo mundo sai vencido, ninguém ganha em uma guerra. Essa guerra deixou traumas dos dois lados. Traumas incuráveis, feridas incuráveis, cicatrizes para a vida toda. Um país quando enfrenta uma guerra pode ter certeza: nunca vai ser o mesmo.